

Graziela Bianchi, Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha
Orgs.

Gênero, Mídia & Lutas Sociais

Percepções críticas e
experiências emancipadoras



Editora
UEPG

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

REITOR

Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

EDITORA UEPG

Lucia Cortes da Costa

VICE-REITORA

Gisele Alves de Sá Quimelli

CONSELHO EDITORIAL

Lucia Cortes da Costa (Presidente)

Augusta Pelinski Raiher

**PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO
E ASSUNTOS CULTURAIS**

Bruno Pedroso

Dircéia Moreira

Marilisa do Rocio Oliveira

Ivo Mottin Demiate

Jefferson Mainardes

Jussara Ayres Bourguignon

Marilisa do Rocio Oliveira

Silvio Luiz Rutz da Silva

Graziela Bianchi, Karina Janz Woitowicz
e Paula Melani Rocha
(Org.)

Gênero, Mídia & Lutas Sociais

Percepções críticas e
experiências emancipadoras

Editora
UEPG

Copyright © by Graziela Bianchi, Karina Janz Woitowicz,

Paula Melani Rocha & Editora UEPG

Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da Editora, poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Equipe Editorial

Coordenação editorial Lucia Cortes da Costa

Revisão Ana Caroline Machado/ Estúdio Texto

Capa, Diagramação e Projeto gráfico Andressa Marcondes

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luzia F. Bertholino dos Santos CRB9/986

G326 Gênero, mídia & lutas sociais: percepções críticas e experiências emancipatórias/ Graziela Bianchi, Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha (Org.). Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2018.
2mb.; e-book.

Modo de acesso: <<http://www.uepg.br/editora>>

ISBN: 978-85-7798-238-7

1. Gênero – identidade feminina. 2. Mulher - mídia. 3. Mulher-imprensa. 4. Mulher – direitos humanos. 5. Mulher – Direitos. I. Bianchi, Graziela (Org.). II. Woitowicz, Karina Janz (Org.). III. Rocha, Paula Melani (Org.). IV. T.

CDD: 305.42

Depósito legal na Biblioteca Nacional

Editora filiada à **ABEU**

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Editora UEPG

Praça Santos Andrade, n. 1

84030-900 – Ponta Grossa – Paraná

Fone: (42) 3220-3306

e-mail: vendas.editora@uepg.br

2018

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
---------------------------	----------

PARTE I: Olhares de gênero e atuação das mulheres na mídia	10
---	-----------

Apontamentos sobre a formação de uma crítica feminista de mídia no Brasil	11
--	-----------

Ana Carolina D. Escosteguy

As mulheres na conquista de espaços no jornalismo paranaense: invisibilidade, lutas históricas e o processo de feminização da profissão	28
--	-----------

Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha

A presença feminina no rádio maranhense	44
--	-----------

Graziela Soares Bianchi e Nayane Cristina Rodrigues de Brito

Onde estão as pesquisas sobre jornalismo, gênero e política? Uma análise dos periódicos brasileiros	55
--	-----------

Camilla Quesada Tavares

Encontros e distâncias entre a primeira candidata e a primeira eleita à presidência do Brasil no HGPE televisivo	71
---	-----------

Alice Marina Lira Lima e Luciana Panke

PARTE II: Enfoques de gênero e direitos humanos 88

Gênero, Direitos Humanos e Lutas Sociais..... 89

Maria Amélia de Almeida Teles

**Desigualdade de gênero no mundo do trabalho:
Análise de indicadores e políticas públicas para mulheres..... 99**

Lenir Aparecida Mainardes da Silva e Volney Campos dos Santos

**Trabajar en enfermería en Argentina: Provocaciones
políticas desde la historicidad y el género 110**

Beatriz Morrone e Javier Mendizábal

**Do movimento para a pesquisa: o Núcleo de Estudos e
Pesquisas Interdisciplinares sobre saúde reprodutiva,
comunicação em saúde e direitos humanos..... 135**

Ana Maria Bourguignon, Felipe Simão Pontes e Rosiléa Clara Werner

Identidades de gênero perante o vídeo “Acorda Raimundo” 148

Aparecida de Jesus Ferreira e Rosana Ap. R. de Sene

**Direitos das mulheres na imprensa: uma análise
de guias para jornalistas 178**

Gisele Barão da Silva

Sobre as autoras e os autores 191

Apresentação

Promover reflexões críticas sobre a perspectiva de gênero, visibilizar demandas e experiências ligadas aos direitos das mulheres e acolher contribuições multidisciplinares oriundas de diferentes áreas, como Comunicação, Direito, Enfermagem, Serviço Social e Letras. Esses propósitos motivaram a produção do livro *Gênero, mídia & lutas sociais: percepções críticas e experiências emancipadoras*, que reúne onze capítulos de pesquisadoras e pesquisadores que se dedicam aos estudos de gênero.

Alguns trabalhos têm origem nas discussões realizadas durante o 5º Colóquio Mulher e Sociedade, realizado em 2017 pelo Grupo de Pesquisa Jornalismo e Gênero da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com apoio da Capes, que tratou do tema “Gênero, direitos humanos e lutas sociais”. Outros se somaram ao livro por trazerem contribuições convergentes e comprometidas com os debates atuais envolvendo direitos humanos, questões de gênero e demandas das mulheres.

O livro está dividido em duas partes, que agrupam abordagens em torno dos estudos de mídia, participação no mercado jornalístico, representações de gênero, lutas por direitos humanos, assistência à saúde e iniciativas voltadas à cidadania das mulheres. A Parte I, intitulada “Olhares de gênero e atuação das mulheres na mídia”, abre com a discussão realizada por Ana Carolina D. Escosteguy acerca das vinculações entre estudos de mídia e gênero, com viés feminista. Aproximações

teóricas entre os estudos ingleses e brasileiros, ainda incipientes, ajudam a compor uma crítica feminista de mídia.

Com base em pesquisa bibliográfica e nos resultados de estudos de caráter documental, Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha discutem a inserção das mulheres no jornalismo paranaense, partindo de experiências de veículos e trajetórias de personagens para caracterizar o processo de feminização da profissão. A presença feminina no rádio no interior do Maranhão, por sua vez, é abordada por Graziela Soares Bianchi e Nayane Cristina Rodrigues de Brito, em estudo realizado com sete emissoras para identificar as funções, as relações internas e os aspectos que permitem perceber os lugares ocupados pelas mulheres.

As pesquisas sobre jornalismo, gênero e política são analisadas por Camilla Quesada Tavares, em um mapeamento dos artigos publicados nas revistas científicas brasileiras que identifica lacunas relativas às produções na área. O tema da política também é trabalhado por Alice Marina Lira Lima e Luciana Panke, que analisam aproximações e diferenças entre a propaganda eleitoral da primeira mulher candidata à presidência do Brasil (Lívia Maria Pio, 1989) e a primeira mulher eleita (Dilma Rousseff, 2010 e 2014), em uma reflexão sobre os papéis sociais e as representações de gênero na mídia.

A segunda parte do livro, “Enfoques de gênero e direitos humanos”, traz abordagens sobre políticas públicas e direitos sociais a partir de perspectivas multidisciplinares. A contribuição de Maria Amélia de Almeida Teles, que recupera as lutas históricas das mulheres pela construção da igualdade de gênero, demarca a necessidade de reconhecimento dos direitos das mulheres e das políticas públicas de combate à discriminação, em tom crítico e lúcido sobre a atual realidade brasileira.

As desigualdades de gênero no mundo do trabalho são discutidas por Lenir Aparecida Mainardes da Silva e Volney Campos dos Santos, ao analisarem por meio de indicadores a divisão sexual do trabalho no contexto das responsabilidades familiares, sobretudo em relação à reprodução social dos papéis de gênero pelas produções legislativas e políticas públicas.

Da Argentina, Beatriz Morrone e Javier Mendizábal apresentam uma perspectiva global sobre a profissão de enfermagem, articulando as

questões de gênero e as problemáticas decorrentes de políticas liberais e de formas de opressão marcadas pela colonização, pelo capitalismo e pelo patriarcado. As questões de gênero são problematizadas na prática profissional, na docência e na investigação, reconhecendo os limites e a necessidade de transformar o atendimento à saúde.

Também com enfoque na saúde e nos direitos das mulheres, Ana Maria Bourguignon, Felipe Simão Pontes e Rosiléa Clara Werner apresentam a experiência do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Saúde Reprodutiva, Comunicação em Saúde e Direitos Humanos, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, dedicado a elaborar diagnósticos da qualidade da assistência obstétrica na cidade.

A importância de desconstruir estereótipos de gênero a partir do ensino de línguas é discutida por Aparecida de Jesus Ferreira e Rosana Aparecida de Sene, com base em estudo realizado com grupo focal baseado em debate sobre o vídeo “Acorda Raimundo”. A naturalização de papéis masculinos e femininos é tensionada em meio a reflexões sobre a construção de identidades.

Para encerrar, Gisele Barão da Silva discute a preocupação com a inserção da pauta dos direitos das mulheres no jornalismo, trazendo ao debate guias e manuais voltados a jornalistas produzidos por entidades e movimentos sociais que buscam qualificar a cobertura, ao mesmo tempo em que reivindicam a equidade de gênero nas redações.

Com este conjunto de problemáticas, análises críticas e iniciativas voltadas às questões de gênero e direitos humanos, a presente coletânea contribui para lançar luz sobre algumas das muitas preocupações que marcam a atualidade. Fomentar o debate crítico e valorizar experiências de emancipação tornam-se, assim, ferramentas para manter em pauta as lutas sociais, em tempos de fragilidade democrática e avanço do pensamento conservador em diferentes contextos.

Graziela Bianchi
Karina Janz Witowicz
Paula Melani Rocha

PARTE I

OLHARES DE GÊNERO E ATUAÇÃO DAS MULHERES NA MÍDIA



Apontamentos sobre a formação de uma crítica feminista de mídia no Brasil¹

Ana Carolina D. Escosteguy

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.

Rosa Luxemburgo

O esforço está direcionado para identificar vinculações entre estudos de mídia e gênero, com viés feminista. Ao contrário do campo feminista de gênero, denominação adotada por Matos (2008; 2010), já consolidado entre nós, no âmbito acadêmico, e visível em áreas tão variadas como a física, a política, a economia e as ciências sociais, os estudos de mídia com viés feminista ainda são incipientes no território brasileiro, apesar de esforços isolados em assumir problemáticas relacionadas a esse âmbito e de, paulatinamente, tais temas terem conquistado mais força a partir da virada do milênio.

Nesse cenário, em chave histórica, procuro destacar singularidades do desenvolvimento do feminismo brasileiro e sua repercussão na configuração de uma agenda de pesquisa no âmbito dos estudos de mídia. Embora atenta a importância de dimensões locais e lutas específicas, assumo um olhar de caráter comparativo, levando em conta o desenvolvimento dessa área de estudos no Norte global. Com esse objetivo, utilizo

¹ A palestra “Mídia e gênero: a prática política dos feminismos no contexto brasileiro”, ministrada no dia 8 de março de 2017, no 5º Colóquio Mulher e Sociedade, realizado na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), deu origem a este texto. Dando sequência a este trabalho, apresentei em 2018, no GT Cultura das Mídias do XXVII Encontro Anual da Compós, realizado em junho, o trabalho “Estudos culturais e feminismo ou estudos culturais feministas?” e, posteriormente, em agosto, no I Aquenda em Comunicação, Gêneros e Sexualidades, o texto “Mídia e questões de gênero no Brasil: uma narrativa em construção”.

em especial referências e narrativas que dão conta das relações entre estudos de mídia, gênero e feminismo, sobretudo, no contexto britânico dos estudos culturais, procurando identificar contrastes e reciprocidades entre a trajetória de lá e cá no que diz respeito à formação de uma *crítica feminista de mídia* entre nós. Adotar essa postura significa reconhecer as agendas do feminismo global, ainda que do Norte, vislumbrando uma possibilidade de diálogo entre feminismos do Sul e Norte.

Os rótulos *crítica cultural feminista* e *crítica feminista de mídia* são aqui utilizados para referir-se à perspectiva interessada principalmente nas relações entre mídia e gênero, obviamente, com viés feminista². Vale lembrar que o conceito gênero “suruiu com o intuito de distinguir e separar o *sexo* – categoria analítica marcada pela biologia e por uma abordagem essencializante da natureza, ancorada no biológico – do gênero, dimensão esta que enfatiza traços de construção histórica, social e, sobretudo, política que implicaria análise relacional” (MATOS, 2008, p. 336).

Ainda não existe um trabalho exaustivo e sistemático sobre a formação e o desenvolvimento de uma *crítica feminista de mídia* no contexto acadêmico brasileiro. Um levantamento documentado é tarefa necessária e urgente. De todo modo, amparada em alguns relatos de temas correlatos (entre eles, ESCOSTEGUY, 2002, 2012; MEIRELLES, 2009), é possível pensar que, num momento inicial, ela tenha se constituído como uma análise sobre as mulheres, comprometida com a problemática da mídia, utilizando o termo “mulheres” de modo descritivo, ainda que politizado. Desdobra-se a partir daí a investigação sobre estereótipos, papéis sociais e de modos através dos quais as mulheres são representadas na mídia. Essas linhas de pesquisa associam-se a uma visão da mídia como mantenedora de uma ordem de dominação masculina. De outro lado, não se pode esquecer que desde muito cedo o movimento feminista reconheceu a importância do papel dos meios de comunicação na sociedade, em especial, pela sua capacidade de visibilizar as vozes de mulheres e promover a ação política do movimento (PINTO, 2003).

Portanto, a análise da presença e atuação de mulheres na mídia e o uso de meios de comunicação, num primeiro momento, a imprensa

² Com isso, quero ressaltar que boa parte, senão a totalidade, do trabalho inicial sobre a representação da mulher na mídia não se assume como propriamente feminista. Apesar da relevância e originalidade, a pesquisa de Dulcília Buitoni é um exemplo disso.

escrita, como forma de militância feminista, configurara, um pouco mais tarde, outras perspectivas de estudos. Mais recentemente, incorporou-se uma preocupação com identidades não-hegemônicas (por exemplo, LGBTs), isto é, com um sujeito do feminismo mais diversificado e multifacetado e com a incorporação, ainda que muito tímida, de uma perspectiva *queer* (TOMAZETTI; MARCONI, 2017). Além disso, o uso de redes sociais, blogues, grupos no Facebook, fóruns e outras práticas de ação política, nesse ambiente, vêm despertando o interesse para um novo campo de investigações sobre ciberativismo, neste caso, feminista.

Utilizando a consagrada cronologia das “ondas” do feminismo, desconsidero seu primeiro momento dedicado à “batalha pela afirmação da condição fundamental e democrática da igualdade política entre os sexos” (MATOS, 2008, p. 338), e organizo estes apontamentos sobre a formação de uma *crítica feminista de mídia* no nosso âmbito acadêmico, levando em conta a história do feminismo brasileiro segundo Pinto (2003). Numa primeira trama, costuro cruzamentos entre a incipiente *crítica feminista de mídia* e o movimento feminista brasileiro e, numa segunda tecitura, com o desenvolvimento de uma já robusta *crítica feminista de mídia*, sobretudo, constituída no contexto britânico. Proponho a organização destas anotações em cinco ondas: anos 70, feminismo na ditadura e sua “dupla militância”; anos 80, feminismo na redemocratização e a persistência das lutas conjunturais; anos 90, feminismo e o reconhecimento de múltiplas opressões; a virada do século, fissuras do feminismo e a ascensão do pós-feminismo e, por fim, a atualidade e o feminismo difuso³.

Anos 1970: a “dupla militância” do feminismo na ditadura

As décadas de 60 e 70 são reconhecidas pela efervescência de ideias que desencadearam uma série de transformações no âmbito do comportamento, configurando uma revolução comportamental. Contudo, no Brasil,

³Adiante explico porque o termo utilizado por Pinto (2003) para caracterizar o feminismo brasileiro, na década de 90, é ainda mais pertinente na contemporaneidade.

a transição da década de 60 para a de 70 foi marcada pela ditadura militar. O clima de repressão moral e política instaurado pelo governo, aliado à modernização da sociedade e às influências dos movimentos de contracultura vindas de fora, proporcionou um terreno fértil para a aglutinação de iniciativas de oposição aos padrões vigentes. (SANTOS, 2015, p. 21).

Entre essas iniciativas destacava-se o movimento feminista.

A maioria das militantes envolvidas com a implementação deste movimento no Brasil estavam engajadas ou eram simpatizantes da luta contra a ditadura. Sendo assim, houve um grande esforço das feministas no sentido de administrar as tensões oriundas da combinação entre duas frentes de luta: pela transformação das relações de gênero e pelo combate ao governo militar. A temática particular do feminismo era encarada pelas organizações de esquerda como parte da problemática maior da desigualdade social. Logo, reivindicações específicas eram vistas como [...] capaz[es] de comprometer o vigor da batalha contra o que seria o verdadeiro inimigo comum (PINTO, 2003, p. 45).

Ainda, conforme Celi Regina Pinto (2003, p. 51), “enquanto no resto do mundo ocidental as mulheres procuravam discutir sua posição na sociedade, seu corpo e seu prazer, um punhado de mulheres brasileiras fazia a mesma coisa, mas pedindo desculpas”. Essa é uma das particularidades do feminismo brasileiro e uma causa para a tardia formação de uma *análise cultural feminista* no contexto universitário-acadêmico.

Devido à sua característica tanto de campo de conhecimento (teoria feminista) como de movimento social e, conseqüentemente, ao seu engajamento na ação transformadora, é importante destacar a vinculação do movimento feminista com a imprensa impressa, sobretudo, no período do regime militar. A imprensa independente e/ou alternativa e feminista teve papel fundamental nessa etapa. Entre as experiências que se destacaram estão *Brasil Mulher* e *Nós, Mulheres*. Em análise temática sobre o conteúdo desses jornais, Teles e Leite (2013) observam a existência de temas conjunturais (entre eles, custo de vida, organização popular, anistia e denúncia de presos políticos) e específicos (creche, saúde da mulher, violência, discriminação racial, aborto, divórcio). Ou

seja, a “dupla militância” – a ação contra a ditadura e em defesa de direitos próprios à causa feminista – pode ter contribuído para a constituição de nossa diferença em relação ao feminismo ocidental e, também, no que se refere à formação da *crítica feminista de mídia* em países do Norte.

Neste mesmo período, o estado da arte da pesquisa sobre gênero e mídia, no contexto britânico, indica que no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos uma das primeiras produções que revela uma ligação com a crítica feminista é *Images of Women in the Media* (1974). Esse trabalho se constitui num marco fundamental de fundação de um eixo de pesquisa que perdura como central até os dias de hoje: as representações dos papéis de gênero na mídia ou, de modo mais genérico, a construção simbólica das relações de gênero na mídia.

De modo geral, os estudos desse período e naquele contexto expressam uma posição de equivalência entre feminismo e mulheres, isto é, nós todas, mulheres, sofremos com o patriarcado e, portanto, vivemos experiências em comum. Esse é um posicionamento que expressa um discurso de afirmação da condição de ser mulher. As análises focavam praticamente no modo pelo qual os discursos dominantes da mídia reforçavam papéis tradicionais de gênero e uma visão machista da sociedade. E, embora buscassem problematizar as subordinações e desigualdades entre mulheres e homens, desestabilizando o determinismo biológico e deslocando o peso das determinações econômicas, ainda se fechavam sobre um núcleo de atributos predeterminados, revelando uma carga unificadora e universalizante.

Em 1975 e, também, fruto de pesquisa do CCCS⁴, destaca-se a primeira edição de *Resistance through Rituals. Youth subcultures in post-war Britain* (Working papers in cultural studies, n 7/8, de 1975) que contou com dois capítulos que tematizavam a cultura juvenil feminina. Os demais desconsideravam a existência do debate de gênero, seja pelo prisma teórico, seja empírico. O esforço inaugural de Angela McRobbie e Jenny Garber em destacar formas diferenciadas de resistência da subcultura juvenil feminina que se articulavam em torno da classe, geração e gênero, configura-se num espaço preliminar de tensionamento da postura homogeneizante recém-mencionada.

⁴ Centro de Estudos Culturais Contemporâneos.

Configurando ainda esse período, está a coletânea *Women take issue* (1978) que é saudada como a produção pioneira do Grupo de Estudos de Mulheres, fundado em 1974 dentro do mesmo centro de investigação, como um coletivo fechado apenas para mulheres. A criação desse núcleo que se circunscrevia à problemática das mulheres, partilhado somente por mulheres, propiciou a constituição de duas esferas de estudos culturais: uma dirigida a questões sobre cultura em geral e outra, especificamente, relacionada à problemática feminista. Essa separação, por sua vez, fez brotar uma divisão dentro do próprio grupo. Apesar disso, o mais importante, na época, foi demarcar uma área de atuação com especificidade dentro do campo acadêmico, servindo para delinear novos objetos de estudo.

Entre nós, na década de 70, o feminismo amalgamou um paradoxo: ao mesmo tempo que se organizava em defesa da especificidade da condição da mulher, estabelecia uma profunda ligação com a luta contra a ditadura militar. Isto desembocou num tensionamento permanente entre dois vetores: aquele associado às lutas que davam ênfase à sexualidade, ao corpo e ao prazer versus aquele outro que priorizava a luta de classes e a luta pela democracia. Nessas condições, o escopo das reflexões feministas não incorporou os temas propriamente culturais. Apesar disso, não se pode subestimar que, nesse mesmo período, o uso de meios, neste caso, da imprensa, como forma de atividade política feminista foi muito expressivo, o que evidencia a importância da mídia na ação transformadora almejada pelo movimento.

Anos 1980: a persistência da ação conjuntural e a ascensão do feminismo acadêmico

No período da redemocratização, a forte participação política das feministas, aliadas aos partidos políticos e aos setores progressistas da Igreja, fez com que muitas vezes se priorizasse metas coletivas em detrimento dos direitos individuais das mulheres (PINTO, 2003). Portanto, essas características tanto do movimento feminista entre nós quanto da conjuntura sociopolítica brasileira concorreram para que

temas referentes à cultura – e, em decorrência, à mídia – não fossem privilegiados no horizonte da reflexão feminista da época.

Se, aqui, pode ser observada uma continuidade em relação à onda anterior, em termos da ação política do feminismo, no contexto britânico, uma nova etapa no cruzamento entre crítica feminista e estudos culturais se instituiu, em meados de 80, mediante a fratura daquele discurso de irmandade em torno das mulheres. Enquanto nos anos 70 se afirmava *uma* condição de mulher, nos 80 recusa-se essa universalização. O livro *Feminism for girls* (1981), organizado por McRobbie e McCabe, ao utilizar o termo “meninas” assinala a existência de diferenças dentro de uma formulação demasiadamente globalizante e abarcadora como a de “mulher”. Outra fase estaria em processo a partir daí, reorientando as análises, as temáticas e, principalmente, as mudanças de ordem teórica. Na direção contrária de uma totalidade homogênea que integrava as mulheres e apagava principalmente as questões de raça, geração, orientação sexual, entre outras, vai se destacando a natureza construída da identidade de gênero e seu caráter propriamente histórico.

Esse desvio coincide com a ampliação da cartela de temas que passam a ser investigados sob a ótica dos estudos culturais e que se articulam com uma agenda da *crítica feminista de mídia*. Por exemplo, o interesse pela ficção romântica, pelo melodrama, pelas estruturas narrativas que atendem prioritariamente a um público-alvo feminino; o foco no prazer decorrente do consumo desses mesmos produtos, compreendendo-o tanto como fonte de ideologia como de resistência.

Contudo, a atenção aos produtos da cultura popular de massa, mais especificamente pelo âmbito do entretenimento e pelo prazer proporcionado por tais artefatos culturais, gerou uma forte crítica a esse enfoque. O que se alegava era que uma atenção excessiva no microcosmo do cotidiano, espaço preferencial da pesquisa feminista, relegava a um segundo plano o foco nas relações estruturais entre mídia e sociedade.

De todo modo, foi reafirmada a centralidade da análise do “vivido” e da compreensão do social a partir das experiências pessoais. Ou seja, se o doméstico faz inevitavelmente parte do privado, neste se manifestam relações de poder, dominação e opressão e, portanto, essa esfera é amplamente marcada pelo político. Assim, a politização do domínio

privado sob a bandeira “o pessoal é político”, levantada pelo feminismo dos anos 70, repercute em toda potência – na *crítica feminista de mídia* – nos anos 80.

Esta é uma nova fase. Além de incorporar novos temas, revela também mudanças teóricas de fundo, sobretudo, no que diz respeito ao redirecionamento da pesquisa para as experiências das mulheres *diante* dos referidos textos midiáticos, isto é, para o entendimento de que o sentido não é uma propriedade do próprio texto, mas é constituído na interação entre sujeitos, textos e contextos.

Além da enorme diferença entre as formações sócio-históricas e os contextos políticos vividos na Inglaterra e no Brasil nos anos 80, as questões teóricas e os interesses em termos de objetos de estudo, vigentes na academia, lá e cá, também revelam um evidente distanciamento. Aqui, os estudos feministas somente vão começar a ganhar expressão no final da década de 1970 e seus interesses estão principalmente focados nas questões específicas do trabalho, saúde, aborto e violência. Portanto, questões sobre mídia e mulher, mídia e gênero, consumo feminino de produtos da cultura popular de massa não faziam parte do leque de temas do feminismo acadêmico.

Anos 90: feminismo e o reconhecimento das múltiplas opressões

Ao reivindicar que o gênero institui a identidade do sujeito, assim como a classe ou a nacionalidade, “a unidade do feminismo, construído pelo discurso de opressão comum das mulheres nas sociedades patriarcais é contestada”. Esse posicionamento vai se constituindo ao longo da segunda metade dos 80 e “inaugura uma noção de múltiplas opressões, notadamente aquela que emerge das desigualdades raciais” (GOMES; SORJ, 2014, p. 435).

Na teoria feminista, o entendimento da categoria gênero como construção social se associa à ideia de que as identidades se definem de modo relacional e, a partir de determinado momento, não mais exclusivamente via o par feminino-masculino. Por exemplo, a clivagem

racial e de gênero amalgamada pelo feminismo negro ilustra esse tipo de posicionamento, como também a noção de interseccionalidade. “Jovens feministas, mulheres negras e, mais recentemente, ‘mulheres da periferia’ são exemplos de identidades que fortalecem a defesa de um ‘feminismo interseccional’” (GOMES; SORJ, 2014, p. 444).

No que tange as relações entre crítica feminista e estudos culturais, ao longo dos anos 90, vai se consolidando uma perspectiva teórica que examina uma variedade de elementos na constituição da condição feminina. Portanto, há o reconhecimento de que qualquer ponto de vista feminista obrigatoriamente deve ser apresentado como parcial, porque embora as mulheres possam compartilhar interesses comuns, esses não são universais. Tal posicionamento está em oposição àquele discurso feminista que até um determinado momento apelava para a opressão comum sofrida pelas mulheres, existindo um chamado pela unidade que apagava as diferenças entre mulheres.

A análise vai se desprender de uma ideia reduzida de construção social de papéis/funções do feminino e do masculino para uma abordagem muito mais multifacetada que redimensiona as supostas diferenças/identidades entre mulheres e homens. É nessa mesma década, por exemplo, que uma teoria feminista negra vai alimentar a *crítica feminista de mídia* destacando a omissão dos estudos de audiência no que diz respeito às mulheres de cor, especialmente as negras. No contexto anglo-americano, quem se destaca nessa perspectiva é Jacqueline Bobo que realizou um estudo de espectadoras negras diante do filme *The Color Purple*⁵ (1995).

Na análise de Brunsdon (1997), o feminismo se popularizou no Norte, sobretudo, via a presença de temas como violência doméstica e assédio sexual na agenda pública. No Sul e especificamente no Brasil, novamente, a conjuntura vivida deixa suas próprias marcas, caracterizando a existência, segundo Pinto (2003, p. 92), de um “feminismo difuso”.

Se, por um lado, a década de 90 não foi especialmente propícia à expansão dos movimentos sociais, havendo mesmo um retraimento da maioria deles, por outro nela

⁵ Ver BOBO, Jacqueline. *Black women as cultural readers* (Nova York: Columbia University Press, 1995) e BOBO, J.; SEITER, E. Black feminism and media criticism: The Women of Brewster Place. In: BRUNSDON, C.; D'ACCI, J.; SPIGEL, L. (Org.). *Feminist television criticism: a reader*. Londres: Sage, 1997.

foram criadas as condições para que suas [do feminismo] demandas fossem incorporadas por largas parcelas dos discursos públicos. Isso ocorre tanto no hemisfério norte como em países como o Brasil, mais refratário a essas demandas por cultura e até por ter sempre temas muito emergenciais no debate, pelo menos no plano político.

No ambiente dos estudos de mídia, no nosso contexto, a *crítica feminista* pouco progrediu nesse período (MEIRELLES, 2009). Por exemplo, observei (ESCOSTEGUY, 2002) que, embora mais da metade dos estudos de recepção dessa década desse destaque às mulheres como informantes, a problemática das relações de gênero não fazia parte do eixo estruturador da pesquisa. Em análise do estado da arte dos estudos de gênero e feministas, Matos (2008, p. 337) avalia que

o conceito de gênero foi aos poucos sendo incorporado por afiliações teóricas nas ciências humanas e sociais (e mesmo fora delas). Algumas dessas teorias o abordam como um conceito útil e até iluminador de questões, mas não o tendo como um elemento central de suas considerações – tais afiliações teóricas estariam operando com ‘teorias e gênero’–, e outras, bem mais coerentes a meu ver, o absorvem substantivamente, fazendo-o ocupar sempre uma posição de pivô e de destaque – estas seriam o que definimos aqui por ‘teorias de gênero’ com viés feminista.

Endossando essa interpretação, constata-se também que o termo gênero, no *corpus* analisado (ESCOSTEGUY, 2002), é fundamentalmente usado como sinônimo de “mulher” e apenas para indicar uma distinção sexual entre feminino e masculino. Portanto, o interesse pelas questões de gênero vinculadas aos estudos de mídia, ainda que existente, não tem propriamente um viés feminista, o que vai, de fato, prosperar nos próximos anos.

Se, de um lado, no Norte global é possível notar a popularização do feminismo e no Sul, especificamente no Brasil, sua difusão, o que revela alguma correspondência entre eles, por outro lado, não deixa de ser uma década perseguida por uma pergunta: o feminismo acabou? Uma das causas do réquiem seria a força centrífuga que se constituiu internamente ao próprio feminismo. Nessa visão, o movimento se estilhaçou ao incorporar uma cartela demasiadamente ampla de demandas ao

invés de agir unitariamente. Outra compreensão é aquela que desfralda a bandeira da evolução do feminismo ao pós-feminismo.

Virada do século: as fissuras do feminismo e a ascensão do pós-feminismo

Se bem o movimento feminista se construiu a partir da bandeira da igualdade, “a partir do final do século XX, correntes importantes do pensamento feminista recusarão o universalismo em favor de algo que vai ser chamado de ‘política da diferença’” (MIGUEL, 2014, p. 64). Contudo, esse posicionamento é ambivalente. Se, de um lado, assume uma crítica ao liberalismo, por sua defesa ao princípio de universalidade, de outro, se considera que

abrir mão do universal implica a incapacidade de apresentar uma alternativa compreensiva à ordem liberal vigente. Afinal, a afirmação de que a ordem social deve beneficiar a todos, sem privilégios, sempre foi característica dos movimentos progressistas, bem como a defesa intransigente da noção da igualdade entre todos os seres humanos (Idem).

Esse arsenal teórico escancara complexos desafios para a prática política e cinde o feminismo contemporâneo “entre as defensoras da ‘identidade’ e as partidárias da(s) diferença(s)” (RICHARD, 2002, p. 157).

Para as primeiras, o vetor da identidade – que já não mais possui a carga substancialista de antes – funciona como um (ainda necessário) princípio de reunificação dos fragmentos, excessivamente soltos [...]. Para as segundas, é normal que existam ‘diferenças que confundam, desorganizem e tornem ambíguo o significado de qualquer oposição ‘binária’, porque estas fragmentações multiplicam as margens e as localidades discursivas, exigidos pela nova multiplicidade heterogênea do eu.

Um dilema, ainda em processo, para a prática política feminista contemporânea. No âmbito acadêmico, é na virada do século XX para o XXI que se identifica um quarto desdobramento nas relações entre

crítica feminista e estudos de mídia, marcado especialmente pelo contexto do *pós-feminismo*.

A natureza do *pós-feminismo* tem sido tema de considerável disputa, o que não é nenhuma surpresa no espaço feminista onde se fala muito e se chega à conclusão de que é preciso continuar falando. Tanto existem versões de que o *pós-feminismo* sugere um processo evolucionário, quanto um “novo consenso” que une distintos grupos em prol de um retorno a valores familiares tradicionais, ou seja, há teses que circulam nas fileiras feministas e outras, em círculos conservadores. Uma versão ardilosa e difícil de enfrentar é a que emergiu e circula pela mídia. Para Angela McRobbie (2006), a cultura midiática, através desse rótulo, efetiva um apagamento do feminismo – de sua luta, de sua história – quando dissemina a ideia de que é algo datado e não tem mais função.

Para a autora (2008), através de textos prazerosos e bem-humorados (filmes, seriados de TV, anúncios publicitários, etc) que contraditoriamente tanto se filiam a valores neoconservadores em relação ao gênero quanto se integram a processos de caráter mais liberador, as relações de poder são feitas e refeitas, construindo um “novo regime de gênero” que visa regular os modos de ser através do discurso da *escolha própria* ou do *direito de escolha*. Nesse contexto, as conquistas femininas são apresentadas como fruto de trajetórias individuais e não do movimento feminista e dos embates estabelecidos no seu percurso.

No Brasil, nos últimos anos, algumas jovens pesquisadoras (Márcia Messa, Lígia Lana, Tatiane Leal, entre outras) têm se dedicado também a explorar essa perspectiva, mas de um ponto de vista crítico. Essas análises estão centradas em identificar a mídia como um local de produção e de construção da subjetividade feminina relacionada diretamente com ideais tradicionais de feminilidade e a construção de um modelo identitário de uma “nova mulher”, geralmente bem-sucedida e poderosa. Como nos diz Tatiane Leal (2015, p. 56): “A poderosa representa um *backlash* ao negar a necessidade de mudanças estruturais e aproxima-se das concepções pós-feministas centradas no empoderamento, ao invocar um tipo de feminismo que busca ser menos um movimento teórico-social do que uma convocação individual a uma revolução interior”. Portanto, essas representações da “mulher poderosa” convocam as mulheres mais

para uma transformação individual do que para a ação política. Nessa direção, entende-se que há uma ressignificação da agenda feminista e sua utilização pelo discurso neoliberal.

Esta é uma das linhas de pesquisa associada à *crítica feminista de mídia*, que vem ganhando visibilidade e expressão, mostrando novamente sintonia com o feminismo global. A vigência dessa problemática entre nós e, também, no contexto anglo-americano marca uma certa reciprocidade entre os desdobramentos dos nossos estudos no Sul e aqueles desenvolvidos no Norte global.

Atualidade: feminismo difuso

Ao longo da presente década, movimentos, organizações e coletivos feministas se expandiram consideravelmente na sociedade contemporânea como um todo. Fenômeno muito visível, também, no Brasil. Aqui, uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, em 2010, indica que de 2001 a 2010 aumentou o contingente de brasileiras que se considera feminista de 21% para 31% e que são as mulheres jovens as que mais se declaram ser feministas: 40% das jovens entre 15 e 17 anos, seguidas de 37% das jovens entre 25 e 34 anos e, por último, 23% das mulheres maiores 60 anos. Portanto, a participação de jovens, tanto dos estratos médios quanto dos populares, com formação acadêmica ou não, da mulher negra, da periferia e do campo vem revitalizando e ampliando as práticas feministas. Nesse processo, é inegável o papel exercido pelas tecnologias de informação e comunicação, constituindo um espaço de atuação política que produz inúmeros desafios para a ação coletiva.

Desde muito cedo o movimento feminista percebeu a importância ocupada pelos meios de comunicação na sociedade, desenvolvendo uma relação em dupla via: por um lado, a crítica e a reflexão sobre a atuação dos meios na construção simbólica de papéis e estereótipos de gênero – inclusive, sobre a representação política das mulheres (SARMENTO, 2013) – e, de outro, seu uso alternativo no combate aos discursos dominantes e produção de discursos feministas. Enfim, o

movimento feminista, desde seu início, tratou de compreender o uso da mídia como mecanismo de ação política.

Hoje, inúmeras experiências de ativistas produtoras de conteúdo virtual, sejam individuais ou grupais, usam a internet para minar representações e estereótipos correntes na mídia *mainstream* sobre as mulheres e, também, sobre identidades não-hegemônicas. Há também grupos, constituídos off-line, que utilizam o ciberespaço para disseminar suas posições e obter apoio para as causas feministas. Todas essas práticas de comunicação, ao mesmo tempo em que produzem uma diversidade de narrativas que se contrapõem aos valores dominantes e à representações estereotipadas, fortalecem o pluralismo num cenário midiático excessivamente conservador, pressionando por políticas públicas para atenuar as desigualdades de gênero, pela eliminação das discriminações contra a mulher e demais identidades não-hegemônicas e contribuindo para uma política mais democrática.

Essas novas práticas de ativismo político na blogosfera configuraram-se em experiências que não só renovam a energia do movimento feminista, mas vão se constituindo em potentes tentativas para estabelecer laços com redes feministas transnacionais, bem como solidariedade entre feminismos do Sul e do Norte. Se, de um lado, o crescimento e a visibilidade dessas vozes na dinâmica do espaço público não são suficientes como indicadores de uma comunicação democrática, de outro, exacerbaram a difusão e a popularização do feminismo. Por isso, considero que a caracterização de Pinto (2003) de “feminismo difuso”, se bem que com matizes distintos, está plenamente vigente ainda hoje. Nota-se que o termo feminismo perdeu parte de sua carga negativa e, também, que há um vozerio retumbante, sobretudo, nas plataformas digitais, revelador de uma pluralidade de posições, ora assumidamente feministas, ora não.

Nos apontamentos apresentados, a *crítica feminista de mídia* entre nós foi expandindo o escopo de suas análises sobre estereótipos, papéis sociais e representações das mulheres para os estudos de audiência/recepção e para a inclusão de identidades não-hegemônicas na mídia; do uso, em especial, de formas de imprensa alternativa e independente na promoção da militância feminista para a presença e atuação das

mulheres na mídia. Agora, reivindica-se que, na conjuntura atual, é obrigatório adensar o eixo de análise sobre “ativismo de mulheres na mídia”, entendido como “qualquer esforço organizado por parte de mulheres para fazer mudanças no que está posto na mídia ou para criar novas estruturas de mídia com o objetivo de ampliar as vozes das mulheres na sociedade e potencializar seu avanço social” (BYERLY; ROSS, 2006, p. 101). Sobretudo, pela efervescência existente nas redes sociais. Esta mesma frente de investigação tem chances de alavancar mais uma interlocução e reciprocidade entre o Sul e o Norte.

Todas essas frentes de atuação da *crítica feminista de mídia*, tanto do Sul – embora aqui ainda seu desenvolvimento seja tímido – quanto do Norte, configuram indícios esperançosos de que o “ruído teórico” causado pelo feminismo, no âmbito dos estudos culturais e, em especial, na crítica de mídia, ainda tem muito a repercutir. E estas anotações esparsas pretendem estimular pesquisas futuras sobre o tema que abarquem, inclusive, a compilação e a documentação sistemática da formação e desenvolvimento de uma *crítica feminista de mídia* entre nós.

Referências

BRUNSDON, Charlotte. Identity in feminist television criticism. In: BRUNSDON, C.; D'ACCI, J.; SPIGEL, L. (Org.). **Feminist television criticism: a reader**. Londres: Sage, 1997, p. 114-125.

BYERLY, Carolyn; ROSS, Karen. **Women and Media**. A critical introduction. Oxford: Blackwell, 2006.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Os estudos de recepção e as relações de gênero: algumas anotações provisórias. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, 7, 2002.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Pensando as relações entre mídia e gênero através de histórias pessoais: o caso brasileiro. **Derecho a Comunicar**, Cidade do México, n. 4, 2012, p. 174-186.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, 29 (2), 2014, p. 433-447.

LEAL, Tatiane. **A mulher poderosa**: construções da vida bem-sucedida feminina no jornalismo brasileiro. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura, UFRJ, 2015.

MATOS, Marilise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16 (2), 2008, p. 333-357.

MATOS, Marilise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Rev. Sociol. Política**, Curitiba, 18 (36), 2010, p. 67-92.

McROBBIE, Angela. Post-feminism and popular culture: Bridget Jones and the new gender regime. In: CURRAN, J.; MORLEY, D. (eds). **Media and cultural theory**. Londres: Routledge, 2006, p. 59-69.

McROBBIE, Angela. **The aftermath of feminism**: gender, culture and social change. Londres: Sage, 2008.

MEIRELLES, Clara Fernandes. **Prazer e resistência**: A legitimação do melodrama nos contextos acadêmicos. Dissertação de Mestrado, Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

MIGUEL, Luiz Felipe. A identidade e a diferença. In: MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. Uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2003.

RICHARD, Nelly. Feminismo e desconstrução: novos desafios críticos. In: RICHARD, N. **Intervenções críticas**: Arte, cultura gênero e política. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 156-172.

SANTOS, Marinês R. Introdução. In: SANTOS, M. R. **O design pop no Brasil dos anos 1970**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 15-26.

SARMENTO, Raysa. Mídia, gênero e política: breve mapeamento de horizontes analíticos. **Revista Ação Midiática**, 5 (2), 2013.

TELES, Amélia; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

TOMAZETTI, Tainan Pauli; MARCONI, Dieison. Do cultural ao *queer*: a contribuição dos Estudos Culturais para pensar as relações de gênero nos estudos de comunicação. **Razón Y Palabra**, 21 (2), 2017, p. 566-584.

As mulheres na conquista de espaços no jornalismo paranaense: invisibilidade, lutas históricas e o processo de feminização da profissão

Paula Melani Rocha

Karina Janz Woitowicz

Considerações iniciais

Acesso à leitura, à escrita e ao jornalismo. Estas foram etapas trilhadas pelas mulheres – não sem esforços e embates – para garantir o direito à expressão e o ingresso no espaço público. Alguns marcos desta trajetória são destacados neste texto, que parte da atuação das mulheres na imprensa para discutir, com base na realidade paranaense, as transformações vivenciadas no jornalismo, em especial a partir da segunda metade do século XX. Um caminho que mostra a ousadia e a resistência das mulheres no processo de inserção, gradual, na profissão.

O marco inicial que indica o surgimento da imprensa feita por mulheres acontece ainda no século XIX, com a publicação de jornais que discutiam principalmente a participação política das mulheres, o direito à educação e as mudanças de costumes. Estas experiências acompanharam as lutas das mulheres por direitos e lançaram as bases do que seria, décadas mais tarde, uma imprensa assumidamente feminista.

No Brasil, as atividades de mulheres em jornais também foram expressivas, ainda no século XIX (DUARTE, 2016)⁶. No mesmo momento em que surgiam publicações voltadas ao público feminino, que se ocupavam de assuntos como moda, culinária e cuidados domésticos, também eram criados espaços que problematizavam a ‘condição da mulher’. Segundo Céli Pinto, este tipo de manifestação das mulheres através da mídia aponta para a “existência de um incipiente movimento de construção de espaços públicos na sociedade brasileira e, no caso, por parte de pessoas que estavam completamente excluídas do campo da política e das atividades públicas” (2003, p. 33).

Zahidé Lupinacci Muzart (2003), em artigo sobre as mulheres escritoras no século XIX, observa que além da presença da literatura feminina nos periódicos da época, as mulheres publicaram também diversos livros, embora muitos tenham sido esquecidos. De acordo com a autora, uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos: “em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto” (MUZART, 2003, p. 226).

A partir deste momento inaugural, que contou com a participação de personagens femininas que atuavam praticamente sozinhas por meio dos jornais, surgiram outras publicações (jornais, panfletos, cartazes, revistas, etc) que atuaram como instrumentos para o fortalecimento das lutas das mulheres. Ao longo do século XX, além da gradativa incorporação das mulheres aos veículos de comunicação, registram-se experiências que podem ser entendidas como alternativas, pelo seu viés de contestação, que caracterizam a imprensa feminista. A conquista do voto feminino e a Legislação Trabalhista de proteção ao trabalho feminino, nos anos 1930, são importantes referências na trajetória das lutas das mulheres, em que se verificou a atuação da imprensa na difusão de direitos.

No contexto dos anos 1960, a coluna de Carmen da Silva, na revista *Cláudia*, traduzia as mudanças de comportamento e anunciava a emergência de conquistas e rupturas na vida das mulheres, preconizando as bandeiras do movimento feminista (DUARTE, 2005). É também neste

⁶ Constância Lima Duarte (2016), em “Imprensa feminina e feminista no Brasil - século XIX”, identifica 143 títulos de revistas e jornais femininos e feministas que circularam no período, o que revela uma significativa atuação das mulheres na imprensa.

período que a imprensa alternativa, que surge como forma de resistência à ditadura, abriga experiências feministas que tematizam as lutas por causas políticas gerais, conjugadas com demandas específicas das mulheres (WOITOWICZ, 2011).

Percebe-se, desse modo, que as mulheres participaram ativamente de diferentes fases da imprensa brasileira, seja em periódicos feministas, femininos ou na busca por espaços no jornalismo tradicional. Ao longo deste capítulo, serão apresentadas inicialmente algumas referências sobre a atuação das mulheres na imprensa no Paraná, de modo a referenciar a trajetória de personagens que se tornaram pioneiras na publicização de temas ligados aos direitos das mulheres na esfera pública. Em seguida, serão apresentados dados que associam o processo de profissionalização do jornalismo, marcadamente a partir dos anos 1950 e 60, ao ingresso gradual das mulheres nas redações, com base em dados históricos e levantamento documental realizado nas cidades de Curitiba e Ponta Grossa. Com este percurso, busca-se refletir sobre o cenário atual de participação feminina no jornalismo, reconhecendo os impactos e as desigualdades no processo de feminização da profissão como parte das transformações em curso nas relações de trabalho.

A participação das mulheres na imprensa feminina e feminista no Paraná

Sabe-se que a partir do início do século XX surgem expoentes dos ideais de igualdade entre homens e mulheres, principalmente com a escrita literária, em todo país. Publicavam poesias, romances, sonetos, artigos em jornais, entre outras formas de participação no espaço público.

No Paraná, estes ideais eram colocados pelas mulheres nas páginas da mídia tradicional, uma vez que não se tem registro de publicações declaradamente feministas nas primeiras décadas do século. Leonor Castellano foi uma curitibana e feminista nascida no fim do século XVIII que se destacou neste contexto (ZOMER, 2010). A escritora publicou nas páginas do jornal *Gazeta do Povo* artigos em resposta a Flávio Suplicy de Lacerda, em que confirmava e legitimava os direitos das mulheres.

Entre esses direitos, a curitibana fortalecia ainda o direito à educação e à participação na política e denunciava a injustiça que acontecia com as mulheres (ZOMER, 2010, p. 6). Por este conteúdo, observa-se que a participação de Castellano filia-se às tendências e demandas do feminismo no Brasil, que se organiza em meio às reivindicações pelo direito ao voto nas primeiras décadas do século XX.

Nos anos 1930, quando a mulher tinha passado do campo da alfabetização para o campo da escrita, inicia-se o processo de entrada das mulheres nos periódicos paranaenses e participação em grupos vinculados à sua condição social (BUENO, 2002). Aí surgem nomes como Ada Maccagi, poetisa de Paranaguá e Ilnah Secundino, advogada que discursava sobre as questões legais do feminismo (POPADIUK, CAMARGO, WOITOWICZ, 2017).

No mesmo período, destaca-se a atuação de Mariana Coelho, portuguesa que morava em Curitiba, educadora, escritora, poetisa, jornalista e uma das pioneiras do feminismo, conhecida principalmente pelo livro *A evolução do feminismo* (1933)⁷. Ela foi uma das principais personagens que atuaram na teorização do feminismo no Brasil, tendo integrado a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e participado de congressos feministas nas décadas de 1920 e 30 (KAMITA, 2005, p. 3).

Em 1933, foi criado o Centro Paranaense Feminino de Cultura (CPFC) – entidade existente até hoje em Curitiba – por Rosy Pinheiro Lima, Deloé Scalco e Ilnah Secundino, reunindo 51 associadas (SEIXAS, 2009). As participantes (entre elas, Mariana Coelho) eram mulheres principalmente das classes média e alta da sociedade de Curitiba, que publicavam poemas, coletâneas, romances e outros textos com temas que envolviam cultura, conflitos e sentimentos.

Nestas primeiras experiências que marcaram o processo de organização das mulheres no século XX, em que se fizeram presentes as reivindicações em torno do voto feminino e do direito à educação e participação na esfera pública, figuram mulheres intelectualizadas que escreviam em jornais e também líderes operárias. Para Céli Pinto (2003, p. 10), da década de 1930 até as primeiras manifestações nos anos 1970

⁷ O livro *A Evolução do Feminismo: subsídios para a sua história*, de Mariana Coelho, foi reeditado pela Imprensa Oficial do Paraná em 2002.

é considerado um período de refluxo do movimento feminista, em que havia pouco espaço para as chamadas lutas “particularistas”. Assim, o feminismo no Brasil – caracterizado como de ‘segunda onda’ – ressurgiu em meio ao período da ditadura militar, contando com a participação de mulheres que passaram pela experiência do exílio.

Trata-se de um momento de intensas lutas políticas marcado pela dupla militância das mulheres – nos movimentos de esquerda e no feminismo. Em todo país, surgem centenas de periódicos alternativos que tematizam as lutas sociais e a resistência à ditadura militar (KUCINSKI, 1991). Esta imprensa acompanhou a trajetória de luta das mulheres e serviu como espaço de mobilização e reivindicação de direitos. Diante da criação de grupos feministas no país, surgem publicações entre o final dos anos 1970 e o início dos 80 que, com orientações editoriais distintas, inserem o debate sobre diversas questões feministas nos meios da política, da intelectualidade e em setores de base.

No Paraná, as mobilizações de mulheres dão origem ao Movimento Feminino pela Anistia (Paraná), ao Movimento de Mulheres Oito de Março, ao Movimento Popular de Mulheres do Paraná e outros espaços de lutas por direitos que contaram com uma imprensa alternativa e constituída por militantes e jornalistas que também atuavam na grande imprensa.

No estudo de Elizabeth Cardoso (2004) sobre as publicações feministas que surgiram depois de 1974 e logo após a abertura política, constam no Paraná os seguintes veículos: *Brasil Mulher*, que surgiu em 1975 em Londrina (sendo publicado a partir da segunda edição em São Paulo), *Maria* (do Movimento de Mulheres Oito de Março, com participação da jornalista Teresinha Cardoso⁸), de 1984, *Jornal da Mulher*, de 1986 e *Boletim da Mulher*, de 1986. Além destes, uma pesquisa bibliográfica permitiu registrar a existência do *Boletim do Movimento Feminista pela Anistia*, núcleo do Paraná, publicado pela primeira vez em 1977 (CONRADI, 2013)⁹ e do *Boletim do MPMP*, que teve sua primeira edição em maio/junho de 1986 (KNAPIK, 2005).

Paralelamente a este processo de participação das mulheres na imprensa (feminina e feminista) como forma de luta política e conquista

⁸ A jornalista atuou na *Tribuna do Paraná* no mesmo período, conforme relata Conradi (2015).

⁹ O boletim foi lançado no momento de criação do núcleo do Movimento no Paraná (1977), escrito pela primeira presidente, Neide de Azevedo Lima (CONRADI, 2013).

do espaço público, observa-se o ingresso das mulheres no jornalismo, inicialmente em áreas mais voltadas às variedades, em especial a partir da segunda metade do século XX, quando se verifica mudanças no campo jornalístico, resultantes do processo de modernização da imprensa e da ampliação de veículos de comunicação (ABREU, 1996).

A partir do interesse em valorizar o protagonismo das mulheres que atuaram na imprensa paranaense, associado à necessidade de compreender o processo de transformação do mercado profissional da área com a profissionalização e ampliação dos cursos superiores em todo país, o presente artigo oferece elementos, resultantes de pesquisa documental, para demarcar a trajetória das mulheres no jornalismo e os desafios atuais da área diante das desigualdades de gênero que permanecem presentes no mercado de trabalho.

Espaços das mulheres no jornalismo paranaense

É importante esclarecer que, como uma das instigações da pesquisa é entender como se deu o movimento de entrada das mulheres nas redações tradicionais, justificou-se a necessidade em analisar realidades concretas, isso motivou a escolha dos jornais *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná* para análise, no caso de Curitiba, como objetos de observação. O primeiro foi fundado em 1919 e é o jornal mais antigo da cidade em circulação impressa, com cobertura regional, atingindo parte das cidades do Paraná. Atualmente, desde junho de 2017, a *Gazeta do Povo* circula em versão diária online e, na plataforma impressa, a publicação é semanal.

A primeira mulher a entrar na *Gazeta do Povo*, ainda adolescente na década de 1930, foi Juril de Plácido e Silva (1921-2012), filha de um dos donos do jornal, o jurista, professor, jornalista e editor Oscar Joseph de Plácido e Silva. Ela trabalhou no impresso durante 50 anos, como colunista social (ALMEIDA, KOSVOSKI, ROCHA, 2016). Souza (2005, p. 2) mostra que o colunismo social foi um movimento contrário às técnicas

de “padronização e impessoalização” basilares da forma objetiva de se fazer jornalismo, muito utilizada no modelo do jornalismo informativo.

Entre as pioneiras contratadas pelo impresso, com registro, está Carmem Lour, em 25 de agosto de 1938, na época com 20 anos. Contudo, os documentos apontam uma passagem rápida, conforme reportagem de José Carlos Fernandes, publicada em 14 de abril de 2016, no caderno Vida e Cidadania da *Gazeta do Povo* (GAZETA DO POVO, 2016 apud ALMEIDA, KOSVOSKI, ROCHA, 2016).

Em 1969, as colunistas Ivany Pereira e Nadyége Almeida eram responsáveis pela ‘Gazeta Feminina’ e ‘Tcha Tcha Tchagarelado’, respectivamente. E em 1971, a cronista, poetisa e artista plástica Géci de Castro Benatto (1936-2003) escrevia a coluna ‘Shopping’. Além das colunas sociais, as mulheres inovaram na criação dos cadernos segmentados. A “Gazetinha” foi o primeiro encarte de jornalismo infanto-juvenil criado pela professora primária e autora de livros didáticos, Luíza Pereira Dorfmund (1918-2010), em parceria com sua irmã Sylvia Bittencourt – que lecionava artes. A ‘Gazetinha’ circulou até o ano da morte de Luíza (ALMEIDA, KOSVOSKI, ROCHA, 2016). Outro exemplo é o segmento de Turismo implantado por Rosy de Sá Cardoso, uma das jornalistas mulheres que atuou por mais tempo na *Gazeta do Povo*. Ela ingressou em janeiro de 1977 e em 2016, com 89 anos, continuava trabalhando, apesar de aposentada. Ela foi também a primeira mulher associada ao Sindicato dos Jornalistas do Paraná, com registro profissional de jornalista (ALMEIDA, KOSVOSKI, ROCHA, 2016) e a primeira mulher a se associar ao Skat Internacional de Curitiba – uma associação internacional de profissionais de turismo, com sede na Espanha e comitês nacionais no mundo inteiro. Ela chegou a ser presidente do Skat. Com o passar dos anos, Rosy conseguiu escrever sobre política e esporte na mesma empresa (TURISMO EM NÚMEROS, 2002 apud ALMEIDA, KOSVOSKI, ROCHA, 2016).

Ainda na década de 1970, há registros de Mara Cornelsen atuando no jornalismo policial, até então um espaço majoritariamente masculino. A participação feminina na *Gazeta do Povo* se acentuou após a década de 1980. Entre os anos de 1990 a 2010 foram levantados, em pesquisa empírica, 38 nomes de jornalistas. Os dados apontaram que as profissionais que entraram no jornal pós década de 1990 ou cursavam

faculdade de Jornalismo ou já portavam o diploma (ALMEIDA, KOSVOSKI, ROCHA, 2016).

A escolha do diário *O Estado do Paraná* para observação decorreu do espaço que o jornal ocupou na imprensa curitibana no século XX. Ele foi criado em 1951, com circulação estadual, objetivando apoiar o então governador do estado, Bento Munhoz da Rocha Neto, que sofria oposição dos jornais paranaenses na época, e encerrou as atividades em 2011, após 60 anos de publicações ininterruptas (ALMEIDA, 2016). Comparado à *Gazeta do Povo*, a pesquisa revelou uma menor participação feminina de jornalistas e colaboradoras em *O Estado do Paraná*. Foram realizadas consultas com foco nas autorias dos textos durante os meses de setembro de 1973, dezembro de 1977, julho de 1978 a 1982, além de março de 1983 e 1984, e verificou-se um número pequeno de matérias assinadas por jornalistas de fato contratadas (ALMEIDA, 2016).¹⁰

Novamente, a pesquisa identificou a atuação de mulheres em diferentes segmentos. Um dos nomes encontrados foi Vânia Mara Welte, que trabalhou nas páginas de *O Estadinho* e diagramou o jornal de 1967 até o fim de 1970. Outro nome é Dayse Regina Ferreira, que apareceu na editora de Turismo a partir de 1973, posteriormente, em 1979, como editora do suplemento semanal “Jornal da Família” e do “Jornal da Mulher”, com dicas de moda, ginástica e receitas. No final da década de 70, entre 1977 a 1983, encontram-se artigos de política assinados por Iberê de Mattos, destacando-se entre os nomes masculinos que ocupavam as autorias da página (ALMEIDA, 2016).

A crise que abateu o jornal nas décadas de 1970 e 1980, com a redução de anúncios, repercutiu na produção de conteúdos. Em julho de 1981 o jornal chegou a imprimir apenas 16 páginas em uma edição durante a semana (ALMEIDA, 2016). Ao longo dessas décadas aumentaram as colaborações femininas, especialmente aos domingos, com crônicas, artigos e inclusive grandes reportagens com conteúdo *hard news*.

Esse mapeamento vislumbrou que, embora de forma localizada, no início do século XX algumas mulheres adentraram nas redações e produziram conteúdos, apesar de ser um espaço majoritariamente

¹⁰ Ressalta-se que há vácuos temporais de material disponível no acervo. Não foram encontradas as edições nos anos 1969 a 1972, 1974 a 1976 e 1985 a 1989 do jornal *O Estado do Paraná* (ALMEIDA, 2016).

masculino, seja pelas mãos do pai/proprietário ou com contratação em carteira profissional. Outro aspecto a ser considerado é a contribuição dessas mulheres nos segmentos de turismo, feminino, infantil, colonismo social, literatura, espaços que permitiram seus acessos. O que não significa que atuaram de forma passiva, pois inovaram em diagramação, tornaram-se *experts* no assunto, criaram novos espaços e galgaram outros suplementos. Apesar dos embates, como falta de estrutura na redação para recebê-las, uma vez que até banheiro era inexistente, ou mesmo instabilidade empregatícia, estas mulheres marcaram a conformação do jornalismo nessa região.

Além da identificação de personagens que se tornaram pioneiras no jornalismo no Estado, é importante considerar as condições de trabalho encontradas pelas mulheres nas redações. Nesse sentido, um dado a ser considerado é com relação à forma de contratação. No início as mulheres não eram registradas como jornalistas e muito menos registradas com contrato formal de trabalho, como aponta Almeida (2016) ao analisar os impressos de Curitiba – *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*, por meio de pesquisa documental durante o período de 1969 a 1989. O fato de não terem registro torna mais difícil localizá-las, uma das formas para isso é a pesquisa documental, com análise das edições. Segundo Almeida (2016), a maior parte das mulheres que tiveram participação no jornalismo diário da cidade nesses anos atuavam como colaboradoras, sem periodicidade fixa. Os textos assinados não apareciam com periodicidade regular e ocupavam espaços de pouco “prestígio” comparado às editorias consideradas *hard news*, como política, economia e cidades, em que prevaleciam nomes masculinos. No período de 1969 a 1973 foram encontradas 23 assinaturas nos dois impressos de Curitiba, entre os anos de 1974 a 1978 foram levantadas 18 assinaturas, de 1979 a 1983, somaram 24 e, de 1984 a 1989, três (ALMEIDA, 2016).

Em Ponta Grossa, devido às singularidades das determinações políticas, econômicas e culturais de uma cidade do interior do estado, esse movimento caracterizou-se de forma diferenciada em comparação à capital. O primeiro nome feminino a aparecer nos impressos da cidade foi Belinda na coluna social dominical do *Jornal da Manhã*¹¹, “Cortina de

¹¹ O *Jornal da Manhã* foi fundado em Ponta Grossa no dia 4 de julho de 1954.

Seda”, vista como a mais tradicional da cidade na segunda metade da década de 1950 (NETO, 2011 apud ROCHA; OLIVEIRA; KUHL, 2013). Entretanto, como era comum na imprensa nacional o uso de pseudônimos, Belinda, em específico, era o pseudônimo de um homem. A primeira autoria feminina encontrada foi Neide Zanoni, antes da instalação do primeiro curso superior em Jornalismo na cidade, em 1980, no jornal *Diário dos Campos*¹². O nome também aparece no espaço de colunismo social, em geral escrevendo sobre os projetos e ações de caridade das “damas” da cidade (NETO, 2011 apud ROCHA; OLIVEIRA; KUHL, 2013).

A feminização do jornalismo impresso no Paraná: pesquisas sobre Curitiba e Ponta Grossa

Pesquisas sobre o ingresso e o impacto das mulheres no mercado de trabalho da imprensa regional ainda são incipientes no campo do Jornalismo, sobretudo com recorte no estado do Paraná. O grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero da Universidade Estadual de Ponta Grossa¹³ vem procurando mapear e estudar esse movimento; contudo, não há dados sistematizados pelas entidades representativas, associações ou sindicatos, do período recente e tampouco históricos, da feminização nas empresas jornalísticas. Também foram encontradas dificuldades para levantar esses números junto às próprias empresas, pois nem todas as consultadas para fins de pesquisa disponibilizaram informações.

Um referencial de partida é a pesquisa Perfil do Jornalista realizada em 2012 (MICK; LIMA, 2013) que apontou que há uma prevalência de mulheres trabalhando no mercado, 64%, em relação aos homens, 36%. A pesquisa partiu de uma amostra de 2.731 jornalistas, respeitando a estratificação dos dados de jornalistas por região, assim, ficou dividido percentualmente da seguinte forma: 36,72% para o estado de São Paulo, 23,53% para o sudeste sem São Paulo, 15,71% para o Sul, 12,04%

¹² O *Diário dos Campos* é considerado o jornal mais antigo de Ponta Grossa e um dos mais antigos do Paraná. Foi fundado em 27 de abril de 1907 com o nome de *O Progresso* e em 01 de junho de 1913 passa a circular como *Diário dos Campos*. De setembro de 1990 a 1999, sua produção foi interrompida.

¹³ Cadastrado no Diretório de Grupos do CNPq: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3289559958954010>

para o Nordeste e 12% para Norte/ Centro Oeste (MICK; LIMA, 2013). Em 2005, o relato da distribuição de gênero no jornalismo brasileiro, realizado pela Relação Anual de Informações Sociais/Ministério do Trabalho - RAIS apontava que as mulheres ultrapassaram os homens, ocupando 51,57% do mercado em jornalismo (18.217) contra 48,43% profissionais do sexo masculino (17.105), em um universo de 35.322 jornalistas (ROCHA; SOUSA, 2008a). Assim, verifica-se que as mulheres sobressaem no mercado nacional em números a partir do início do século XXI. Contudo, ao relativizar e qualificar os dados, nos deparamos com desigualdades nessa ocupação, seja salarial, postos ocupados, benefícios (como por exemplo auxílio saúde) (PONTES, 2017) e mesmo especificidades de tipos de mídias de regiões e localidades. De maneira geral, as mulheres predominam no setor extra-redação, composto por assessorias, ensino e também nas revistas (ROCHA, 2016).

Esse movimento de alternância do mercado de jornalismo no Brasil torna-se mais visível a partir da década de 1980, como apontam Rocha e Sousa (2008b, p. 11):

Nas décadas de 80 e 90, o setor da comunicação passou por um processo de reestruturação produtiva e administrativa. Embora isso tenha provocado demissões, o efetivo de jornalistas em atividade cresceu gradativamente em locais determinados. Outra mudança foi o aumento de mulheres nesse mercado de trabalho.

Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, sabe-se que a feminização do jornalismo está relacionada ao processo de profissionalização da carreira e às transformações sociais e dos meios de comunicação, ocorridas sobretudo a partir do século XX (ROCHA; SOUSA, 2008a; ROCHA, 2016). De certa forma, as escolas de Jornalismo favoreceram a entrada das mulheres no jornalismo (ROCHA; SOUSA, 2008a; ROCHA, 2016), a partir do final de 1940, no Brasil, e sobretudo após 1960, com a exigência da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, de acordo com Decreto-Lei 972 de 17 de outubro de 1969. O aumento dos cursos de formação superior foi gradual. De acordo com Rocha (2004), em 1960 havia sete faculdades de jornalismo, no início da década de 1990, eram mais de 100 e em 2012, segundo Mick e Lima (2013), já somavam 317. Desse total, 17,51% estão na região Sul (MICK; LIMA,

2013). As mulheres também ocupam mais cadeiras nas salas de aula, logo, há um número maior portando diplomas: 53,91% dos jornalistas homens têm curso de graduação e o percentual feminino é de 73,16% (MICK; LIMA, 2013).

Ao relativizar para o objeto da discussão proposta, isto é, a feminização no jornalismo regional em Curitiba e Ponta Grossa, um dos aspectos a se considerar é a chegada dos cursos de credenciamento nestas localidades. Em Curitiba, o primeiro curso de Jornalismo foi o da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) em 1956. Em 1983 ele foi desativado durante 5 anos, retomando as atividades em 1988. Em 1963, implantou-se o curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal do Paraná (ALMEIDA, KOSVOSKI, ROCHA, 2016). Nota-se aqui que os primeiros cursos receberam a denominação específica de Jornalismo, contudo, a partir da década de 1960 com a criação da CIESPAL, iniciou-se um movimento de troca da nomenclatura para Comunicação Social (ROCHA; SOUSA, 2008a; ROCHA, 2016).

Em Ponta Grossa, o primeiro curso data de abril de 1985, trata-se do curso de Comunicação Social - Jornalismo, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Em 1989, o grupo de egressos da primeira turma da UEPG era composto por 18 estudantes, sendo 14 mulheres. Em 2001, foi criada a Faculdades Santa Amélia - Secal, e a primeira turma graduada, em 2004, continha 16 alunos, sendo 7 mulheres. A presença das mulheres no curso da Secal aumenta nos anos seguintes, na mesma proporção do curso da UEPG (dois terços) (ROCHA; OLIVEIRA; KUHL, 2013).

Entretanto, apesar da abertura dos cursos de formação superior e da legislação sobre a exigência do diploma para o exercício da profissão terem sido as principais portas de entrada para as mulheres no mercado de trabalho das redações das empresas convencionais, há registros de movimentos anteriores realizados por algumas mulheres que atuaram nas redações destas empresas. Desconsiderar essas informações é reiterar o discurso que alimenta a invisibilidade da participação feminina, por isso o esforço em encontrá-los, resgatá-los e, sobretudo, incorporá-los na narrativa do processo de feminização do jornalismo regional, conforme proposto neste trabalho.

Os dados apresentados ao longo do texto – desde as primeiras aparições das mulheres na imprensa feminina e feminista no início do século XX até as transformações no mercado jornalístico no Paraná a partir do processo de modernização da imprensa e da consolidação da formação superior para o exercício da profissão – revelam que o ingresso das mulheres no jornalismo foi marcado por lutas, disputas e resistências.

Contraditoriamente, se hoje as mulheres são maioria no jornalismo (representam cerca de dois terços do mercado profissional), isso não se reflete em condições de igualdade no exercício da profissão. Disparidades salariais, jornada de trabalho, acesso a auxílios, cargos de maior prestígio, tempo de escolarização, entre outros aspectos denunciam relações desiguais no mercado profissional, que são acentuadas quando articuladas com questões de raça. No que se refere a renda, segundo Pontes (2017, p. 6), “a maioria das mulheres (66,5%) detém renda de até cinco salários mínimos, percepção financeira que atinge metade dos homens (51,2%)”. À medida que a média salarial aumenta, a proporção de homens com salários maiores se amplia.

Desse modo, falar sobre feminização do jornalismo implica reconhecer também as lógicas de precarização do trabalho que recaem sobre jornalistas, especialmente mulheres. Somadas à crescente juvenização da profissão, tais condições perpetuam e, em certa medida, acentuam as diferenças entre homens e mulheres no exercício do jornalismo.

Ao recuperar alguns marcos da presença feminina no jornalismo impresso no Paraná, ainda que esparsos, a partir de um percurso histórico e da contextualização do mercado de trabalho atual, pode-se estabelecer algumas relações com o cenário nacional. Destaca-se o fato das mulheres participarem ativamente do processo de modernização dos impressos, atuando em diferentes editorias, bem como promovendo lutas pelos seus direitos por meio da imprensa alternativa. Dar visibilidade a esta trajetória constitui um modo de valorizar os espaços de resistência e protagonismo feminino por meio da atividade jornalística.

A conquista de espaços deu-se associada à profissionalização do jornalismo e à sua reconfiguração em todo país. Assim, se as barreiras no acesso à profissão foram superadas, ainda persistem muitos desafios

a serem vencidos para uma efetiva conquista da igualdade nas relações de trabalho. Afinal, se como afirma Márcia Veiga da Silva (2014), o gênero do jornalismo é masculino, falar sobre diferenças no mercado profissional é também um modo de tornar evidentes as relações de poder no mundo do trabalho.

Referências

ABREU, Alzira Alves de (Org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ALMEIDA, E. A. S. de. A participação das mulheres no jornalismo impresso e diário de Curitiba durante a ditadura militar e pós-abertura política. **XXV Encontro Anual de Iniciação Científica**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2016.

ALMEIDA, E. A. S. de; KOVOSKI, G. C.; ROCHA, P. M. Marcas da história do jornalismo da Gazeta do Povo e o processo de feminização da redação. 6º Encontro Regional Sul de História da Mídia. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2016.

BUENO, Wilma de Lara. **Mulheres escritoras no Paraná nos anos 30**, 2002. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0510.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa brasileira pós-1974. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. especial, 2004. p. 37-55. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300004/9445>>. Acesso em: 10/07/2017.

CONRADI, Carla Cristina Nacke. **Memórias do sótão: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

CONRADI, Carla Cristina Nacke. Por uma história das mulheres no Paraná: o Movimento Feminino pela Anistia e sua concepção de feminino. **Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**, Salvador, 2013.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil. Século XIX: dicionário ilustrado.** Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Carmen da Silva: o feminismo na imprensa brasileira.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

KAMITA, Rosana Cássia. Mariana Coelho e a história do feminismo. **XXII Simpósio Nacional de História,** Londrina, 2005.

KNAPIK, Márcia Carneiro (Org.). **Movimento Popular de Mulheres no Paraná: 10 anos construindo vida.** Curitiba: Editora Gráfica Popular: CEFURIA, 2005.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

MICK, J.; LIMA, S. **Perfil do jornalista brasileiro.** Características demográficas, políticas e do trabalho. Florianópolis: Insular, 2013.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista Estudos Feministas.** CFH/CCE/UFSC. v. 11, n. 1, 2003. p. 225-233.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.

PONTES, F. S. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. **E-Compós,** v. 20. n.1, 2017.

POPADIUK, Barbara; CAMARGO, Bruna; WOITOWICZ, Karina Janz. Lutas feministas por meio da imprensa: Movimento de mulheres no Paraná e espaços de resistência. **XI Encontro Nacional de História da Mídia,** São Paulo, 2017.

ROCHA, P. M. **A mulher jornalista no estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira.** São Carlos: UFSCar, 2004. 241 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

ROCHA, P. M.; OLIVEIRA, M. A. KUHL, C. A história do ingresso das mulheres nas redações de dois impressos de Ponta Grossa. **Encontro Nacional de História da Mídia**, Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.

ROCHA, P. M.; SOUSA, J. P. de. **Rumos do Jornalismo na Sociedade Digital**: Brasil e Portugal. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008a.

ROCHA, P. M., SOUSA, J. P. de. A atual formação dos jornalistas e o mercado de trabalho: uma comparação entre Brasil e Portugal. **Confibercom**, Natal, 2008b.

ROCHA, P. M. O processo de profissionalização do Jornalismo no Brasil e seus embates ao longo do século XX e XXI. In: Bonelli, M. da G.; SIQUEIRA, W. L. **Profissões Republicanas**: experiências brasileiras no profissionalismo. São Carlos: UFSCar, 2016.

SEIXAS, Larissa Selhorst. Associações femininas e a inserção das mulheres na esfera pública: o Centro Paranaense Feminino de Cultura (Curitiba, 1933-1958). **XXV Simpósio Nacional de História**, Fortaleza, 2009.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

SOUZA, Rogério Martins de. A sedução do colonismo: Uma análise das colunas de Ancelmo Gois e Ricardo Boechat. **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/40495660806795876579828905832247877585>. Acesso em 13 de abril de 2013.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. Nas ruas e na imprensa: mulheres em movimento durante as ditaduras militares no Brasil e no Chile. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. p. 325-352.

ZOMER, Lorena. Página literária: Vivências e diálogos da curitibana Leonor Castellano nos artigos publicados em 1924 na Gazeta do Povo. **Simpósio Internacional Fazendo Gênero**. Florianópolis, 2010.

A presença feminina no rádio maranhense

Graziela Soares Bianchi

Nayane Cristina Rodrigues de Brito

Introdução

O lugar que o rádio ocupa no cotidiano de cidades do interior do Brasil se diferencia das cidades situadas nos grandes centros urbanos. Segundo Peruzzo (2005, p. 69), a mídia local tem relação com informação de proximidade, e complementa: “Na prática, ela é perpassada por distorções motivadas pela forma com que as relações de produção das notícias e de outros conteúdos midiáticos se processam, mas de uma maneira geral cumpre uma importante função social”.

O rádio ainda é o meio de comunicação que consegue chegar a territórios distantes, a praticamente qualquer pessoa, e beneficiar populações que, muitas vezes, não têm acesso a outros veículos, seja pela ausência de um meio local, falta de energia elétrica ou mesmo em razão dos ainda consideráveis índices de analfabetos existentes no Brasil. No estado do Maranhão, essas questões são ainda mais evidentes. É possível encontrar localidades sem o abastecimento de energia elétrica, aquelas que não dispõem de um veículo de comunicação local, em outras, o que pode existir são alguns jornais impressos com pequena tiragem e circulação mensal e ainda existem os blogs com informações locais, mas que por serem disponibilizados via internet, em lugares onde parte dos moradores reside na zona rural, sem acesso à comunicação digital, eles não atingem a maioria da população.

Constata-se que em aproximadamente 70% das 49 cidades localizadas ao Sul do Maranhão existe uma emissora de rádio com programação local¹⁴. O mesmo não acontece com emissoras de TV, que geralmente retransmitem programações das cidades de Açailândia, Imperatriz, Balsas ou mesmo da capital, e em poucas cidades existem emissoras televisivas locais. Os meios impressos geralmente são iniciativas tímidas com tiragem mensal e não atingem a maioria da população. Existem também os blogs, que buscam cumprir uma função informativa, mas que possuem acesso limitado a apenas uma parcela dessas sociedades. É importante ressaltar que nessa parte do Maranhão é considerável a população que habita a zona rural, são 435.888 habitantes, ao passo que na zona urbana são 861.822¹⁵. Em algumas fazendas e localidades distantes das cidades, o rádio é o único meio de comunicação com acesso à informação.

Diante desses dados, pela representatividade das emissoras de rádio nas cidades Sulmaranhenses¹⁶, considera-se também a importância de verificar a presença das mulheres nessas rádios do interior do Maranhão. Este trabalho baseia-se nos aspectos das rotinas produtivas observadas durante o período de desenvolvimento da pesquisa. Incorporam-se os procedimentos metodológicos do *newsmaking*. Cenários, profissionais e situações fazem parte das relações na rotina das sete rádios observadas, entre elas duas comerciais – Marconi FM e Nativa FM; a rádio educativa Boa Notícia AM; e quatro emissoras comunitárias – Rio Corda FM, Aliança FM, Cidade FM e Fronteira FM. Na sistematização do olhar, traçou-se uma topografia dos locais pesquisados, ou seja, uma descrição dos ambientes e dos programas veiculados (WINKIN, 1998).

Wolf (2005) destaca que é preciso considerar a diversidade de rotinas referentes ao funcionamento de cada empresa e os diferentes meios de comunicação. O autor define os aspectos metodológicos de pes-

¹⁴ Informações completas podem ser obtidas na dissertação defendida por Nayane Cristina Rodrigues de Brito. Panorama do radiojornalismo nas emissoras radiofônicas do sul do Maranhão - mapeamento, rotinas produtivas e produtos jornalísticos. Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2017.

¹⁵ Dados fornecidos pelo IBGE e sistematizados pela pesquisadora na soma de cada município para obter os totais apresentados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_maranhao.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

¹⁶ "Sulmaranhense" é uma expressão utilizada na tese do professor do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão – Campus Imperatriz, Jailson de Macedo Sousa (2015). Será adotada esta forma de escrita porque a classificação de Sousa (2015) da região Sulmaranhense constitui a base para a escolha dessa parte do Maranhão como universo de pesquisa de mestrado.

quisas que contemplam o *newsmaking* como uma abordagem etnográfica da comunicação, pela observação direta das práticas dos profissionais envolvidos nos processos jornalísticos. Assim, segundo o autor, todas as pesquisas que utilizam essa metodologia têm em comum o uso da observação participante. Além dessa estratégia que aproxima os estudos de *newsmaking* da etnografia, nesta pesquisa também foram utilizadas outras técnicas como a descrição densa e uso do diário de campo, que podem revelar nuances no fluxo do trabalho nas emissoras de rádio.

Geertz (1989), em seus estudos sobre o método etnográfico, pondera que a interpretação sobre um determinado grupo, a partir da observação e da descrição, só é possível com um esforço intelectual do pesquisador. A descrição densa, como uma prática etnográfica, na concepção de Geertz (1989), vai além de apenas uma questão de método. Ela deve representar uma análise antropológica capaz de compreender as estruturas significantes do grupo pesquisado:

Segundo a opinião dos livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”, tomando emprestado uma noção de Gilbert Ryle (GEERTZ, 1989, p. 4).

Assim, a observação em campo convoca a “arte de ver, arte de ser, arte de escrever” (WINKIN, 1998, p. 132). Desse modo, Travancas (2006, p. 10) define que o uso do método antropológico exige do pesquisador atenção redobrada: “Pesquisa exige rigor, disciplina, disposição e também criatividade. Pesquisa etnográfica exige tudo isso e mais um pouco”.

A observação das rotinas das sete emissoras pesquisadas relacionada à visualização da ocupação dos espaços e, sobretudo, a compreensão das relações embutidas nas decisões produtivas permitiu analisar onde estão e que lugares ocupam as mulheres nessas emissoras. O artigo traz os aspectos relacionados à constituição de cada veículo radiofônico pesquisado e posteriormente apresenta uma tabela com a verificação das funções desempenhadas por homens e mulheres nessas rádios.

Descrição das emissoras observadas

As sete rádios observadas funcionam em prédios com diferentes estruturas físicas e quadro de funcionários ou colaboradores. Antes da análise dos locais ocupados por homens e mulheres nessas emissoras é oportuna uma breve descrição desses veículos radiofônicos para a compreensão inicial de seu funcionamento. São as seguintes emissoras analisadas: Marconi FM, Nativa FM, rádio educativa Boa Notícia AM, Rio Corda FM, Aliança FM, Cidade FM e Fronteira FM.

Com 27 anos de existência, a Rádio Marconi 101,9 FM funciona em um prédio amplo e que passou por reforma em ampliação durante o período de desenvolvimento da pesquisa. Além da propagação por ondas hertzianas, a Rádio Marconi dispõe de uma página na web (<http://marconifm101.com.br/>) onde é possível realizar a escuta da programação. Apesar da atuação de um repórter, que também participava como locutor no período da noite, em um programa musical, verificou-se o trabalho jornalístico produzido por ele somente nas manhãs de segunda a sexta-feira no “Marconi Cidade” e no sábado no “Bom dia Açailândia”.

A Rádio Nativa 99,5 FM faz parte do Sistema Nativa de Comunicação, composto ainda pela TV Nativa, uma emissora de televisão afiliada da Rede Record¹⁷. A rádio foi ao ar em 1989, a partir das iniciativas do empresário e político Raimundo Nonato Cabeludo Vieira, conhecido por Raimundo Cabeludo, que já atuou como deputado estadual e federal. É destacado o pioneirismo da rádio em frequência modulada na cidade de Imperatriz em incluir conteúdos jornalísticos na programação, outra iniciativa pioneira é quanto à parceria com redes de rádios retransmitidas via satélite. O departamento de jornalismo é responsável pela programação jornalística tanto da rádio quanto da TV Nativa. Na emissora, o programa jornalístico é o “Rádio Alternativo”.

“Anunciar a boa nova através do compromisso social, informando e denunciando as injustiças, numa comunicação libertadora”, essa é a missão da Rádio educativa Boa Notícia 770 AM. O incentivo para o surgimento da emissora partiu da diocese de Balsas, especialmente pela atuação do padre Missionário Comboniano Alfredo Bellini. Setembro

¹⁷ A emissora pode ser acompanhada pelo site: <http://fmnativa.com.br/>

de 2004 marca o início das transmissões da rádio, com a razão social Fundação Prelazia de Balsas. Oito profissionais contratados contribuem diariamente para o funcionamento da Rádio Boa Notícia. O cotidiano da emissora é caracterizado pelos avisos indicados pelos ouvintes. Em sua grade de programação vários programas têm espaços para informação. A emissora também pode ser verificada na internet pelo site <http://radioboanoticia.com.br>.

Em 1999 surge a Associação Comunitária Barra-Cordense, a razão social da Rádio Rio Corda 104,9 FM¹⁸. A cidade de Barra do Corda é banhada pelos rios Corda e Mearim, o nome é equivalente a um desses flúmenes. O veículo nasce das iniciativas de Raimundo Carvalho, hoje diretor e locutor na emissora. Em 17 de novembro 2000, a Rádio Rio Corda recebeu outorga para funcionamento. O prédio da rádio é cedido pela prefeitura municipal há cerca de 10 anos. Atualmente, ela funciona com nove locutores. Na programação jornalística verifica-se a atuação do repórter do boletim “Plantão de Notícias” e o “Jornal Central Cordina de Notícias”.

A partir da experiência e iniciativa do técnico em eletrônica, Antônio de Castro, a Rádio Aliança 87,5 FM foi montada no final da década de 1990, mas somente há cinco anos está legalizada. No dia a dia, verifica-se a atuação de 14 colaboradores. As instalações da rádio estão localizadas em uma edificação com semelhanças de residência, o prédio é do diretor geral, o espaço tem tamanho médio. A Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Grajaú – Rádio Aliança também pode ser ouvida pelo site <http://radiocidadefmfortaleza.com.br/>.

A Rádio Fronteira 92,1 FM entrou no ar em 28 de maio de 2015 a partir da iniciativa do técnico em informática Nildo Oliveira. Na fachada principal do prédio, com características de residência, não existe identificação, algo proposital por se tratar de um veículo de comunicação sem outorga para funcionamento. O prédio é alugado, no térreo permanece a residência de Nildo Oliveira, no primeiro pavimento as instalações da rádio. Em agosto de 2016, equipamentos da emissora foram apreendidos e permaneceu sem funcionar nos primeiros meses de 2017.

¹⁸ A rádio dispõe do seguinte site: <http://www.riocordafm.com.br/>

Que espaço as mulheres ocupam nessas rádios?

Parte-se dessa indagação para verificar a presença das mulheres nas sete emissoras observadas, localizadas no interior do Maranhão. A Tabela 1, a seguir, ilustra as funções desempenhadas por elas e proporciona uma compreensão quanto aos ambientes ocupados por cada gênero.

Tabela 1 – Funções desempenhadas por mulheres e homens nas rádios pesquisadas.

Cidades	Emissoras	Funções das mulheres	Funções dos homens	Total de profissionais
Açailândia	Rádio Marconi	Diretora geral, secretária administrativa, secretárias do setor comercial, arrumadeira, locutoras.	Diretor/proprietário, secretário do setor comercial, locutores, repórter, vendedor de comerciais e operadores de áudio.	Aprox. 20
Imperatriz	Rádio Nativa	Recepcionista, diretora comercial e locutora.	Diretor da rádio, operador de áudio e locutores.	14
Balsas	Rádio Boa Notícia	Coordenadora de produção e jornalismo, auxiliar administrativa, secretária do setor comercial e locutoras.	Assistentes técnicos, técnico em informática, sonoplasta e locutores.	Aprox. 24
Barra do Corda	Rádio Rio Corda	Recepcionista e uma locutora.	Diretor da rádio, operador de áudio, repórter e locutores.	Aprox. 11
Fortaleza dos Nogueiras	Rádio Cidade	Diretora administrativa, recepcionista e locutoras.	Diretor de programação e locutores.	Aprox. 10
Grajaú	Rádio Aliança	Secretária, diretora comercial e locutoras.	Presidente da rádio, diretor comercial, locutores e vigia.	Aprox. 14
Itinga do Maranhão	Rádio Fronteira		Diretor da rádio e locutores.	3

Fonte: As autoras

Na Rádio Marconi FM cerca de 20 pessoas colaboram no funcionamento. Esse número varia devido aos programas independentes que às vezes têm mais ou menos colaboradores, o mesmo é verificado nas demais emissoras radiofônicas. Entre as funções definidas na rádio, estão o diretor da emissora, a diretora administrativa, secretária administrativa, funcionários do setor comercial, os vendedores de comerciais, operadores de áudio, locutores e uma pessoa na limpeza.

Para dar conta da programação desenvolvida na Rádio Nativa FM, são 14 funcionários contratados, entre eles uma recepcionista, a diretora comercial, diretor artístico, um operador de áudio e mais 10 locutores. Por se tratar de um sistema de comunicação, conta-se ainda com a diretora do Sistema Nativa de Comunicações, diretora de jornalismo e os vigias. Essas últimas funções não foram contabilizadas na Tabela 1, pois não são profissionais exclusivos da rádio.

Oito profissionais contratados contribuem diariamente para o funcionamento da Rádio Boa Notícia, uma coordenadora de produção e jornalismo, a auxiliar administrativa, uma locutora que atua no setor comercial na condição de secretária desse departamento, dois assistentes técnicos, um técnico em informática, um locutor e um sonoplasta. Além desses oito funcionários, cerca de 18 colaboradores atuam na parte da locução, são programas de Sindicatos, ONG, jornalísticos, entretenimento, entre outros. Alguns compram o espaço e outros são colaboradores e têm espaço disponibilizado, um exemplo são os programas religiosos.

Atualmente a Rádio Rio Corda FM funciona com nove locutores, entre eles a apresentadora do “Jornal Central Cordina de Notícias”, conhecido por CCN, Edilane Maria da Silva Brasil, que faz parceria com Raimundo Carvalho durante o informativo, uma recepcionista, um operador de áudio e a presença constante do diretor-presidente.

A diretora administrativa, Josefa Silva de Sousa, conhecida por Jô de Sousa, e o diretor de programação, Paulo Artagnan Brito Bezerra, são um casal e tomam conta da Rádio Cidade FM desde 2005. Junto com eles, colaboram cerca de dez profissionais, nem todos são locutores, alguns fazem a locução de certos programas por serem representantes de determinado órgão, um exemplo é o coordenador do Conselho Tutelar de Fortaleza dos Nogueiras, Juscimar Rocha dos Santos, ao apresentar

todas as quartas-feiras o “Conselho Tutelar em Ação”. Atuam ainda os pastores de igrejas evangélicas, a diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, representantes da ONG Programa Vida Nova, entre outros. Alguns colaboradores dessas instituições se alternam durante a semana, por isso um número aproximado de profissionais.

No dia a dia da Rádio Aliança FM, verifica-se a atuação constante da secretária, do presidente, de dez locutores que se revezam nos programas de segunda a domingo, de um vigia e de um dos diretores comerciais, considerado o diretor-geral da rádio.

Por sua vez, a Rádio Fronteira conta com três profissionais, dois locutores, um deles é Antonio Clóves Gerônimo de Carvalho, que auxilia na direção da emissora, também é apresentador do “Momento do Esporte” e ainda apoia na transmissão dos jogos; e o diretor e locutor, responsável por todas as questões relacionadas, inclusive técnicas, da rádio.

Esse quadro funcional das rádios nos revela que as mulheres são a minoria nas emissoras, elas atuam em cargos, em sua maioria, longe dos microfones, são secretárias, recepcionistas, administradoras, etc. Ao passo que a maior parte dos profissionais atuantes nas rádios são homens e ocupam os cargos de chefia e coordenação, além de serem os destaques nos programas radiojornalísticos.

Os dados verificados somam-se as averiguações de Bianchi e Brito (2016) ao analisarem o domínio masculino na locução dos programas radiofônicos das 61 emissoras mapeadas no Sul do Maranhão, levando em consideração que as sete emissoras, objetos deste estudo, fazem parte desse total de rádios registradas na cartografia Sulmaranhense.

Registrou-se 377 profissionais atuando na locução dos veículos radiofônicos mapeados, desse total, 312 são locutores, indicando 83% de homens, que também ocupam espaços de apresentadores de informativos, correspondentes e diretores administrativos, ao passo que são apenas 65 mulheres, representando 17%. Entre as locutoras, durante o processo de mapeamento, apenas uma assumia o cargo como diretora administrativa. Destaca-se que 12 são apresentadoras de informativos. A maioria dos programas apresentados por elas são musicais, de variedades ou religiosos (BIANCHI; BRITO, 2016, p. 136).

Além da expressiva diferença entre 83% dos homens ocupando os cargos de locutores, ao passo que somente 17% são locutoras, constatou-se também que a presença feminina é ainda menor quando se trata de programas radiojornalísticos. Para Santos (2004, p. 169), “quando o locutor fala aos ouvintes, ele exerce um poder que lhe é conferido socialmente”, quem fala e a partir de que local fala tem relação direta nas mensagens transmitidas. Em locais onde as emissoras de rádios apresentam-se como único meio de comunicação local, a figura dos locutores é ainda mais permeada de simbolismos. Representam a voz de uma determinada cidade, estabelecendo, quase sempre, uma representação de respeito e confiança.

Nesse contexto, a figura dos apresentadores na condução de programas radiojornalísticos torna-se relevante. Na concepção de Thomé (2008, p. 81), “o apresentador insere no contexto, pela fala, suas percepções de mundo [...]. É com a voz que o profissional vai possibilitar ao ouvinte captar emoções além do que está escrito no texto”. A autora pondera que a forma como os conteúdos jornalísticos são transmitidos pelos profissionais, reflete diretamente na identificação do ouvinte com o programa.

Quando se trata dessa relação entre rádio e gênero, vale ressaltar as observações de Santos (2004) quanto à violência simbólica embutida nas relações sociais e nas representações dos meios de comunicação:

Analisar a problemática dos meios de comunicação e das representações de gênero, reproduzidos nesse âmbito, significa considerar essas duas faces, buscando desvendar o que está oculto, dando visibilidade às diversas vozes e imagens presentes nas falas, narrativas e discursos. Trata-se não só de denunciar a violência simbólica que se exerce nas relações de comunicação pela mídia e, através dela, nas relações sociais, em geral, e nas relações de gênero, em particular, mas, também, de identificar um potencial utópico de subversão que se insinua através do riso e do prazer (SANTOS, 2004, p. 169).

Conforme pontua Scott (1989), as discussões sobre gênero devem ser compreendidas a partir das relações entre os sexos, ou seja, o foco não é apenas a mulher ou mesmo os homens, “[...] é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades

e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la” (SCOTT, 1989, p. 3).

As abordagens deste capítulo nos levam a refletir sobre os quantitativos verificados no processo de investigação e o que pode ser compreendido dessa realidade social. Pelos cargos ocupados por cada gênero nas emissoras verificadas é perceptível as diferenças dos espaços disponibilizados para homens e mulheres. No interior do Maranhão, o rádio ainda é um meio de comunicação em que predomina a presença masculina, uma realidade verificada nas sete rádios maranhenses pesquisadas durante o acompanhamento das rotinas produtivas.

As discussões estão situadas na divisão sexual do trabalho, que revelam os homens ainda em cargos de destaque, como é o caso dos apresentadores de programas radiojornalísticos, cuja atuação os projeta como figuras conhecidas e reconhecidas pelos seus discursos, e por vezes, dando grande destaque a posicionamentos políticos, por exemplo. Pela representatividade das rádios nas cidades Sulmaranhenses, essas situações aproximam os locutores dos ouvintes e reproduzem a autoridade das vozes masculinas.

Em contrapartida, as mulheres continuam nos ofícios tidos como femininos, ou seja, nos bastidores da maioria dos programas radiofônicos, sobretudo, os radiojornalísticos. A permanência do rádio enquanto um ambiente de domínio masculino perpassa as desigualdades também verificadas na sociedade a partir das relações de gênero. Faz-se necessário um deslocamento nas profissões das rádios Sulmaranhenses, de maneira que as mulheres também protagonizem programas jornalísticos, além das produções de variedade e entretenimento.

Referências

BIANCHI, Graziela; BRITO, Nayane Cristina Rodrigues de. **Que espaços elas ocupam no radiojornalismo Sulmanhense?** Disponível em: <http://www.enpecom.ufpr.br/anais/2016/anais_2016.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Editora Aplicada 1989.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, p. 67-84, 2005.

SANTOS, Maria Inês Detsi de Andrade. **Gênero e Comunicação: o masculino e o feminino em programas populares de rádio**. São Paulo: Annablume, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. In: **Gender and the politics of history**. New York, Columbia University Press. 1989. p. 1-35. Disponível em:

<http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2015.

THOMÉ, Michelle. **Jogos de poder: as estratégias de comunicação de Mulheres e homens no rádio**. 2008, 176 f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/SOCIOLOGIA/N_dissertaoMichelleThom.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2016.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In: BARROS, A.; DUARTE, J. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006, p. 98-109. Disponível em: <<https://marinasaraiva.files.wordpress.com/2013/04/etnografia-e-comunicao.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

WINKIN, Ives. **A Nova Comunicação: da teoria ao trabalho de campo**. Campinas: Papius Editora, 1998.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Onde estão as pesquisas sobre jornalismo, gênero e política? Uma análise dos periódicos brasileiros

Camilla Quesada Tavares

Este capítulo tem por objetivo mapear os artigos publicados nas principais revistas científicas brasileiras que relacionam jornalismo e gênero, mas focando também naqueles que trabalham a relação entre jornalismo, gênero e política. Os estudos sobre comunicação e gênero começaram a se desenvolver a partir dos anos de 1970, mas a vinculação com o jornalismo é bem mais recente. Em se tratando da relação entre jornalismo, gênero e política, o que vemos é uma lacuna nas publicações da área.

Para o mapeamento dos artigos sobre jornalismo, gênero e política publicados nas revistas de maiores estratos brasileiras – A1, A2, B1 –, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir da metodologia quantitativa. Para isso, realizou-se a coleta de dados nas revistas da área da Comunicação e Informação indexadas na Qualis Periódico, disponibilizadas no Portal Sucupira, da Capes, entre os dias 30 de junho e 1º de julho de 2017. A coleta resultou num *corpus* de 50 artigos, publicados em 22 revistas acadêmicas diferentes. Os dados foram analisados a partir das seguintes variáveis: revista, estrato, ano de publicação, palavras-chaves, título e resumo.

O texto está dividido da seguinte maneira: o tópico a seguir discute brevemente a importância da metapesquisa para o jornalismo. Na terceira parte do artigo, apresentamos o desenho metodológico da pesquisa com os dados gerais. No quarto tópico, focamos nas pesquisas

que envolvem, também, a política. Por fim, apresentamos as conclusões, pontuando que os estudos com as três perspectivas ainda são pouco explorados nas revistas consideradas.

A importância da metapesquisa para o Jornalismo

A metapesquisa consiste na “pesquisa da pesquisa”. Refere-se a um esforço de mapear as principais produções de uma área, o que, segundo Mattos (2002), é importante para identificar a consolidação de um campo acadêmico, uma vez que ela possibilita o desenvolvimento de autorreflexões sobre as investigações.

Navarro (2007) destaca que a metapesquisa é um tipo de pesquisa facilmente encontrada na comunicação, mas quando pensamos no jornalismo essa abordagem é, aparentemente, ainda pouco explorada, especialmente quando focamos na relação entre jornalismo e gênero. Um exemplo é o trabalho de Escosteguy e Messa (2008), que pesquisaram as teses e dissertações sobre comunicação e gênero defendidas entre 1992 e 2002 no Brasil. As produções sobre jornalismo aparecem, mas não são o foco do trabalho.

Apesar de não serem da área da Comunicação, e sim da Ciência Política, Miguel e Biroli (2008; 2009; 2010; 2011) possuem uma produção considerável envolvendo mídia, gênero e política. Para os autores, a interseção das três temáticas é importante “na medida em que a visibilidade nos meios de comunicação de massa é um fator fundamental na produção do capital político nas sociedades contemporâneas” (MIGUEL; BIROLI, 2008, p. 24). Embora estudem a mídia de uma maneira mais ampla, os autores possuem algumas publicações que se referem especificamente ao jornalismo.

Sarmento (2013) é outra pesquisadora da área da Ciência Política que busca compreender como são sistematizados os estudos sobre gênero, mídia e política, a partir da representação simbólica do gênero na mídia; da construção discursiva da representação política; e do ativismo de mulheres na mídia. Mais uma vez, embora o jornalismo perpasse

o estudo, ele não é um dos focos, e essa produção não está dentro do escopo da área da Comunicação.

Portanto, este capítulo vem no esforço de contribuir para os estudos em jornalismo. Deste modo, a metapesquisa dos artigos científicos se mostra como um caminho viável para esta finalidade, pois permite que sejam identificadas, ainda, as principais matrizes teóricas e epistemológicas, além dos autores e obras (MATTOS, 2012). Embora este trabalho não tenha a pretensão de classificar as abordagens teóricas utilizadas, principalmente por conta o espaço limitado, ele serve como base para pesquisas futuras.

Desenho metodológico da pesquisa e apresentação dos dados gerais

Os dados apresentados neste capítulo foram coletados entre os dias 30 de junho e 1º de julho de 2017, a partir das revistas indexadas no Qualis Periódico, disponíveis na Plataforma Sucupira, da Capes. Para esta pesquisa, foram selecionadas as revistas brasileiras integrantes dos três maiores estratos – A1, A2, B1 – da área de avaliação Comunicação e Informação. A partir da lista disponível, acessamos os sites de cada uma das revistas que tinha relação direta com a Comunicação, de modo geral, e com o Jornalismo, de modo particular¹⁹, e realizamos a busca a partir das seguintes palavras-chaves, considerando os artigos encontrados entre o período de 2000 a 2017: jornalismo, gênero, feminismo, mulher, política. As palavras foram buscadas individualmente e também combinadas, a fim de conseguir mapear todos – ou pelo menos grande parte – os trabalhos publicados que tinham alguma relação com a tríade da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada com base na análise de conteúdo quantitativa, que resultou num banco com 50 casos, distribuídos em

¹⁹ Revistas da área da História, Biblioteconomia, Saúde entre outras que possuem indexação na área da Comunicação e Informação, mas que não dialogam necessariamente com o Jornalismo foram deixadas de fora deste levantamento, bem como as revistas internacionais. Isso se deve ao fato de que o objetivo do estudo é mapear a produção e publicação acadêmica brasileira sobre jornalismo, gênero e política, por isso optamos por deixar os periódicos internacionais de fora neste momento.

22 revistas. Cervi (2009) explica que a pesquisa quantitativa tem por objetivo contar e medir características do objeto pesquisado. No caso deste trabalho, a metodologia quantitativa, representada pela análise de conteúdo, auxilia na medição de quantos artigos existem publicados, em quais periódicos e em quais anos a partir do auxílio do software estatístico SPSS. Adotamos ainda a técnica da análise textual realizada por meio do software Iramuteq, a qual se refere a um tipo de análise do material verbal transcrito, ou seja, de textos (CAMARGO; JUSTO, 2013). A partir desse tipo de análise, foram criadas nuvens de palavras e feita a análise de similitude a partir das palavras-chaves dos artigos coletados.

Agora que se conhece a matriz metodológica da pesquisa, passemos aos dados. A tabela a seguir traz os artigos que encontramos publicados nas principais revistas brasileiras. Como podemos observar, não foi identificado nenhum artigo publicado em revistas de estrato A1. Já entre as A2, foram encontrados trabalhos em sete publicações; e no que diz respeito às B1, 17 revistas integraram o *corpus* de análise.

Tabela 1 – Artigos sobre jornalismo e gênero publicados nas revistas brasileiras

Revistas	Estrato	Freq.	% Válida
Pagu	A2	8	16,0
Estudos Feministas	A2	6	12,0
Em Questão	A2	4	8,0
Estudos em Jornalismo e Mídia	B1	4	8,0
Alceu	B1	3	6,0
ECompós	A2	3	6,0
Famecos	A2	3	6,0
Comunicação e Sociedade	B1	2	4,0
Fronteiras	B1	2	4,0
Intexto	B1	2	4,0
Revista Observatório	B1	2	4,0
Animus	B1	1	2,0
Brazilian Journalism Research	B1	1	2,0
Calidoscópio	B1	1	2,0
Contracampo	B1	1	2,0
ECO-Pós	B1	1	2,0
Estudos Semióticos	B1	1	2,0
Galáxia	A2	1	2,0

Continua

Conclusão

Revistas	Estrato	Freq.	% Válida
Logos	B1	1	2,0
Opinião Pública	A2	1	2,0
Revista Brasileira de Ciência Política	B1	1	2,0
Revista Compólitica	B1	1	2,0
Total		50	100,0

Fonte: Elaboração própria (2017)

Como era de se esperar, as pesquisas sobre jornalismo e gênero se concentram em revistas com a temática de gênero – Cadernos Pagu²⁰ e Estudos Feministas. No entanto, constatamos que ainda são poucos os trabalhos publicados. A Cadernos Pagu, por exemplo, é uma revista interdisciplinar quadrimestral, existe desde 1993 e é indexada pelo Scielo desde 2001. Ela foi criada pelo Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, da Universidade de Campinas (Unicamp). No período de análise proposto neste trabalho, entre 2000 e 2017, apenas oito trabalhos publicados tinham alguma relação com o jornalismo, o que representa 16% do total do *corpus*. Em segundo lugar aparece a revista Estudos Feministas, também quadrimestral, com seis artigos. Publicada desde 1992 em regime de rodízio institucional pela Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Estudos Feministas passou para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1999 e está atualmente sob comando do Instituto de Estudos de Gênero. Ambas as revistas são A2.

Sobre publicações em revistas que focam no jornalismo, a Estudos em Jornalismo e Mídia (B1), editada pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, é a que apresenta maior número de artigos publicados que relacionam jornalismo e gênero – quatro no total. Na *Brazilian Journalism Research*, outra publicação voltada ao jornalismo, encontramos apenas um artigo publicado a partir das palavras-chaves pesquisadas. O que observamos, de modo geral, é que o número de

²⁰ A coleta de dados da Pagu se deu por meio da plataforma Scielo e foi feita manualmente porque a busca não estava encontrando nenhum artigo. Portanto, entramos em cada uma das edições da publicação e selecionamos os artigos que tinham relação com as palavras-chaves estabelecidas como critérios.

trabalhos sobre jornalismo e gênero ainda é extremamente pequeno quando comparado com pesquisas que relacionam outras áreas. Apesar de haver aumentado o número de teses e dissertações que trabalhem sob essa perspectiva, poucas pesquisas têm sido publicadas nas revistas mais bem avaliadas da área pela Capes. No entanto, identifica-se um aumento nas publicações a partir de 2011 nas revistas classificadas como B1, conforme podemos verificar na tabela 2.

Tabela 2 – Artigos publicados de acordo com o estrato e ano

Ano	Estrato			
	A2		B1	
	Frequência	%	Frequência	%
2000	1	3,8	0	0,0
2002	0	0,0	1	4,2
2003	3	11,5	0	0,0
2004	2	7,7	0	0,0
2005	0	0,0	1	4,2
2007	0	0,0	2	8,3
2008	2	7,7	0	0,0
2009	7	26,9	1	4,2
2010	1	3,8	1	4,2
2011	1	3,8	3	12,5
2012	1	3,8	4	16,7
2014	3	11,5	3	12,5
2015	1	3,8	2	8,3
2016	1	3,8	3	12,5
2017	3	11,5	3	12,5
Total	26	100,0	24	100,0

Fonte: Elaboração própria (2017)

A concentração de publicações nas revistas A2 está no ano de 2009, quando foram publicados sete artigos sobre jornalismo e gênero. Depois desse ano, houve uma queda nas publicações, com pico em 2014 e 2017, ambos com três artigos cada. Como o levantamento foi realizado em meados de 2017, há chances de o número de artigos publicados ter aumentado. Já nas revistas B1, observa-se um crescimento das publicações a partir de 2011, indicando uma média de três publicações por ano até o momento em que foi realizado esse mapeamento.

O próximo dado apresentado diz respeito às palavras-chaves dos artigos encontrados. Uma ponderação que vale ser feita é que nem todos os textos que se focavam no jornalismo traziam o termo no título ou entre as palavras-chaves. Dos 50 artigos coletados, apenas 15 continham “jornalismo” entre as palavras-chaves, e apenas 10 apresentavam a palavra no título do texto²¹. Esse dado demonstra a dificuldade de se estabelecer um campo de estudos em jornalismo e gênero no Brasil. Muitas publicações, embora trabalhassem com essa relação, traziam outras palavras para classificar o artigo, como mídia, jornal, imprensa, e não necessariamente jornalismo.

Para demonstrar a relação entre as palavras-chaves dos artigos que compõem este estudo, criamos uma nuvem de palavras, a fim de tornar a relação visualmente clara. Camargo e Justo (2013) explicam que a nuvem de palavras agrupa e organiza graficamente as palavras a partir da sua frequência, ou seja, a partir da quantidade de vezes que ela é citada. Quanto maior o tamanho da palavra na nuvem, mais vezes ela esteve presente nos textos analisados.

Figura 1 – Palavras-chaves dos artigos publicados



Fonte: Elaboração própria (2017)

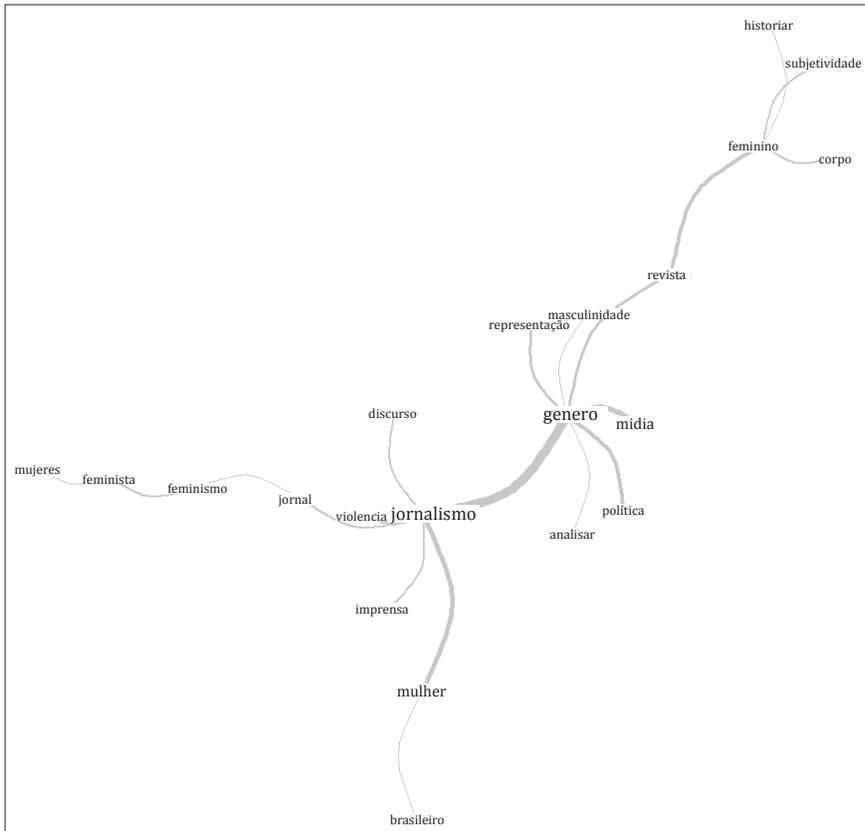
²¹ Nestes casos, olhamos para o resumo dos trabalhos a fim de confirmar se a pesquisa tratava de jornalismo ou não.

A partir da nuvem da página anterior, observamos que a palavra gênero é a central e maior, ou seja, a que mais aparece como palavra-chave. A palavra jornalismo e mulher também aparecem com certa frequência. Como citamos anteriormente, em alguns casos os textos referiam-se ao jornalismo, mas entre as palavras-chaves apareciam outros termos, como imprensa, jornal e revista, o que também fica claro na nuvem. Um dado interessante que é possível constatar a partir dessa representação gráfica é que os estudos de gênero, no Brasil, são associados basicamente às mulheres ou aos estudos feministas. Questões envolvendo a masculinidade apareceram, mas em menor quantidade. Já os estudos sobre homossexualidade foram pontuais. Encontramos apenas um que trazia entre as suas palavras-chaves “jornalismo, gênero e homofobia”. O outro encontrado não elencou a palavra-chave gênero, mas sim “jornalismo, práticas culturais e homossexualidade”. Além de haver uma lacuna sobre os estudos em jornalismo e gênero, quando observamos dentro do subcampo constatamos que há muitos nichos a serem explorados.

Somente a nuvem de palavras não nos indica a conexão entre as palavras. Para isso é necessário fazer uma análise de similitude. Esse tipo de análise se baseia nos grafos, segundo Camargo e Justo (2013), e auxilia na identificação da estrutura de um *corpus* textual. A partir dela, conseguimos observar a relação entre os termos, conforme mostra a figura 2.

O grafo da análise de similitude indica uma interconexão entre as palavras jornalismo e gênero, mas que cada uma aponta para um conjunto distinto de outros termos. A palavra-chave “gênero” está muito mais ligada à mídia, política, subjetividade, representação e corpo, enquanto que “jornalismo” relaciona-se mais com imprensa, mulher, feminismo, jornal e discurso. O que podemos constatar neste grafo é que trabalhos que trazem como palavra-chave a “política” dificilmente contêm também a palavra “jornalismo”. Foi por isso que tivemos que aceitar as palavras “mídia”, “revista” e até mesmo “comunicação” para compreender onde estão os estudos sobre jornalismo, gênero e política, caso contrário, encontraríamos pouca produção acadêmica nas revistas brasileiras de maiores estratos.

Figura 2 – Análise de similitude das palavras-chaves



Fonte: Elaboração própria (2017)

Até aqui demonstramos um panorama geral sobre os estudos envolvendo jornalismo e gênero publicados nas revistas indexadas em Comunicação e Informação, dos estratos A1, A2 e B1. Observamos que as pesquisas envolvendo as duas áreas, que caminham para formar um subcampo de estudo, ainda são poucas e se dividem quase equanimemente entre revistas A2 e B1, sendo mais concentradas nas revistas *Pagu* (A2) e *Estudos Feministas* (A2), e mais diversificadas entre as revistas do estrato B1. A nuvem de palavras e análise de similitude identificou uma aproximação entre jornalismo e gênero, mas de cada uma dessas palavras decorrem outros termos que não estão, necessariamente, associados entre si. A palavra política, quando aparece dentre as palavras-chaves, é relacionada mais à mídia e a gênero do que a jornalismo. E é sobre os artigos envolvendo jornalismo, gênero e política que trataremos na seção seguinte.

Os estudos sobre jornalismo, gênero e política

A ideia inicial deste capítulo era levantar apenas os estudos sobre jornalismo, gênero e política. No entanto, observou-se uma escassez de trabalhos desta natureza, e por isso optamos por coletar todos os trabalhos encontrados que dialogam o jornalismo com o gênero, para depois, dentre esses, selecionar quais são da vertente política. Devido a isso, os dados trabalhados na seção anterior diziam respeito à relação maior – jornalismo e gênero – para então nos atermos apenas àqueles que se relacionam, também, com a política.

Do total de 50 artigos que compõem o *corpus* desta pesquisa, apenas oito se relacionavam também com a política, sendo dois publicados na Cadernos Pagu e o restante publicado em mais seis revistas distintas.

Tabela 3 – Quantidade de artigos sobre jornalismo, gênero e política

Revistas	Estrato	Freq.
Pagu	A2	2
Estudos Feministas	A2	1
Famecos	A2	1
Opinião Pública	A2	1
Brazilian Journalism Research	B1	1
Revista Compolítica	B1	1
Revista Observatório	B1	1
Total		8

Fonte: Elaboração própria (2017)

Conforme mostra a tabela 3, as revistas que mais publicaram artigos envolvendo as três áreas foram as A2, totalizando cinco trabalhos. Já entre as B1, a *Brazilian Journalism Research*, Revista Compolítica e Revista Observatório publicaram um artigo cada no período analisado. A Cadernos Pagu foi a única em que encontramos duas publicações sobre jornalismo, gênero e política. No entanto vale uma ressalva: se nos artigos mais gerais já era difícil identificar os textos pelas palavras-chaves, quando focamos na política isso se torna um desafio ainda maior. Isso porque alguns artigos, que tratam de jornalismo, identificam-se como mídia, ou ainda comunicação. Além de não trazerem a palavra

“jornalismo” no título, também não o trazem entre as palavras-chaves, o que acaba dificultando o mapeamento dos trabalhos. Isso demonstra ainda a fragilidade dos estudos em jornalismo, visto que os autores dificilmente classificam seus trabalhos com essa palavra-chave.

Com objetivo de demonstrar pontualmente como se apresentam os artigos envolvendo a tríade aqui proposta, a tabela 4 traz os títulos e palavras-chaves das publicações de acordo com cada revista.

Tabela 4 – Título e palavras-chaves dos principais artigos sobre jornalismo, gênero e política

Revista	Ano	Título	Palavras-chaves
Pagu	2014	O gênero na política: a construção do “feminino” nas eleições presidenciais de 2010	Mídia, Gênero, Eleições, Mulher, Estereótipos.
Pagu	2010	Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos	Gênero, Mídia, Política, Representação, Estereótipos.
Estudos Feministas	2000	O feminismo nas páginas dos jornais: revisitando o Brasil dos anos 70 aos 90	Feminismo, Periodismo Cultural, Brasil, Movimento Feminista, Política.
Famecos	2008	Gênero e política no jornalismo brasileiro	Gênero, Política, Jornalismo.
Opinião Pública	2009	Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa	Mídia, Gênero, Representação Política, Campo Político.
Brazilian Journalism Research	2011	Representações midiáticas das deputadas portuguesas: o “caso” do Parlamento Paritário	Gênero, Política, Análise Discursiva de Texto e Imagem.
Revista Compólitica	2011	Presidente Dilma, com que roupa eu vou?	Moda, Comunicação, Eleições.
Revista Observatório	2017	AS DUAS FACES DO SEXISMO NA MÍDIA: como Marcela Temer e Dilma Rousseff (PT) são retratadas pela Veja e IstoÉ	Mídia, Economia Política da Comunicação, Dilma Rousseff, Marcela Temer, Sexismo.

Fonte: Elaboração própria (2017)

Dos oito artigos mapeados, apenas um traz o jornalismo no título e entre as palavras-chaves; quatro preferem classificar o trabalho como “mídia”; dois usam a palavra “comunicação” e o restante não faz referência à área. O que se verifica aqui é a dificuldade de elencar termos que sejam comuns entre si e representem uma área. Com exceção da palavra “gênero”, que esteve presente em cinco dos oito artigos, fica difícil, apenas pelas palavras-chaves, compreender do que se trata o texto. Quando classificamos o artigo como “comunicação” ou “mídia”, faz-se necessário olhar o resumo para saber de que área da Comunicação, ou da mídia, o texto trata. Comunicação pode se referir a muitas coisas – pode envolver o jornalismo, o cinema, a publicidade, a música, entre outros –, por isso a dificuldade de compreensão.

Para a coleta dos artigos apresentados nesta seção, fizemos o esforço de observar os resumos para ter certeza do que se tratava quando não ficava claro no título ou entre as palavras-chaves a qual área da Comunicação o texto se destinava. Devido a isso, chegamos aos trabalhos acima especificados, caso contrário, o número de artigos seria ainda menor. Um bom exemplo dessa dificuldade é o texto publicado na Revista Compolítica em 2011, intitulado “Presidente Dilma, com que roupa eu vou?”, de Adolpho Queiroz (UMESP) e Francisco Ramirez Martins Jr. (Universidade de Marília). Apenas com o título e com as palavras-chaves (moda; comunicação; eleições) não é possível saber sobre o que o texto trata. Quando observamos o resumo, no entanto, isso fica claro. A fim, então, de demonstrar de modo mais detalhado do que tratam os resumos dos trabalhos publicados, apresentamos, a seguir, a nuvem de palavras criadas a partir desses excertos.

A nuvem deixa claro que os textos se voltam ao jornalismo, e não a outras áreas da Comunicação. Apesar de aparecer a palavra “jornalismo” em boa parte dos resumos, outras como “cobertura”, “noticiário”, “revista” e “mídia” também são bastantes presentes.

Figura 3 – Principais palavras dos resumos sobre jornalismo, gênero e política



Fonte: Elaboração própria (2017)

O que podemos concluir dos dados apresentados aqui é que os artigos sobre jornalismo, gênero e política não se classificam necessariamente como jornalismo, apesar de trazer essa discussão em seu interior, como ficou claro a partir das palavras mais utilizadas nos resumos. Os outros achados serão discutidos a seguir, na conclusão.

O objetivo deste texto foi o de mapear os trabalhos publicados nas principais revistas brasileiras de maior estrato, representadas aqui pelo Qualis A1, A2 e B1 da área da Comunicação e Informação, que tratam da relação entre jornalismo, gênero e política. Para isso, fizemos uma coleta de dados nos sites das revistas, a partir da classificação no Qualis Periódico, do Portal Sucupira, e das palavras-chaves.

Os dados indicam que os estudos sobre jornalismo e gênero, de modo geral, ainda são pouco presentes na produção brasileira. Quando incluímos a política nesta equação, o número é ainda menor. Foram encontrados 50 artigos publicados, dos quais apenas oito se relacionam com a política de algum modo. Considerando que o período de coleta se estendeu de 2000 a 2017, e dada a quantidade de revistas que temos na área da Comunicação e Informação, o número é bastante baixo. Outro achado é que não foram encontrados artigos publicados em revistas A1. Entre as A2, as que se destacam são a *Pagu* e *Estudos Feministas*. Ambas apresentam publicações que envolvem, também, a política. Entre as B1, a *Estudos em Jornalismo e Mídia* é a que se destaca

quando olhamos a relação mais ampla, entre jornalismo e gênero, com quatro artigos publicados no período, mas nenhum sobre política. Outro achado demonstra que os trabalhos que focam no jornalismo nem sempre são identificados desta forma, aparecendo, em muitos casos, palavras como “mídia”, “imprensa”, “jornal”, “revista” e “comunicação” para classificar o trabalho.

No que diz respeito exclusivamente aos trabalhos sobre jornalismo, gênero e política, o mapeamento foi um desafio ainda maior. Isso porque em muitos deles não foi possível saber, somente a partir do título e das palavras-chaves, a qual área da Comunicação o trabalho dizia respeito. Dos oito artigos, apenas um trazia jornalismo no título e entre as palavras-chaves. Assim, foi necessário olhar também os resumos para podermos definir se o artigo entraria no *corpus* ou não. Como o foco aqui é mapear os trabalhos que envolvam o jornalismo, aqueles que tratavam sobre horário eleitoral ou outros espaços midiáticos, sem ter relação com o jornalismo, foram descartados.

A partir da nuvem de palavras que constam nos resumos, observamos que os trabalhos que se relacionam com o jornalismo trazem outras palavras para identificá-los, como também foi observado nos trabalhos mais gerais sobre jornalismo e gênero. Isso demonstra que ainda não temos uma unidade neste subcampo de estudos, especialmente sobre o jornalismo. Os autores ainda preferem classificar os trabalhos de modo mais geral ao invés de focar naquilo que o trabalho discute.

Por fim, observamos que, embora haja um crescimento das publicações desde 2012, especialmente nas B1, isso não se reflete nos artigos que discutem a política. Não foram identificadas publicações entre 2000 e 2008, e nem entre 2011 e 2016, o que demonstra uma grande lacuna na área. A Revista Compólitica, por exemplo, especializada na relação entre comunicação e política, publicou um artigo sobre jornalismo, gênero e política desde sua criação, em 2011. Outras revistas especializadas no jornalismo, como a Estudos em Jornalismo e Mídia, não apresentaram nenhuma publicação neste sentido.

Destes dados, podemos tirar duas conclusões gerais: 1) deve haver mais pesquisas envolvendo jornalismo e gênero (e política), mas elas não estão publicadas nas revistas dos três maiores estratos da área da

Comunicação e Informação; e 2) suspeita-se que trabalhos desta natureza podem estar em revistas que não possuem Qualis na Comunicação, como em algumas revistas da Ciência Política, o que necessitaria de estudos envolvendo outras áreas para uma melhor compreensão dessa produção. Os trabalhos de Miguel e Biroli (2008; 2009; 2010; 2011) ilustram esse problema, já que são destinados ao estudo do jornalismo enquanto mídia, mas não são da área da Comunicação.

Os dados apresentados neste capítulo são preliminares e devem ser ampliados para pesquisas futuras, onde se tem a intenção de incluir as revistas B2 na análise. A finalidade aqui não foi esgotar o mapeamento, mas servir como um primeiro esforço deste tipo. Espera-se que, a partir dele, surjam novos trabalhos não só em revistas acadêmicas, mas também entre teses e dissertações.

Referências

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de textes et de questionnaires (Resenha). **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CERVI, Emerson Urizzi. Métodos quantitativos nas ciências sociais: uma abordagem alternativa ao fetichismo dos números e ao debate com qualitativistas. In: BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **Pesquisa Social: reflexões teóricas e metodológicas**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 125-144.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; MESSA, Márcia Rejane. Os estudos de gênero na pesquisa em Comunicação no Brasil. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (Org.). **Comunicação e Gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 14-29.

MATTOS, Maria Ângela. Aportes para nova visada da metapesquisa em comunicação. **Comunicação & Sociedade**, ano 33, n. 57, p. 199-218, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Gênero e política no jornalismo brasileiro. **Famecos**, n. 36, p. 24-39, 2008.

____; _____. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **Opinião Pública**, v. 15, n. 1, p. 55-81, 2009.

____; _____. Visibilidade na Mídia e Campo Político no Brasil. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, v. 53, n. 3, p. 695-735, 2010.

____; _____. **Caleidoscópio convexo**: mulheres, política e mídia. Bauru: Editora UNESP, 2011.

NAVARRO, Raúl Fuentes. Fontes bibliográficas da pesquisa acadêmica nos cursos de pós-graduação em Comunicação no Brasil e no México: uma aproximação da análise comparativa. **Matrizes**, n. 1, p. 165-177, 2007.

SARMENTO, Rayza. Mídia, Gênero e Política: Breve Mapeamento de Horizontes Analíticos. **Ação Midiática**, v. 2, n. 5, p. 1-15, 2013.

Encontros e distâncias entre a primeira candidata e a primeira eleita à presidência do Brasil no HGPE televisivo

Alice Marina Lira Lima

Luciana Panke

Introdução

Enquanto cozinha, o discurso verbal apresentado aproxima a mulher – que aparece no vídeo por ser candidata à presidência do Brasil – das atividades “do lar”. Ao lado do fogão, ela faz a comida. A cena que representa uma candidata ligando-a a papéis sociais considerados femininos se passou em 1989 e também em 2014. No primeiro ano, protagonizada por Livia Maria Pio, primeira candidata à presidenta do país. Naquele HGPE (Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral), disse que sabia cuidar da casa e administrá-la bem e, por isso, merecia ser gestora do Executivo nacional. Vinte e cinco anos depois, a primeira eleita, Dilma Rousseff, em um de seus programas da campanha que buscava a reeleição ao cargo, cozinha enquanto o narrador fala da sua vida como avó, dona de casa e mãe.

Os anos que separam Livia e Dilma não apagaram a repetitiva relação com o doméstico no contexto de mulheres que se envolvem na política. Considerando as realidades e estruturas substancialmente diferentes (de tempo, financeira, alianças políticas), este capítulo busca

verificar semelhanças e diferenças dos perfis de ambas as candidatas em seus programas eleitorais.

Lívia Maria foi candidata pelo Partido Nacionalista (PN) em 1989. Dilma Rousseff, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 2010 e 2014, foi a primeira eleita e, em seguida, reeleita ao cargo. A partir de tipologias sistematizadas por Luciana Panke (2015; 2016) para análise de campanhas femininas, busca-se identificar as imagens expostas por essas candidatas na propaganda eleitoral por meio de seus discursos linguísticos verbais.

As categorias de análise são: a guerreira, a maternal e a profissional, que serão mais explicitadas adiante. De acordo com os resultados encontrados, verificou-se que Lívia Maria se apresentou como uma mulher guerreira em 52% do tempo. A maternal teve 40% e a profissional 8%. Já Dilma Rousseff, em 2010, teve a profissional como a de maior destaque com 50% do tempo. Em seguida, destacou-se a imagem da maternal, com 30%, e da guerreira, em 20%. Na candidatura posterior, em 2014, a profissional continuou como a mais evidenciada, durante 42% do tempo, seguida da maternal, com 32%, e da guerreira, com 26%.

O *corpus* da pesquisa corresponde a: 60 programas de 30 segundos cada um da candidatura de Lívia Maria Pio em 1989; 40 programas com 11 minutos e 24 segundos cada um, relacionados ao primeiro turno da campanha de Dilma Rousseff em 2014; e dados da campanha de 2010 de Dilma Rousseff (PANKE, 2015). Os vídeos tiveram seus áudios decupados e categorizados.

Mulheres e eleições

Inseridos nas perspectivas de gênero, papéis sociais estão associados à representação ou imagem que se tem de algo ou de alguém. Estão ligados ao que se associa a homens e mulheres ou machos e fêmeas (GROSSI, 1998). Por meio de expectativas que se tem no imaginário de representações sociais, espera-se de homens e de mulheres determinadas posturas, padrões ou lugares de fala, sem que para isso,

necessariamente, sejam levadas em consideração características individuais e próprias dos sujeitos.

O que se espera dos indivíduos e como eles se veem, no contexto de gênero, formam um conjunto que influencia diversas ações. Na política, essas representações atuam fortemente na definição de padrões de comportamento; formação de grupos e apoios; perfis de candidaturas e demais situações as quais se submetem pessoas inseridas nesse universo.

Os estereótipos, por sua vez, atuam nos processos políticos que envolvem mulheres e suas formas de comunicação. Segundo Ruth Amosy (2008), são concepções preexistentes que fazem alguém formular a imagem de outro sem conhecê-lo.

Estereótipos de gênero têm como base central a visão de que a atividade pública e externa pertence ao masculino e a privada ao feminino. De acordo com essa perspectiva, às mulheres são reservadas as tarefas domésticas e familiares, além de características como sensibilidade, vaidade, paciência e habilidade para cuidar do outro. Já ao homem se atribui o espaço das atividades externas e profissionais, assim como os aspectos de personalidade relacionados à liderança, agressividade e firmeza nas decisões (PANKE, 2015).

Candidatas no HGPE

Nos processos da comunicação eleitoral, o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) tinha na sua criação o propósito de ser um espaço democrático, proporcionalmente distribuído para as candidaturas, de acordo com Panke e Cervi (2011). Discurso de uma elite política, a propaganda eleitoral na TV possui gramática própria e faz uso de estratégias lúdicas para despertar o interesse da população e eleitores para a mensagem passada (PANKE, 2010).

Por se tratar de conteúdo produzido a partir do ponto de vista que a candidatura almeja ser representada, espera-se que corresponda de maneira fidedigna à ideologia e aos objetivos da campanha. Além de fatores como adequação às técnicas e à gramática do meio televisivo, o HGPE precisa respeitar a Lei das Eleições.

Sobre campanhas femininas, não há um consenso se o fato de ser mulher exige diferenciação em relação à comunicação de uma candidatura. Panke (2015) defende que, do ponto de vista técnico, não há diferenças de campanhas para mulheres para as de homens.

A análise dos programas eleitorais das duas candidatas é feita a partir de tipologias sistematizadas por Panke²² (2015; 2016). A autora buscou responder se há imagens de candidatas que são predominantes em campanhas eleitorais na América Latina.

Inicialmente, Panke (2015) realizou pesquisa exploratória por meio da observação de *spots* eleitorais de 21 campanhas eleitorais de mulheres na América Latina, totalizando 216 *spots*. Seis estereótipos femininos se sobressaíram nos materiais analisados: a dona de casa, a guerreira, a mãe, a atenciosa/sensível, a submissa e a trabalhadora. Segundo a autora, alguns desses papéis costumaram ser usados como forma de gerar aproximação com os telespectadores a partir do que era falado e exposto. Em outras situações, tratava-se de contextualização ou ilustração da realidade.

A observação sobre esses estereótipos e papéis sociais atribuídos ao feminino indicou similaridades entre os países e, embora tenham predominado a mãe e a guerreira (presentes em todos as nações estudadas), há momentos estratégicos em que as candidatas são posicionadas de outras maneiras. A partir da revisão bibliográfica sobre gênero, comunicação política e eleitoral, identificação e contextualização de como são apresentadas as mulheres em campanhas eleitorais femininas, somados às entrevistas em profundidade realizadas com consultores políticos de 14 países e 58 políticas de 13 nações da América Latina, Panke (2015) afinou e definiu as tipologias consideradas perfis ideais projetados. Assim, chegou a: guerreira, maternal e profissional. Cada uma delas tem duas características principais. A primeira, dura ou líder. A segunda, sensível ou atenciosa. A terceira, trabalhadora ou submissa.

Diversos fatores são considerados em uma campanha eleitoral no aspecto da projeção de imagens. Gênero é um deles. Quando se trata de uma candidata, verifica-se que alguns perfis se destacam. Vale ressaltar,

²² Por falta de espaço, as tipologias são apresentadas de maneira resumida. Contudo, nos livros de Panke (2015; 2016) estão detalhadamente explicadas, inclusive com a exposição do processo de criação.

porém, que nenhuma pessoa é totalmente pertencente a uma categoria ou outra, uma vez que seres humanos são complexos e não se enquadram permanentemente e indefinidamente em um só perfil.

A mulher guerreira se caracteriza por estar à frente de decisões, ter iniciativa e atuar politicamente em prol de mudanças sociais. São as que normalmente rompem regras sociais. Por se inserirem em um espaço predominantemente masculino como a política, candidatas de diversos partidos e nacionalidades, independente das orientações políticas, costumam estar presentes nesta categoria, preservando suas características individuais. É uma forma de mostrar que ultrapassam obstáculos em um ambiente originalmente não pertencente às mulheres, como é a política.

A guerreira tem duas características principais: a líder e a dura. Demonstrando um perfil mais combativo e que rompe limitações, a guerreira, muitas vezes, desenvolve esse estilo para se afirmar neste espaço. Por isso, pode adquirir traços considerados masculinos, como a agressividade. Nessas situações de mais fervor, está a característica da guerreira dura. Na categorização, quando as candidatas se colocam à frente de pleitos de mulheres ou outros grupos, são classificadas como guerreiras. Outra situação ocorre quando elas denunciam situações, enfrentam oponentes ou a política de um modo geral. Também são categorizadas como guerreiras quando se mostram como pessoas batalhadoras, que venceram adversidades, que não têm medo e “venceram na vida”; sofreram e se recuperaram; desafiaram a realidade.

Por sua vez, culturalmente, a figura maternal é vista como algo sagrado e se configura como um aspecto positivo atribuído à mulher. “Em uma sociedade machista, a maternidade é o único que concede um status respeitado à mulher, como não fazem sua inteligência nem seus méritos profissionais”²³ (CASTAÑEDA, 2013, p. 205, tradução nossa).

A supervalorização do papel materno na sociedade pode explicar porque candidatas reforçam essa imagem em suas buscas e conquistas profissionais como a política, ainda que se trate de um meio público, diferente do doméstico – no qual estão centradas as relações familiares. Segundo Panke (2016), as construções coletivas do que é adequado a cada gênero leva ao reforço do destaque da imagem da mãe na comunicação eleitoral.

²³ “En una sociedad machista, la maternidad es lo único que otorga un estatus respetado a la mujer, como no lo hacen su inteligencia ni sus logros profesionales” (CASTAÑEDA, 2013, p. 205).

A tipologia maternal está ligada à importância dada ao papel da mãe. Candidatas reforçam que, caso eleitas, irão cuidar do povo como apenas uma mãe faria com seus filhos. Para ilustrar, traz-se o exemplo de Dilma Rousseff, que materializou como a figura maternal foi utilizada para conquistar a empatia com o povo brasileiro quando foi chamada pelo então presidente Lula de “mãe do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento)”. As características da mãe estão também presentes nas posturas de candidatas. “Essa percepção da mãe cuidadora e amorosa acompanha muitas mulheres na política, seja pelo tom de voz, nas aparições públicas com seus filhos, seja em seu discurso, propostas ou imagens com crianças”²⁴ (PANKE, 2015, p. 90, tradução nossa).

Em campanhas eleitorais, a tipologia maternal tem entre as características dominantes os perfis de atenciosa e de sensível. A primeira é aquela que mostra ser a responsável pelo cuidado de todos, a cuidadora da qual as pessoas dependem. É uma imagem visível quando candidatas assumem a postura de responsabilidade pelo cuidado, proteção e bem-estar da população. Aparece comumente exposta no ato de escutar, de ser procurada para resolver os problemas de maneira maternal. Ela está disponível para resolver os conflitos como uma grande defensora, com tom maternal.

Já a sensível mostra o lado emocional das mulheres como predominante. Nos programas eleitorais, essa sensibilidade aparece pela musicalidade, assim como pela presença de crianças, iluminação suave, imagens da natureza, gestos e olhares delicados da postulante. Sinais de ternura e emoção, como lágrimas caindo, são situações presentes. Panke (2016) explica que é na sensibilidade que está um dos diferenciais entre campanhas masculinas e femininas. Isso acontece porque ao homem é cobrada força e ser sensível está relacionado à fraqueza. Logo, cabe à mulher expor a característica como algo positivo e que pode pertencer aos espaços de decisão pública.

O discurso das candidatas se encaixa na tipologia maternal quando elas falam de cuidado com o outro; quando expõem a maternidade em suas vidas pessoais; demonstram aspectos de sensibilidade ou postura

²⁴ “Esa percepción de la madre cuidadora y amorosa acompaña a muchas mujeres en la política, sea en el tono de voz, en su aparición pública con sus hijos, sea en su discurso, propuestas o en imágenes con niños” (PANKE, 2015, p. 90).

conciliadora, destacam o fato de serem mulheres e papéis sociais tradicionais vistos como pertencentes ao feminino como algo benéfico à política – como é percebido na política maternal ou do desvelo (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Ao longo da pesquisa de Panke (2015), a tipologia da profissional foi a que menos se destacou nos *spots* das candidatas latino-americanas. A questão é contraditória ao se observar que, em meio a uma disputa por cargos públicos, a eficiência profissional deveria ser um ponto bastante importante para a escolha do voto e, portanto, explorado nas estratégias de propaganda eleitoral para quem está em busca dele.

Uma possibilidade é que a mulher realizada, de maneira estereotipada, é aquela dedicada às tarefas domésticas, aos cuidados com filhos e casa (CASTAÑEDA, 2013). A partir desse pensamento, as tarefas privadas se destacam em detrimento do lado profissional e trabalhador das candidatas, mesmo entre aquelas que têm espaços bem definidos em suas profissões.

Nesta categoria, encontra-se o perfil das profissionais talentosas e empenhadas. As características de destaque são a trabalhadora e a subordinada. A primeira tem normalmente seu perfil de conquistas profissionais e competência exaltado. A trabalhadora é caracterizada pela disposição ao trabalho – independente da sua formação – e otimismo para resolver as questões que se apresentam. Ela está empenhada em resolver os problemas com trabalho duro. Já a submissa é aquela que está necessariamente vinculada a uma figura masculina para consolidar sua imagem pública. É a candidata que foi levada à vida política por meio de um homem, que pode ser irmão, pai ou marido, por exemplo.

Um caso comum dessa subordinação acontece quando homens falam em nome da candidata. Vale ressaltar que demonstração de apoios políticos, independente de gênero, é uma estratégia eleitoral usual. No entanto, quando se fala em candidatas, alguns apoios masculinos chegam a ter mais destaque que a presença da própria mulher que protagoniza a disputa eleitoral. Não significa que aquele homem vai governar ou dominar algo, mas que é um personagem com importância para representá-la. “Mesmo que essas mulheres não obedeçam a ordens de seus padrinhos

políticos, a comunicação nos diz que sim e dá um *status* de fraqueza e de ‘enfeite’ a essas mulheres” (PANKE, 2016, p. 158).

A análise categoriza como profissional quando são exaltados trabalhos realizados; ações profissionais que a candidata protagonizou; quando explica estratégias administrativas caso seja eleita ou que realizou em um mandato ou atividade profissional. Essas são identificadas com a trabalhadora, que se posiciona como geradora de resultados, atuante, disposta, incansável. “É uma mulher otimista que demonstra por seu trabalho que tem a capacidade e a energia de realizar as tarefas necessárias no governo. Não se enfatiza aqui qual é sua formação profissional, mas sim sua aptidão para o trabalho” (PANKE, 2016, p. 152). É a imagem passada que seria mais adequada a um pleito no qual uma atividade pública está sendo buscada, embora seja a que, de maneira geral, menos aparece entre as candidatas.

Quando homens falam por elas como se eles fossem os protagonistas, ou mesmo quando figuras masculinas se sobressaem, vê-se a tipologia profissional, pela imagem passada, se encaixar como a subordinada.

Pode parecer contraditório falar da candidata profissional independente e da subordinada na mesma categoria de análise. Entretanto, o que se mostra aqui são mulheres que, embora tenham sucesso profissional, se destacam também por alguma relação forte com uma figura masculina” (PANKE, 2016, p. 150).

Esses casos acontecem principalmente quando a candidata ainda não é conhecida por grande parte da população e esse apadrinhamento funciona como uma apresentação e transferência de votos e influência. O que se percebe é que pelo fato de por muito tempo mulheres não participarem da política e o meio ser relacionado ao masculino, muitas vezes elas fazem uso desse comportamento na busca de inserção.

Lívia Maria

Lívia Maria Lêdo Pio de Abreu nasceu no dia 28 de agosto de 1948, em Carangola, Minas Gerais. Na vida profissional, tem atuações como advogada, professora e bancária. Atualmente está aposentada.

Ela foi a primeira mulher a se candidatar à presidência da República, pelo extinto Partido Nacionalista (PN), legenda pela qual também concorreu a uma vaga na Câmara Federal, por Minas Gerais, em 1998²⁵. A pioneira teve 179.922 votos para a presidência e encerrou em 14^o entre 22 candidatos²⁶ – o maior número de candidatos em uma disputa presidencial brasileira. Em 2006, foi candidata à deputada federal pelo Partido Humanista da Solidariedade a uma vaga de deputada federal pelo Distrito Federal e teve 141 votos, não sendo eleita.

O *corpus* da análise do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) de Livia Maria, pelo PN, corresponde a 60 programas e um total de 30 minutos de gravação (cada programa tem 30 segundos). Desde o primeiro HGPE, ela explorou o fato de ser mulher. Com a estratégia, além de expor a questão de ser pioneira na candidatura à presidência do Brasil, buscou conquistar o eleitorado feminino e apontar falhas na política feita por homens e afirmar que as mulheres têm um jeito diferente de fazer política. O pensamento está exposto no programa de abertura, comumente usado para apresentar os candidatos. “Minha gente, meu povo. Os homens desprezaram a mulher. Políticos ilustres recusaram serviços de uma mulher. O Brasil sempre foi governado por homens. O Brasil está mal e o povo sofrendo muito. Farei a união nacional. Construiremos um Brasil forte e feliz” (Programa de Livia Maria, HGPE, 15/09/1989).

O trecho teve a predominância da tipologia maternal, cujo percentual chegou a 40% na análise total. A expressão “minha gente, meu povo” expressou em diversos programas a responsabilidade que a candidata tinha com os outros. Tanto a característica de atenciosa quanto de sensível foram presentes. As críticas aos homens ficaram mais evidentes nos programas seguintes.

Minha gente, meu povo, meus amigos, professora, funcionária do Banco do Brasil, advogada, mãe de seis filhos, mulher atuante no lar, na comunidade. Conheço bem a

²⁵ Sabe-se que ela se candidatou, mas não há registros sobre sua votação no TSE.

²⁶ Pela ordem do menos votado ao primeiro colocado: Armando Corrêa (PMB), Manoel de Oliveira Horta (PCdoB), Antônio dos Santos Pedreira (PPB), Celso Brant (PMN), Gabeira (PV), Eudes Oliveira Mattar (PLP), Livia Maria (PN), Zamir José Teixeira (PCN), Paulo Gontijo (PP), Marronzinho (PSP), Enéas (PRONA), Affonso Camargo (PTB), Caiado (PSD), Aureliano (PFL), Roberto Freire (PCB), Ulysses (PMDB), Afif Domingos (PL), Maluf (PDS), Mário Covas (PSDB), Brizola (PDT), Lula (PT) e Fernando Collor de Mello (PRN). Os dois últimos disputaram o segundo turno, do qual o segundo saiu vencedor com 53,03% dos votos válidos.

realidade brasileira. Conheço bem o abandono vivido pela mulher do campo. Fome, sofrimento dos filhos sem casa, sem remédio, sem comida, sem dentista, sem roupa. Lá ninguém sabe ler nem escrever. Com poucas exceções, a população rural nasce, passa pela vida e morre. Homens públicos fecham os olhos à desgraça do povo brasileiro. As mulheres se preocupam e já estão agindo. Recebi o desafio. Aceitei e vou agir. Creio em Deus. Creio em você (Programa de Livia Maria, HGPE, 17/09/1989).

No texto, no qual se destacou a candidata maternal, Livia Maria exaltou a diferença entre homens e mulheres, inserida na chamada “política maternal”. Também chamada “política do desvelo”, com o seu pensamento de que as mulheres trazem preocupações diferentes ao universo político e vindas do ambiente doméstico. Prioridades como compaixão, valorização das pessoas e outros tipos baseados no que foi visto sobre papéis sociais e atribuições ao feminino.

Segundo Miguel e Biroli (2014), essa corrente é criticada por continuar a perpetuação de estereótipos e funções diferenciadas por gênero, ainda que aconteça a transferência do ambiente doméstico para o público. Uma maneira de desqualificar adversários materializou-se na exaltação de erros da política que, por ser prioritariamente (principalmente ainda em 1989) composta por homens, seriam gerados pelo masculino, de acordo com a fala de Livia Maria. A tipologia da guerreira, que foi predominante, com 52% do tempo total, apareceu também como afirmação da figura feminina, principalmente na crítica aos homens. No trecho seguinte, ela se mostrou como uma guerreira dura, que não faz concessões e explicita palavras fortes de acusação, ainda que sem direcionar a uma pessoa ou grupo delimitado. “Não farei concessões. Governarei com a mão firme. Os malandros, corruptos, corruptores, aproveitadores do poder, oportunistas, parasitas da nação e agentes de interesse antinacionais, todos serão tratados com o rigor da lei” (Programa de Livia Maria, HGPE, 16/09/1989).

A tipologia profissional, por sua vez, quase não apareceu, e chegou a 8% do tempo. Apesar de ter atuações profissionais como advogada, professora e funcionária do Banco do Brasil, seu currículo como trabalhadora esteve presente como coadjuvante. A tipologia foi predominante em programas cuja pauta foi o banco.

Dilma Rousseff

Dilma Vana Rousseff nasceu no dia 14 de dezembro de 1947, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Ela fez faculdade de Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A atividade política começou na adolescência, durante o período da Ditadura Militar. Após a redemocratização do país, foi secretária da Fazenda da Prefeitura de Porto Alegre, filiada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Foi presidenta da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul e secretária de Estado de Energia, Minas e Comunicações. Em 2001, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi ministra de Minas e Energia e Ministra-Chefe da Casa Civil na sequência. Dilma Rousseff venceu as eleições presidenciais de 2010, no segundo turno, com 56,05% dos votos válidos (derrotou o candidato José Serra, que obteve 43,95% dos votos válidos). Em 2014, foi reeleita no segundo turno com 54 milhões de votos. O segundo colocado, Aécio Neves (PSDB), teve 51 milhões²⁷. Em 2016, a primeira presidenta do Brasil foi afastada do cargo em um polêmico processo de Impeachment.

Os dados da campanha de 2010 de Dilma Rousseff expostos neste estudo são da pesquisa de Luciana Panke (2015). Assim, de acordo com os resultados encontrados por Panke (2015), em 2010, Dilma Rousseff apresentou a postura da profissional em 50% do tempo; da maternal, em 30% e, da guerreira, em 20%. De acordo com a autora, a profissional foi predominante em 2010, o que se explica pela relação da candidata com o ex-presidente Lula e a repetição da postura da subordinada, que é inserida na profissional. Um exemplo dessa relação pode ser visto desde o primeiro HGPE da campanha da petista em 2010. “Eu realmente fico muito feliz de saber que eu posso entregar a faixa presidencial para uma companheira do meu partido e uma companheira mulher é uma coisa gratificante” (Programa de Dilma Rousseff, HGPE, 17/08/2010). O trecho foi dito por Lula durante a convenção partidária que oficializou a candidatura de Dilma e reproduzido no programa.

²⁷ A coligação governista, formada por PT, PMDB, PDT, PCdoB, PP, PR, PSD, PROS e PRB, reelegeu a candidata Dilma Rousseff, que obteve cerca de 54 milhões dos votos válidos. A coligação oposicionista, formada por PSDB, PTB, PTC, PMN, PTdoB, PTN, SD, DEM e PEN, do candidato Aécio Neves, obteve 51 milhões de votos.

A análise do HGPE de Dilma em 2014 corresponde a 40 programas²⁸ com 11 minutos e 24 segundos cada um, veiculados do dia 19 de agosto a 2 de outubro²⁹. A comunicação de Dilma seguiu opções diversificadas e utilizou todas as potencialidades multissensoriais e recursos que a TV possibilita. Foram demonstrados apoios de personalidades, imagens aéreas de paisagens do país, música, clips.

O primeiro programa de Dilma Rousseff buscou mostrar os principais feitos do PT à frente do governo federal – grandes obras e programas sociais, como o Pronatec. Porém, também enfatizou questões pessoais, o que consiste em uma maneira de humanizar a candidata. Embora não tenha conteúdo político ou administrativo, esse tipo de estratégia funciona devido ao objetivo de despertar emoção nos telespectadores (GALICIA, 2009). No trecho exposto na sequência, falado por um narrador em *off*, características inseridas na tipologia maternal, que foi presente em 32% da análise total, foram destacadas. Dilma é apresentada como atenciosa e sensível. “Gosta de cozinhar e de tratar do jardim. Cuida da residência oficial com o esmero de qualquer dona de casa. Sente saudade da filha e do neto que moram longe. E compartilha, em todos os instantes, dos sonhos, das apreensões e das esperanças de milhões de brasileiros” (Programa de Dilma Rousseff, HGPE, 19/08/2014). Percebe-se que os papéis associados às mulheres do cuidado com a casa e filhos foram inseridos na propaganda eleitoral de Dilma Rousseff envoltos em uma transferência do espaço doméstico para a política.

Ainda no primeiro programa exibido, Dilma também se manifestou como guerreira, tipologia presente em 26% do tempo total, quando ela mesma disse, portando-se forte e corajosa: “você não pode se abater por uma dificuldade. Todo dia você tem que matar um leão, e de uma certa forma subir e descer o Everest”. Mas a tipologia que teve mais destaque no início do HGPE foi a profissional, algo que permaneceu ao longo dos programas, com 42% do tempo total. Tanto a submissa, com a presença constante do ex-presidente Lula muitas vezes se sobrepondo a dela, como a trabalhadora, pela exposição da sua gestão, disposição para

²⁸ O material é referente ao primeiro turno da campanha eleitoral.

²⁹ A propaganda eleitoral de candidatos à presidência foi ao ar às terças-feiras, quintas-feiras e sábados, em dois turnos, à tarde e à noite. As regras não sofreram grandes modificações para o pleito. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Agosto/eleicoes-2014-confira-as-regras-sobre-o-teor-de-programas-no-horario-eleitoral>>. Acesso em: 25 dez. 2016.

resolver as tarefas da administração do país e sua capacidade técnica, foram identificadas.

Em seu terceiro dia de exibição do HGPE, Dilma cozinhou bacalhau, mostrou a residência oficial, falou mais uma vez do neto e associou a imagem da criança ao cuidado com o povo brasileiro. Trecho em que se mostrou maternal e como uma mulher que exerce atividades em casa e de atenção com a família. O discurso sensível e de cuidado com os brasileiros, característico da categoria maternal, foi visto nas vezes em que abordou programas como o Pronatec, Minha Casa, Minha Vida, Ciência Sem Fronteiras, entre outros.

A tipologia guerreira, presente em 26% do tempo, a expôs como uma política destemida, que enfrentou graves problemas, como a corrupção. Quando abordou o tema, Dilma Rousseff se apresentou de maneira séria e firme, como uma líder. No programa do dia 16 de setembro, afirmou que existia uma visão distorcida sobre as denúncias de corrupção e ressaltou que o seu nome nunca foi envolvido em tais ilegalidades. Segundo ela, em gestões anteriores, o número de irregularidades envolvendo membros do governo parecia menor porque não eram investigados seriamente e que o governo dela deu autonomia às instituições e tratou a questão com rigor.

Como dispunha de tempo suficiente, as tipologias se mesclaram em todos os programas. O apoio do ex-presidente Lula apareceu ao longo de diversas exibições, como momento importante da estratégia eleitoral da candidata. Além de discursos de apoio e fortalecimento da imagem de Dilma, programas e medidas da época que Lula dirigiu o país também se destacaram nos programas.

Da primeira candidata à primeira eleita

No intervalo de 21 anos, entre a primeira candidatura e a primeira eleição de uma mulher, houve uma considerável evolução tecnológica e de estratégias da comunicação política e eleitoral. Ressaltando que a primeira dispunha de 30 segundos no HGPE e a segunda cerca de 20 vezes mais tempo, o resultado da análise está abaixo:

Tabela 1 – Resultados da análise

CANDIDATAS	GUERREIRA (%)	MATERNAL (%)	PROFISSIONAL (%)
Lívia Maria (1989)	52	40	8
Dilma Rousseff (2010)	20	30	50
Dilma Rousseff (2014)	26	32	42

Fonte: Autoria própria (2017).

Por ter sido a primeira candidata à presidência da República, Lívia Maria procurou exaltar as capacidades femininas, tanto como uma guerreira (em 52% do tempo) que estava disposta a enfrentar homens e poderosos que compunham a política, quanto como a mulher de espírito maternal (presente em 40% do tempo) que iria cuidar do país, das pessoas, com sentimento e atenção. Como profissional, no pouco tempo que projetou a tipologia (8%), foi como a trabalhadora, ao falar sobre seu trabalho no banco e sua formação em Direito, e não houve apelo à categoria submissa.

Em uma campanha com 22 candidatos, o pouco tempo que ela teve disponível (apenas 30 segundos) foi utilizado para se posicionar enquanto mulher, lembrando essa diferença constantemente em relação aos demais; defender o Banco do Brasil, além de questões rurais e o que chamou de “soberania nacional” apontando sentimentos nacionalistas e de proteção aos bens brasileiros. Para conseguir passar a mensagem almejada, os pensamentos ficaram por vezes confusos, dada a quantidade de informações, ditas de maneira muito rápida, em poucos segundos, de modo que apontamentos básicos da propaganda eleitoral, como clareza e objetividade, foram prejudicados (LAVAREDA, 2009).

O apelo ao lado maternal e a uma voz essencialmente feminina continuou até o último programa. Em alguns teve maior destaque. Em outros aparece com frases que assinam o texto, como “um governo de uma mulher”. Em três programas, a candidata reforçou a naturalização de papéis sociais atribuídos às mulheres, ao afirmar que “é função da mulher cuidar” e que isso foi uma obrigação dada por Deus.

Enquanto isso, no HGPE de Dilma Rousseff, assim como na campanha de 2010 (a tipologia profissional com 50%), a profissional foi

predominante no HGPE de 2014, com 42% do tempo total. Inserida na tipologia, a característica da subordinada esteve em evidência com a constante presença de Lula. Já a característica da trabalhadora também se destacou, com a exibição do perfil incansável de Dilma para o trabalho, competência e disposição.

O perfil maternal de Dilma, presente em 32% do tempo, ficou em evidência com o tom de sensibilidade, do cuidado com as pessoas, a emoção ao ser responsável por políticas que promovem melhorias para o povo brasileiro. Já a guerreira, que teve o menor tempo de exposição, 26%, se destacou ao falar de temas sérios, como combate à corrupção, além de momentos em que questionou seus oponentes e defendeu o legado do PT à frente do Executivo.

As diferenças de estrutura das duas campanhas precisam ser reconhecidas. Também por isso escolheu-se a análise do discurso linguístico verbal. Gênero foi mais explorado na primeira candidatura. Lívia Maria destacou constantemente o fato de ser mulher como argumento de campanha: “mulheres, vamos vencer”, “é da mulher cuidar” ou expôs problemas na política que atribuía completamente aos homens. Dilma Rousseff não foi tão direta quanto Lívia Maria, mas o fato de ser mulher perpassou suas falas.

Como já visto, nenhuma candidata apresenta só uma tipologia. O que se busca em campanhas eleitorais é o equilíbrio entre o perfil de quem disputa, a ideologia do partido, conjuntura política e social do período etc. No caso das candidatas, questões de gênero permeiam a comunicação, o que acontece pela soma de diversos fatores. Entre eles, as representações que cercam o fazer político, atividade identificada com o masculino, e o que é ser mulher. Segundo Okin (2008), tendo o âmbito doméstico diretamente relacionado às mulheres, elas vêm buscando a inserção muitas vezes como um acréscimo às atividades que já desempenham, sem uma redistribuição ou nova formatação. Enquanto isso, há o esforço por parte das candidatas de demonstrarem tanto características de firmeza e liderança, quanto de sensibilidade e delicadeza.

Com tempos desiguais – enquanto Dilma chegou a ter mais de 11 minutos, Lívia dispunha de 30 segundos – a disposição dos assuntos é também desequilibrada. É preciso considerar que a candidata com me-

nos tempo precisou reunir as informações prioritárias e a forma pode ter sido prejudicada. Percebe-se que a primeira candidata explorou mais as características do âmbito doméstico e papéis de mulher como responsável por casa e filhos. Dilma também demonstrou papéis sociais considerados femininos, de cuidados com a casa e com a família, ao falar do neto e de como cozinha.

Em 1989, ser candidata ao cargo era um grande acontecimento, do ponto de vista de ser a pioneira. As falas de guerreira de Lívia foram evidenciadas, bem como a tentativa de transferência de papéis sociais femininos para o ambiente político. Além disso, àquela época, a profissionalização da comunicação eleitoral no Brasil ainda era tímida e os seus recursos em partidos nanicos também sem maiores possibilidades.

Referências

AMOSSY, Ruth. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008. 1ª reimpressão.

CASTAÑEDA, Marina. **Algunos mitos del machismo y Explicaciones psicológicas y sociales**. El machismo invisible regresa. México: Santillana, 2013. 5ª reimpressão.

GALICIA, Javier. Comunicación Política. **Treinta claves para entender el poder**. México: Piso 15, 2009.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, n. 24, 1-16, 1998.

LAVAREDA, Antônio. **Emoções ocultas e estratégias eleitorais**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

PANKE, Luciana; CERVI, Emerson. Análise da comunicação eleitoral – uma proposta metodológica para os estudos do HGPE. **Contemporânea**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 390-404, 2011.

PANKE, L. **Lula, do sindicalismo à reeleição**: um caso de comunicação, política e discurso. Guarapuava: Unicentro; São Paulo: Horizonte, 2010.

_____. **Campanhas eleitorais para mulheres**: desafios e tendências. Curitiba: UFPR, 2016.

_____. **Campañas electorales para mujeres – retos y tendencias**. Cidade do México: Editorial Piso 15, 2015.

PARTE II

ENFOQUES DE GÊNERO E DIREITOS HUMANOS



Gênero, Direitos Humanos e lutas sociais

Maria Amélia de Almeida Teles

O feminismo nos convoca a tomar consciência do processo histórico pelo qual tem trilhado a humanidade na busca de uma vida justa, igualitária e digna. Aí se encontram as denúncias dos lugares que ocuparam e ocupam ainda as mulheres e dos papéis sociais que a elas foram impostos de modo a impedir-lhes de serem donas de suas vidas, de suas escolhas e decisões. Os fatos, quando deles se toma conhecimento, indicam o quanto o movimento de mulheres e as feministas têm sido corresponsáveis e promotores das mudanças sociais na construção da democracia, das liberdades políticas, coletivas e individuais, da justiça social. Embora este reconhecimento não se faça presente ainda nos dias de hoje por parte da sociedade, as mulheres consolidam suas pautas políticas de lutas por autonomia, independência e plena cidadania e as demonstram em manifestações de rua quase que diariamente.

Mais do que isso, ainda não há compreensão sobre a importância de se estabelecer a perspectiva de que uma sociedade, como um todo, não consegue avançar no sentido progressista se não for considerado e respeitado o protagonismo das mulheres, o segmento mais oprimido e explorado.

Da luta pelo voto feminino, em muitas ocasiões, entrelaçada com a luta pela abolição da escravatura negra, direito à educação, por igualdade de direitos nas famílias, pelos direitos de escolha, pelo fim do casamento indissolúvel, por direito ao divórcio, por direitos trabalhistas para as mulheres e para toda a classe trabalhadora, pelo fim da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade como a única possibilidade de exercer a sexualidade e conceber as relações sociais, pelo fim da maternidade obrigatória, pelo direito de escolher ser mãe, pelo direito de ter condições adequadas para o exercício da maternagem e do afeto, pelo

direito a um parto com dignidade, pelo direito ao aborto seguro, pelo direito a uma sexualidade livre, direito ao orgasmo, pelo direito ao corpo, pelo fim da violência sexista e racista, pelo direito de decidir sobre sua própria vida e sobre as questões sociais e políticas, pelo fim do racismo, pelo fim da ditadura, da repressão e do autoritarismo, pela desmilitarização da sociedade para garantir a paz, pelo respeito à dignidade e à cidadania da população em geral, com destaque especial para as crianças e demais segmentos da população que precisam de cuidados especiais, pela democratização e politização da vida privada e das relações sociais, considerando que o pessoal é político, pela despatriarcalização da sociedade e do Estado, pela conquista dos direitos políticos, a garantia à plena liberdade de expressão, por direitos trabalhistas e previdenciários, pela erradicação da xenofobia e da tortura, pelos direitos humanos, as mulheres estiveram e estão na linha de frente, ainda que a elas tenham sido negados direitos e espaços políticos históricos.

Estiveram à frente das lutas antifascistas, participaram de lutas armadas contra a opressão e as ditaduras. Foram e ainda são tratadas com discriminação, desvalorização e a elas são reservados os lugares mais menosprezados, mais humilhantes, de subalternidade, exploração e opressão. Recebem menores salários que os homens quando exercem a mesma função. São vítimas de estupro coletivo e quando são lésbicas de estupro corretivo, são assassinadas por serem mulheres, as negras proporcionalmente são mais assassinadas e a maior parte do trabalho não remunerado e (invisível) é realizado por elas. São as próprias mulheres que mostram os seus rostos oprimidos e explorados, negros, envelhecidos ou ainda muito jovens, indicando sua presença e sua disposição de transgredir as barreiras que lhes impõe a sociedade patriarcal. São as próprias mulheres que oportunizam um espaço de fala pública às camponesas, indígenas, operárias, jovens, velhas, periféricas, prostitutas, pescadoras, ribeirinhas, lésbicas, transexuais, prisioneiras, artistas, compositoras e cantoras, dançarinas para que suas vozes se façam ouvir, uma vez que ainda são historicamente silenciadas.

Nos anos de 1970, historiadoras feministas como Michelle Perrot (2005)³⁰ trouxeram ao cenário político a história das mulheres, ignora-

³⁰Michelle Perrot nasceu em 1928 na França, é historiadora e professora emérita da Universidade de Paris VII. É feminista e destaca em seu trabalho a necessidade de reconhecer a história das mulheres.

da até então. Como nos falou Simone de Beauvoir (2009)³¹, a história das mulheres foi escrita pelos homens. E, portanto, a participação de mulheres quando chegou a ser registrada, foi feita de modo distorcido e androcêntrico. Pode-se acrescentar que tal história traz um conteúdo sob suspeição (TELES, 2017, p. 23), “Quando não há como deixar de registrar a participação das mulheres, o fazem como se estas agissem individualmente, como loucas, prostitutas, enfim, desajustadas.”

Para que as mulheres chegassem ao século XX na condição de protagonistas de suas lutas e se fazendo visíveis e públicas, a ponto do historiador Eric Hobsbawn (1995) considerar que “o século XX foi o século das mulheres”, as lutas feministas tiveram que transgredir e subverter a ordem patriarcal vigente, se multiplicar, aprofundar e principalmente se rebelar contra tamanha exclusão e desmerecimento. A partir de suas ações e reflexões foram criados marcos teóricos que possibilitam no cotidiano realizar estudos, debates, propostas que promovem novas ações e estratégias políticas em busca de igualdade de direitos, condições e oportunidades, autonomia, justiça, liberdade e respeito. Hoje pode-se falar de teorias feministas que abrangem campos da sociologia, da história, da saúde e da medicina, da engenharia, do direito, da literatura, da arquitetura, da psicologia, da educação, da comunicação, da biologia, das artes, da cultura, da economia, da química, da física, da matemática, entre tantas outras áreas do conhecimento.

Um dos instrumentos criado por feministas, *gênero*, é um termo aqui usado no sentido de que a ideia de “mulheres” e “homens” vai muito além dos ditames biológicos, pois é constante a construção social e cultural nas relações sociais entre as próprias mulheres, entre os próprios homens e entre mulheres e homens, relações essas que são dialéticas, contraditórias e desiguais, na maioria das vezes, em particular em relação ao poder. Em outras palavras, gênero é construído social e historicamente. Ou seja, a assimetria na implementação e na acessibilidade da cidadania para todos os sexos não é fruto da natureza, mas sim da construção social que os coloca, numa sociedade patriarcal,

³¹ Simone de Beauvoir (1908-1986) foi escritora, filósofa, ativista e feminista. Com o seu livro “O Segundo Sexo”, lançado em 1949, ela contribuiu decisivamente para criar as premissas teóricas para os feminismos dos anos de 1960 a 1970.

sexista e racista, hierarquicamente em polos dicotômico e binariamente organizados em masculino/dominante e feminino/dominado.

Ao tratar das desigualdades e hierarquias de gênero, questiona-se o lugar subalterno que as mulheres (o polo feminino) deveriam ocupar conforme a configuração da ordem social do patriarcado, determinada pela supremacia do masculino. Quando Simone de Beauvoir, em 1949, afirmou que “não se nasce mulher, torna-se”, mostrou o quanto não é natural ser caracterizada como frágil, incapaz, submissa, inferiorizada. As categorias sociais mulher e homem são construídas historicamente e assim estabelecem as relações desiguais de poder entre os sexos.

Com a ferramenta gênero, criaram-se perspectivas de perceber as sexualidades como construções sociais e que se manifestam de formas tão distintas, invisibilizadas e ainda pouco reconhecidas, uma vez que a heteronormatividade impõe paradigmas do homem branco, proprietário e sufoca as demais formas de expressão da sexualidade que passam a ser consideradas como patológicas, desviantes e estranhas. Com o uso da categoria gênero como instrumento de análise e de intervenção política, as transexualidades se manifestam e as pessoas trans tornam-se sujeitos históricos e protagonistas de suas vidas, reivindicações, desejos e de sua cidadania. Criam-se condições para uma convivência democrática e políticas públicas para garantir a plena cidadania a todas as pessoas.

Para intervir consciente e politicamente na sociedade, precisa-se do emprego de gênero, o que deve ser articulado com outras categorias como as desigualdades entre as classes sociais e econômicas, como a opressão contra os segmentos populares devido à sua raça/etnia, cor, tipo de cabelo, idade e outras intersecções.

Essas diversas formas de dominação (classe, gênero, sexualidade, raça/etnia, geracional) ocorrem simultaneamente e não há como separá-las na vida das pessoas, nas suas relações sociais e na sua inserção na escola, no mercado de trabalho, na igreja e demais instituições.

Kimberlé Crenshaw³², feminista dos Estados Unidos, nos ensina que gênero não é o único fator de discriminação. Há necessidade de se

³² Kimberlé Crenshaw nasceu em 1959, nos Estados Unidos. É professora de Direito na UCLA e na Universidade de Columbia e usou pela primeira vez a teoria da interseccionalidade em 1991 para chamar a atenção dos Tribunais que aplicavam a lei antidiscriminação entendendo como totalmente separados gênero e racismo.

compreender que outros fatores relevantes de discriminação como raça/etnia, classe social, sexualidade e orientação sexual, agem num só tempo em relação a uma pessoa ou a um grupo de pessoas. Adriana Piscitelli³³ destaca a importância de se estudar classe, gênero e raça juntos. Avtar Brah³⁴ adiciona que é importante estudar os diferentes fatores juntos por causa da relação que cada um estabelece com o outro. “Não podem ser tratadas como “variáveis independentes” porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constituída dela”. Heleieth Saffioti³⁵ nomeia as interseccionalidades como a “teoria do nó”, que remete à articulação das categorias: classe social, gênero e raça e etnia, que devem ser tratadas sempre em conjunto.

Falar de gênero, direitos humanos e das lutas sociais históricas torna-se imprescindível e necessário, nos tempos atuais. Tem sido longa e tortuosa a caminhada por conquistas de direitos. Os direitos encontram-se sob graves ameaças. Ora sob o pretexto de que estão onerando o estado, são sequestrados, ora porque são “imorais” e “ofensivos” aos bons costumes e à “sagrada família”, são autoritariamente retirados das leis e do cotidiano da grande maioria da população por governantes irresponsáveis, comprometidos com setores fundamentalistas, neoliberais e reacionários.

Vivemos, atualmente, no Brasil um retrocesso social e político, que se desenvolve de uma forma tão veloz e de tal monta, que coloca nossos direitos e nossa cidadania sob risco e ameaça frequentes. Há momentos que nos fazem pensar que vivemos em séculos passados, quando iniciava-se o sistema capitalista, e que a exploração sem nenhuma lei que colocasse freios na sua ganância de obter só lucros e mais lucros massacrava a grande maioria do povo, inclusive as crianças proletárias que eram enviadas às fábricas e trabalhavam dia e noite. A histórica greve geral de 1917, iniciada pelas mulheres operárias em 10 de junho, na Fábrica Crespi, em São Paulo, significou um momento de denúncia e revolta contra as péssimas condições da classe trabalhadora. Esta greve

³³ Adriana Piscitelli é pesquisadora e professora plena do Departamento de Antropologia Social da Unicamp – Universidade Estadual de Campinas. Integra o Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU.

³⁴ Avtar Brah é professora de sociologia aposentada e membro da Academia de Sociedades Aprendidas para as Ciências Sociais e da Associação Sociológica Britânica. É especialista em questões de raça, gênero e identidade étnica.

³⁵ Heleieth Saffioti (1934-2010) foi uma das primeiras feministas acadêmicas nos anos de 1960. Brasileira, Heleieth defendeu na Universidade de São Paulo a tese pioneira no feminismo: “A mulher na Sociedade de Classe”.

foi o estopim para a greve geral que parou São Paulo e foi vitoriosa, pois conseguiram o fim do trabalho noturno para mulheres e crianças. Esta greve denunciou a utilização do trabalho infantil dentro das fábricas.

Os movimentos sociais e populares acumularam, nas últimas décadas, experiências e forças políticas que se manifestam nas diversas formas de resistência e de protestos.

Mais uma vez, as mulheres têm sido protagonistas de lutas pioneiras ao colocarem de forma pública e explícita as necessidades e reivindicações populares feministas, antirracistas, antilesbofóbicas e em defesa da dignidade humana, nos fóruns de articulação de manifestações e lutas contra o golpismo, o que contribui de forma decisiva para o enfrentamento da recessão, do desemprego e da violência do estado e por liberdades e democracia.

Não é por acaso que os ataques contra o governo da Presidenta eleita, Dilma Rousseff, primeira e única mulher a ocupar o cargo máximo da Presidência da República, pelo voto popular, que culminaram com a sua perda de mandato, tiveram suas motivações misóginas com efeitos político-institucionais imediatos. Formou-se uma opinião pública midiática contrária a ela, tratando-a como “histérica”, sem “habilidades políticas”, “emocionalmente desequilibrada”, “sem condições de governar o país”. Em seguida, forçaram e conseguiram a retirada das expressões gênero, “identidade de gênero” e “orientação sexual”, nos planos de educação e na base curricular nacional de ensino. Ao retirar gênero, pretendem educar a sociedade para a submissão e também sufocar os movimentos feministas e de mulheres, os movimentos antirracistas e LGBTs, reduzindo assim o potencial de resistência de um povo, o que interessa aos capitalistas para manter a população dominada e alienada.

O atual governo brasileiro reduziu drasticamente o papel de políticas públicas para enfrentar a discriminação étnico-racial e de gênero, ao desmontar a estrutura da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) e da Secretaria para a Igualdade Racial (SEPIR), o que afeta gravemente a maioria da população, que são as mulheres e a população negra e indígena.

Denise Carreira, feminista, educadora e integrante da Ação Educativa³⁶, em entrevista à Agência Patrícia Galvão³⁷, declarou que:

Discutir gênero é abordar um conjunto de problemas estruturais do país, como a violência contra a mulher, a cultura do estupro, a desigualdade salarial entre homens e mulheres, os assassinatos de travestis e transgêneros (o Brasil é o país que mais mata essa população no mundo), o modelo predominante de estética que desqualifica, por exemplo, as mulheres negras. Ao não discutir as desigualdades de gênero nas escolas, quem perde com isso é a sociedade, como um todo.

Estima-se que, no Brasil, cinco mulheres são espancadas a cada dois minutos, segundo dados da pesquisa Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado (FPA/Sesc, 2010)³⁸. Em 2014, foram registrados 47.643 casos de estupro em todo o país, segundo o 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015)³⁹, o que significa que uma mulher é estuprada a cada 11 minutos. Segundo o Mapa da Violência de 2016 (FLACSO, 2015)⁴⁰, são mortas 13 mulheres por dia no Brasil, vítimas, em sua maioria, da violência de gênero.

Visibilizar essas e outras violências contra as mulheres, como feminicídio, lesbofobia e transfobia e o racismo, historicamente presentes em nossa sociedade, é garantir o espaço e o debate público, é defender uma convivência democrática e plural. Mas tem ficado cada vez mais evidente que esta agenda tem sido alvo dos ataques dos conservadores e fascistas que temem libertar o potencial criativo, inovador e transformador que contém estes segmentos organizados da população.

É necessário manter em construção conhecimentos sob a ótica de gênero, raça/etnia e direitos humanos que oferecem capacidade histórica de resistir e reunir forças que mantenham a perspectiva social

³⁶ Ação Educativa é uma organização não governamental, fundada em 1994, que atua nos campos da educação, da cultura e da juventude e dos direitos humanos. Ver mais em: www.acaoeducativa.org.br.

³⁷ Entrevista publicada em 13/04/2017. Disponível em: www.agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho-2/sociedade-perde-ao-nao-discutir-genero-na-escola/.

³⁸ Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>.

³⁹ Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/9o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>.

⁴⁰ Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf.

e coletiva de transformação, inovação e construção de convivências igualitárias e justas.

Proibir o livre debate sobre diversidade sexual, étnica e racial, enfim, as desigualdades sociais, sob a perspectiva de gênero, no processo institucional promovem o acirramento de conflitos e injustiças sociais.

Por outro lado, deve-se considerar que os segmentos oprimidos experimentam, por meio de manifestações públicas, o exercício de direitos, ao adquirirem consciência política, e assim forjam sua capacidade de sobrevivência e não mais aceitam essa realidade desigual e injusta. Passam a ser mais inovadores e criativos e reinventam novas formas de viver e conviver, concretizando o verso da poeta Cecília Meireles: “A vida só é possível se reinventada”. Resistem a perder direitos que sabem o quanto lhes custou e o quanto vale a pena se apropriar deles fazendo seu uso diário.

O Estado brasileiro está andando na contramão da história. A interferência do governo atual nos planos de educação e no próprio sistema educacional, como forma de controlar parcelas significativas da população, impedindo-as de acessar e aprofundar conhecimentos necessários para a construção democrática, abalou a opinião pública internacional. A própria Unesco⁴¹ se incomodou com os retrocessos no Brasil em relação ao campo educacional. E faz um alerta ao governo brasileiro sobre os efeitos negativos de uma educação tão restritiva e limitada, que não se pauta sob a perspectiva de gênero e de diversidade sexual e social.

O Brasil tem o dever de enfrentar e reconhecer a importância política do debate sobre sexualidade e gênero, promover uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. A legislação brasileira e os planos de educação devem adotar, sem restrições, a perspectiva de gênero no processo educacional e de estudos em sexualidade e gênero. É o que defende a UNESCO sobre questões de violência de gênero:⁴²

⁴¹ UNESCO é a organização da ONU (Organização das Nações Unidas) para educação, ciência e cultura.

⁴² Manifestação da Unesco sobre o documento aprovado na reunião realizada em novembro de 2016, paralelamente à 38ª Conferência Geral da UNESCO, com a presença de ministros e especialistas. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/unesco_in_brazil_stands_against_gender_violence_issues/#.V2LkNrsrKU.

[...] Isso se torna ainda mais importante uma vez que a educação é compreendida como processo de formar cidadãos que respeitem as várias dimensões humanas e sociais sem preconceitos e discriminações.

[...] Um dos compromissos dos países-membros das Nações Unidas é garantir o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pelo Brasil e todos os outros Estados-membros da ONU em 2015. Entre os 17 objetivos globais da agenda, está a garantia de ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes, e a promoção da educação para a igualdade de gênero e os direitos humanos.

[...] Resultado de amplo debate internacional, o Marco de Ação Educação 2030 joga luz sobre a importância da perspectiva de gênero na educação.

[...] Esta agenda dedica especial atenção à discriminação baseada em gênero, bem como a grupos vulneráveis, e para assegurar que ninguém seja deixado para trás. Nenhum objetivo de educação deve ser considerado cumprido a menos que seja alcançado por todos. [...]

Em reportagem publicada no site da ONU Brasil⁴³, a UNESCO ressaltou que em todos os seus documentos oficiais o uso de estratégias de educação em sexualidade e o ensino de gênero nas escolas é fundamental para que homens e mulheres, meninos e meninas tenham os mesmos direitos, para prevenir e erradicar toda e qualquer forma de violência, em especial a violência de gênero.

[..] A eliminação das desigualdades de gênero é determinante para a construção de uma sociedade inclusiva e equitativa.

[...] Todos os estudantes têm o direito de viver e aprender em um ambiente livre de discriminação e violência. Com educação e diálogo é possível prevenir a violência de gênero.

Tornam-se imprescindíveis as lutas sociais de efetivação de conquistas históricas, para que se continue o protagonismo dos segmentos oprimidos e explorados e juntos possam transformar a sociedade em justa, igualitária e libertária.

⁴³ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unesco-defende-educacao-sexual-e-de-genero-nas-escolas-para-prevenir-violencia-contra-mulheres/>.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, jan./jun. 2006, p.329-376. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em: 01/04/2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, ano 10, jan./jun. 2012, p. 171-188. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>>. Acesso em: 01/04/2017.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Alameda Editorial, 2017.

Desigualdade de gênero no mundo do trabalho: análise de indicadores e políticas públicas para mulheres

Lenir Aparecida Mainardes da Silva

Volney Campos dos Santos

Introdução

A importância das mulheres no processo produtivo brasileiro é uma realidade que tem ganhado cada vez mais vulto no decorrer dos anos. Dados do IBGE confirmam o crescimento constante da taxa de participação feminina na população economicamente ativa, fato esse presente não só no Brasil, mas em diferentes países e contextos sociais. Além disso, a participação econômica da mulher na composição do rendimento familiar assume importância crescente na superação da situação de pobreza. Nesse sentido, a questão da igualdade de gênero no mercado de trabalho tem sido reconhecida universalmente como um elemento estruturante para a promoção de uma justiça social que tenha por fundamento a concretização dos direitos humanos fundamentais dos indivíduos, sustentando pelo crescimento e desenvolvimento econômico e social de cada país.

Porém, essa consolidação da participação feminina tem suscitado relevantes questionamentos acerca das desigualdades de gênero que, percebidas em distintas esferas das relações sociais, aparecem de maneira

expressiva nas relações laborais, constituindo verdadeiras barreiras ao acesso da mulher a um trabalho produtivo em que padrões mínimos de rendimentos e proteção social sejam garantidos. A discriminação baseada no sexo assume diferentes feições no mundo do trabalho, prejudicando sobremaneira o acesso das mulheres trabalhadoras a direitos, benefícios, formação profissional, progressão funcional etc.

Muitas dessas limitações enfrentadas estão relacionadas à permanência de uma divisão sexual do trabalho na qual as mulheres aparecem como principais responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados com a família. As responsabilidades familiares podem constituir uma barreira importante ao acesso ao mercado de trabalho, já que essas responsabilidades recaem de modo desigual sobre elas.

Assim, o presente texto tem por objeto uma análise da divisão sexual do trabalho no contexto das responsabilidades familiares e as desigualdades dela decorrentes, sobretudo em relação à reprodução social dos papéis de gênero pelas produções legislativas e políticas públicas. Com o objetivo de quantificar e analisar qualitativamente as desigualdades existentes, a pesquisa tem por metodologia a pesquisa bibliográfica, associada à análise de dados.

Gênero e mercado de trabalho no Brasil

A consolidação da mulher enquanto força de trabalho ativa no Brasil tem reconfigurado o cenário das relações de trabalho ao longo dos anos. De acordo com Valle e Costa (2014, p. 156), “embora persista a desigualdade salarial entre homens e mulheres, houve maior inserção das mulheres no mercado formal de trabalho, a chamada “feminização” do mercado de trabalho, com a elevação da escolaridade das mulheres”. A presença crescente das mulheres nas mais diversas esferas da sociedade, contudo, não apaga diferenças em torno de direitos e de oportunidades, permanecendo determinadas relações de desigualdade que demarcam papéis tradicionais atribuídos às mulheres.

Dados coletados pelo IBGE ao longo de décadas demonstram um crescimento constante da participação de mulheres na PEA (População Economicamente Ativa). Segundo Alves (2013, p. 1):

O Brasil apresentou um grande crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) nas últimas 6 décadas. A PEA total passou de 17,1 milhões de pessoas, em 1950, para quase 93,5 milhões de pessoas, em 2010 (aumento de 5,5 vezes). A PEA masculina passou de 14,6 milhões para 52,8 milhões (incremento de 3,6 vezes), enquanto a PEA feminina teve uma elevação extraordinária, passando de 2,5 milhões, em 1950, para 40,7 milhões, em 2010 (crescimento de 16,3 vezes).

No caso das mulheres houve aumento das taxas de atividade em todas as idades. Em 1950 era de apenas 13,6% e passou para 48,9% em 2010. Em 1950, a faixa etária das mulheres em atividade variava entre 15 e 19 anos. Para os anos de 1970 e 1980, a faixa etária predominante era de 20 a 24 anos, caindo para as idades posteriores. Porém, a partir de 1991 as taxas de atividade feminina continuaram crescendo até o grupo etário 30 a 39 anos e só apresentando uma tendência de queda rápida a partir dos 49 anos de idade (ALVES, 2013).

A conclusão da análise estatística para o citado autor é que as diferenças de gênero nas taxas de atividades eram muito grandes em 1950 e diminuíram muito em 2010: “O padrão de participação, por sexo, está cada vez mais parecido, mas devido a divisão sexual do trabalho as mulheres continuam com menor inserção no mercado de trabalho remunerado e maior presença no trabalho doméstico não remunerado” (ALVES, 2013, p. 3).

Portanto, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho não eliminou os problemas de segregação ocupacional e discriminação salarial, embora tenham sido abrandados no período analisado.

Uma forte referência na afirmação dessas desigualdades pode ser aferida a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) 2013. Eles apontam que, dos quase 96 milhões de ocupados, 57,2% eram homens (55 milhões) e 42,8%, mulheres (40,9 milhões). Proporcionalmente, há quase o dobro (8,5%) de mulheres ocupadas e sem rendimento do que homens (4,7%). Ainda de acordo com

a pesquisa, a desigualdade salarial aparece na seguinte proporção: em média, em 2013, os homens receberam R\$ 1.890 e as mulheres R\$ 1.392.

Outro dado que reforça a desigualdade existente decorre do Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) apurado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Relatório de Desenvolvimento Humano 2016.

O IDG reflete as desigualdades baseadas em gênero em três dimensões: saúde reprodutiva, empoderamento e atividade econômica. A saúde reprodutiva é medida pela mortalidade materna e as taxas de gravidez entre adolescentes; o empoderamento é medido pela proporção de assentos parlamentares ocupados por mulheres e a realização do ensino fundamental e médio por cada gênero; e a atividade econômica é medida pela taxa de participação das mulheres e homens no mercado de trabalho. O IDG pode ser interpretado como a perda no desenvolvimento humano devido à desigualdade entre as realizações femininas e masculinas nas três dimensões analisadas (PNUD, 2016).

O IDG do Brasil no Relatório de 2016 é 0,414 (quanto mais próximo de 1 maior a desigualdade), o que o coloca na 92ª posição no ranking. Nesse indicador, portanto, o Brasil está na metade mais mal avaliada de 159 países. Comparativamente, com este índice o Brasil possui mais desigualdade de gênero que a média da América Latina e Caribe (0,390), que a Argentina (0,362), Chile (0,322) e Uruguai (0,284). São mais desiguais em gênero que o Brasil o Paraguai (0,464) e a Venezuela (0,461). Apenas para ilustrar um dos critérios usados como indicador, no Brasil 10,8% dos assentos parlamentares são ocupados por mulheres, enquanto na República Centro-Africana, país com o menor IDH do mundo, as mulheres representam 12,5% do parlamento (PNUD, 2016).

O Relatório de Desenvolvimento Humano 2016 (PNUD) traz ainda o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDH-D), que quantifica os efeitos da desigualdade em desenvolvimento humano, medido em função do IDH. O IDH-D considera todas as três dimensões do IDH (padrão de vida, acesso ao conhecimento e expectativa de vida ao nascer), descontado o valor médio de cada dimensão, de acordo com seu nível de desigualdade.

Assim, embora o Brasil tenha um IDH de 0,754, quando é descontada a desigualdade, o IDH-D cai para 0,561, o que significa uma perda de desenvolvimento humano de 25,59% devido à desigualdade na distribuição dos índices. Em comparação com os índices latino-americanos, México apresenta uma perda de 22,9%, Colômbia 24,6% e Chile 18,2%. Entre os países do Mercosul, o Uruguai tem perda de 15,7%; a Argentina 15,6%; a Venezuela 19,4% e o Paraguai 24,3%. O Brasil é o membro do Mercosul com maior percentual de perda de desenvolvimento pela desigualdade (PNUD, 2016).

É possível afirmar, portanto, que o Brasil é um país onde a desigualdade interfere sobremaneira no desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, a desigualdade de gênero permeia o cenário nacional, assumindo sua feição cruel quando as estatísticas demonstram o quanto homens e mulheres são diferentemente considerados no ambiente de trabalho. As relações assimétricas no âmbito do mercado de trabalho podem ser diagnosticadas nos mais variados níveis: de hierarquia, de qualificação, das oportunidades, da carreira e do salário, que aparecem marcadamente diferenciadas de acordo com o sexo, fundamentadas em construções históricas e culturais de comportamentos considerados como tipicamente femininos e masculinos (GONZALEZ, 2011).

Neste sentido, as ocupações em que se inserem as mulheres no trabalho assalariado aparecem como uma extensão do trabalho realizado no âmbito doméstico, relacionadas a capacidades ou habilidades identificadas como tipicamente femininas, valorizando características como delicadeza, destreza, habilidade manual, paciência, etc.

Já o trabalho realizado pelos homens é associado a um conhecimento teórico formalizado, profissional, enquanto as mulheres o desenvolvem de acordo com um conhecimento (inato) não formalizado adquirido pela prática na esfera doméstica. Esta consideração diferenciada e subqualificada do trabalho feminino relaciona-se a uma construção social do gênero que inclui também as qualidades de gênero desenvolvidas socialmente através da educação e do trabalho (SOUZA-LOBO, 1991). A essa desvalorização profissional relacionada a estereótipos de gênero associam-se as expressivas desigualdades salariais entre homens e mulheres em diversos setores do mercado de trabalho e a

sobrerrepresentação feminina nas ocupações de maior vulnerabilidade social e precariedade das condições de trabalho.

De outra sorte, um outro elemento relacionado às desigualdades entre homens e mulheres no trabalho diz respeito à distribuição das responsabilidades familiares. A permanência da responsabilidade feminina pela esfera familiar e pelos afazeres domésticos revela-se fator determinante a ser considerado nesta conjuntura, na medida em que incide diretamente nas possibilidades de acesso e profissionalização das mulheres (GONZALEZ, 2011).

Responsabilidades familiares e desigualdade no emprego

As responsabilidades familiares (cuidar de filhos, filhas, de pessoas dependentes e realizar diferentes tarefas domésticas) podem constituir uma barreira importante ao acesso para o mercado de trabalho, restringir opções de emprego e limitar a capacidade de gerar renda. Elas afetam particularmente as mulheres, já que, na maioria das sociedades, essas responsabilidades recaem de modo desproporcional sobre elas.

A presença de filhos, associada ao ciclo de vida das trabalhadoras, a sua posição no grupo familiar (como cônjuge, chefe de família etc.), a necessidade de prover ou complementar o sustento do lar são fatores que estão sempre presentes nas decisões das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho (OIT, 2009a).

Em muitas famílias com dupla renda, um dos membros do casal (geralmente o homem) tende a continuar a ser considerado como o trabalhador “principal”, ou seja, tende a trabalhar sem limitações domésticas e familiares. O outro membro (geralmente a mulher) busca oportunidades de trabalho compatíveis com suas responsabilidades familiares (um emprego em tempo parcial, por conta própria ou no próprio domicílio), fazendo com que a sua renda tenda a ser mais baixa. Segundo Valle e Costa (2014, p. 150), a mulher, ao ocupar espaço no mercado de trabalho, teve que conciliar o tempo do trabalho com suas atividades dentro da família, impondo a elas uma dupla jornada

de trabalho, que marcou e ainda marca a vida das mulheres, gerando uma relação familiar desigual na distribuição dos afazeres domésticos. O estabelecimento de uma divisão do trabalho no interior das famílias que reproduza estereótipos tradicionais que associam o papel de cuidadora à função “natural” da mulher acaba por repercutir também no mercado de trabalho, estabelecendo relações de gênero em prejuízo do trabalho feminino.

Esse prejuízo fica evidente, conforme Valle e Costa (2014, p. 150), quando se constata que as trajetórias laborais das mulheres são mais descontínuas e com menores opções de promoção, se comparadas aos homens. O desempenho das mulheres como assalariadas, em muitos casos, se vê interrompido pela necessidade de cuidados na criação dos filhos e, dessa forma, se traduz em uma redução de oportunidades de emprego, de perspectiva de carreira e até mesmo em prejuízos previdenciários, tal como uma aposentadoria tardia em relação aos homens. E mesmo aquelas trabalhadoras que não se enquadram neste perfil, sofrem das mesmas atitudes uma vez que, pelo simples fato de ser mulher, respondem pelo estigma social de que toda mulher se preocupa mais com a família do que com o trabalho.

Por exemplo, os empregadores podem ter dúvidas no momento de contratar mulheres para desempenhar determinadas funções (em regra aquelas que oferecem melhores perspectivas em termos de carreiras) e também em relação a investir na sua formação profissional. A dúvida de contratar ou não mulheres se baseia na premissa de que suas responsabilidades familiares atuais ou futuras gerarão problemas ou custos. Assim, as mulheres podem ser penalizadas pelas responsabilidades familiares devido à persistência de um estereótipo que alimenta questões em relação ao seu profissionalismo no desempenho de tarefas a elas designadas em razão de conflitos entre suas responsabilidades familiares e condições de trabalho (VALLE; COSTA, 2014, p. 158-159).

Se nos dias atuais, por um lado, as mulheres compartilham com os homens o tempo de trabalho remunerado, por outro não ocorreu um processo equivalente de mudança com relação à redistribuição das responsabilidades sobre as tarefas domésticas. Ainda, pouco se fez por parte do Estado em relação à oferta significativa de serviços públicos de

apoio a estas tarefas, nem se alcançou um grau efetivo de reorganização da vida social e seus estereótipos. Pelo contrário, os marcos legais existentes – leis, políticas e serviços – muitas vezes apresentam deficiências e acabam, direta ou indiretamente, contribuindo pouco ou quase nada para a construção de um ambiente mais igualitário em relação à matéria.

O Estado como agente da reprodução das desigualdades de gênero

Uma redistribuição mais igualitária das responsabilidades familiares entre homens e mulheres exige, para além de uma modificação no modo de vida social e dos papéis a serem desempenhos por eles e elas, o estabelecimento de serviços e políticas públicas voltadas à satisfação das tarefas familiares, sobretudo, a conciliação efetiva entre o trabalho produtivo e a vida familiar. A legislação trabalhista, a previdência social e as políticas de conciliação determinam a interação entre a vida no trabalho e familiar. Porém, as referências legais que existem apresentam, por vezes, algumas deficiências.

Essas discrepâncias acabam por promover uma crise dos métodos tradicionais de conciliação, cujo peso recai sobre as trabalhadoras. A sobrecarga de responsabilidades familiares costuma ser o combustível das discriminações e desvantagens que experimentam as mulheres no mercado de trabalho. Desvantagens essas que se manifestam de diversas formas, tais como: a) maiores dificuldades para inserir-se no mercado de trabalho (o que significa menor taxa de participação e maiores taxas de desemprego); b) menores oportunidades em função da segmentação ocupacional (leque de ocupações mais restrito); c) menores rendimentos: resultado da discriminação salarial e da desvalorização das ocupações nas quais as mulheres se concentram; e d) maior informalidade, que se manifesta na sobrerrepresentação das mulheres na economia informal e nos empregos sem proteção social (OIT, 2009b).

Exemplificando, se a proteção da maternidade, de um lado, representa um grande avanço legislativo na proteção da trabalhadora, por outro lado, ela segue sendo uma das causas de discriminação laboral

mais importante, afinal, em vez de contribuir para eliminar o modelo familiar segundo o qual compete exclusivamente à mulher as responsabilidades de cuidado familiar, acaba por afirmá-lo, podendo trazer para as mulheres diversos reflexos negativos no âmbito do trabalho conforme antes mencionado (VALLE; COSTA, 2014, p. 161).

A sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado que pesa sobre as mulheres geram ainda consequências negativas para as famílias, que acabam por experimentar maiores dificuldades em propiciar uma atenção adequada às crianças, idosos e doentes. Os homens são privados de participar ativamente da criação de seus filhos e do cuidado de seus familiares, fragilizando seus laços afetivos; as crianças são privadas, em sua vida cotidiana, do contato com papéis masculinos, o que dificulta seu desenvolvimento integral (OIT, 2009b).

A omissão política e legislativa sobre o tema também surge como reprodutores dessa lógica discriminatória. É o que ocorre quando a legislação obriga que as crianças brasileiras frequentem a escola a partir dos quatro anos de idade, mas as escolas não oferecem educação integral, proporcionando dificuldades aos pais no cuidado com o filho no período em que não está na escola. Ao se reproduzir a diferença de gênero estabelecida no modelo de família predominante, caberá mais à mulher a obrigação do cuidado com filho, colocando em segundo plano sua trajetória profissional. De se mencionar, por fim, que a OIT possui normas internacionais do trabalho que abordam, específica ou indiretamente, o tema da relação entre a vida laboral e a familiar. De se mencionar as Convenções da OIT nº 183 (ano 2000), sobre a Proteção da Maternidade e nº 156 (ano 1981) sobre Trabalhadores e Trabalhadoras com Responsabilidades Familiares. O Brasil não ratificou nenhuma dessas Convenções, o que representa uma barreira na construção da igualdade de homens e mulheres, fazendo com que o debate acerca das responsabilidades familiares continue sendo um assunto pertencente à esfera privada das famílias, e não uma política pública (OIT, 2009b).

Às mulheres, histórica e culturalmente, sempre coube a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família. Este trabalho, realizado no espaço doméstico de maneira não remunerada e não contabilizado como trabalho, ainda é visto como atribuição

natural das mulheres, independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda. Assim, em pleno século XXI, as mulheres continuam respondendo pelas tarefas familiares de organização do lar, pela higiene do espaço doméstico e das roupas dos membros da família, pelos cuidados das crianças, dos idosos, dos enfermos, das pessoas com deficiência, além de outras atribuições presentes em alguns contextos específicos. Todas essas atividades cotidianas exigem grande esforço físico, demandam muito tempo de quem as exerce e, apesar de invisibilizadas, são indispensáveis para a reprodução social e econômica de nossa sociedade.

Esta configuração, no entanto, vem sendo colocada em xeque na medida em que as mulheres ocupam, a cada dia, mais espaço no mercado de trabalho. A tradicional divisão sexual do trabalho, com um homem provedor encarregado do trabalho para o mercado e uma mulher cuidadora exclusiva, responsável pelas responsabilidades familiares, dá lugar a um arranjo no qual mulheres e homens realizam o trabalho no mercado enquanto o trabalho familiar continua prioritariamente a cargo das mulheres, que passam a ter uma sobrecarga laboral, mantendo deste modo uma divisão sexual do trabalho, reorganizada a partir das alterações no mercado de trabalho. Trata-se de uma situação de desigualdade de fato que, a despeito dos esforços políticos e sociais, tem resistido a desaparecer. O presente trabalho buscou demonstrar que a desigualdade de gênero no Brasil muito está relacionada com a reprodução dos papéis de gênero pelo próprio Estado e por aqueles que teriam por missão elaborar políticas voltadas para a promoção da igualdade. Essa reprodução de papéis acaba por gerar uma sobrecarga de responsabilidades familiares sobre as mulheres, funcionando como uma força potencial de desvantagens que experimentam as mulheres no mercado de trabalho.

O Brasil, a despeito de Estado-membro da OIT, não tem ratificado as normativas internacionais elaboradas estrategicamente para promover a igualdade de gênero nas relações de trabalho, situação que acaba por dificultar (e quiçá reforçar) as barreiras a serem superadas para o estabelecimento de uma condição mais equitativa entre os sexos no mundo do trabalho.

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz. **O crescimento da PEA e a redução do hiato de gênero nas taxas de atividade no mercado de trabalho**, 2013. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/artigo_112_a_reducao_do_hiato_de_genero_nas_taxas_de_atividade_no_mercado_de_trabalho.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2017.

GONZALEZ, Débora de Fina. Políticas laborais de igualdade de gênero: o Programa Pró-Equidade de Gênero no Brasil. **Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, 2011. Disponível em <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/debora.pdf>>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Perfil do trabalho decente no Brasil. Brasília e Genebra: OIT, 2009a.

_____. **Trabalho e Família**: rumo a novas formas de conciliação com coresponsabilidade social. Brasília: OIT, 2009b. Disponível em <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/trabalho_e_familia_275.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2017.

PNUD – Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. **Informe sobre Desarrollo Humano 2016**: Desarrollo humano para todas las personas. Nova Iorque, 2016. Disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/HDR2016_SP_Overview_Web.pdf Acesso em: 12 de março de 2017.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho dominação e resistência. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

VALLE, Alejandro Hugo Del; COSTA, Lucia Cortes da. (Des)igualdade de gênero, trabalho e proteção social na Argentina e no Brasil. In: SILVA, Lenir Aparecida Mainardes; MANDALAZZO, Silvana; MENDES, Jussara Maria Rosas (Org.). **Trabalho e proteção social**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2014.

Trabajar en enfermería en Argentina: Provocaciones políticas desde la historicidad y el género

Beatriz Morrone

Javier Mendizábal

Las voces en las organizaciones

Las condiciones de trabajo y de vida de la enfermería es puesta en escena por la Oficina Internacional del Trabajo (OIT):

Se debería hacer lo necesario para fomentar, a todos los niveles y de acuerdo con métodos apropiados a las condiciones nacionales, la participación del personal de enfermería en la planificación y en la adopción de las decisiones relativas a la política nacional de salud en general y a la de su profesión en particular. (OIT, 1977, p. 5).

La Organización Mundial de la Salud (OMS) aprobó durante la 60^ª Asamblea Mundial de la Salud (2007) el “*Plan Mundial sobre la Salud de los trabajadores y trabajadoras para el período 2008-2017*” con el objetivo de proporcionar a los Estados miembros nuevos ímpetus para la acción (OMS, 2010). En el mismo sentido el Consejo Internacional de Enfermeras eligió como lema: “*Entornos de práctica favorables: Lugares de trabajo de calidad = atención de calidad al paciente*”, poniéndolo como tema prioritario para el trabajo anual en cada país. (CIE, 2007).

Cabe destacarse que el centro se coloca en la “*atención de calidad al paciente*” y en consecuencia la baja de los costos institucionales, y se deja en un segundo plano los “*entornos de práctica favorables*” como variable necesaria para obtener medio ambiente laborales más favorables, legítimo reclamo aún sin saldar para el personal de enfermería.

El Código Deontológico del Consejo Internacional de Enfermeras (CIE), que toma como propio y al que adhiere la Enfermería Argentina, señala en su apartado tres *La Enfermera y la Profesión*, la obligación de las y los profesionales para con sus entornos laborales. “La enfermera, a través de la organización profesional, participará en la creación y mantenimiento de condiciones de trabajo social y económicamente equitativas y seguras en la enfermería” (CIE, 2005, 2012). Remarca la obligación de ejercer influencia para conseguir condiciones de trabajo, sociales y económicas equitativas para la enfermería. Elaborar en consecuencia declaraciones de posición y directrices sobre problemas del lugar de ejercicio profesional. Esta organización internacional cada año publica un documento en conmemoración con el Día Internacional de la Enfermería (DIE), con el fin de dar relevancia al problema más complejo que consideran está sucediendo con la enfermería en el mundo. Este documento tiene como finalidad debatir en todos los espacios laborales, asistencial y docente, así como también con los medios de comunicación con el fin de que estas preocupaciones y potenciales soluciones sean conocidas por toda la sociedad.

En su última publicación el documento insta a la enfermería a liderar el alcance de los objetivos de desarrollo sustentable. En la introducción versan, “Las enfermeras, a causa de la profesión que hemos elegido, realizamos sacrificios día sí y día también para ayudar a los demás. A menudo se nos erige en ángeles, referentes, personas de buen corazón, bondadosas, que cuidan de los demás” (CIE, 2017, p. 4). El término *sacrificio* identifica el trabajo con la influencia de la religión en la profesión, agravado por los calificativos que *se nos erige* y la ausencia de crítica a esta naturalización anula toda proposición de liderazgo. Mucho más aún, del reformismo político indispensable para salir de la exclamación/interrogante que condena la salud, el trabajo y la vida de la profesión que de esta forma presentan: “¿Realmente cabe esperar

que las enfermeras vayan a resolver todos los problemas del mundo cuando trabajan en exceso, se les paga menos de lo debido, tienen menos recursos de los necesarios y están agotadas?!” (CIE, 2017, p. 4).

La respuesta en el DIE a este interrogante es resuelta en el mismo documento “¡Ya lo están haciendo!” (CIE, 2017, p. 4). La elaboración de la respuesta, ante lo que con gravedad se pregunta, ejemplifica tanto la contradicción de los representantes internacionales que anuncian como deber en el código deontológico el cuidado de sí y las condiciones de trabajo, como también de qué forma podrá la enfermería aportar en: mejorar la salud y el bienestar, la igualdad de género, el trabajo decente y el crecimiento económico, la reducción de las desigualdades, la paz, justicia e instituciones sólidas y alianzas para lograr los objetivos. De esta forma, 6 de 17 objetivos para el desarrollo sustentable son olvidados, negados o suspendidos por el bienestar de las instituciones a expensas de la propia profesión. En relación a esto último, en el año 2016 el lema del DIE *Mejorando la capacidad de recuperación de los sistemas de salud* aparece la necesidad de contribuir en la resiliencia del sistema de salud⁴⁴. Si bien el documento pretende motivar la participación de enfermería en políticas en salud y en el sistema de salud antepone situaciones de crisis omitiendo la influencia de políticas liberales-capitalistas y la determinación social o minimizando la mercantilización y medicalización de la salud. Para ello propone un sistema único, no desde la equidad y el derecho a la salud, por el contrario, para asistir necesidades de los más vulnerables y/o pobres en pos de la planificación propuesta en los objetivos de desarrollo sustentable.

Estas antiguas concepciones de la atención primaria devienen en una atención primitiva en salud pública (SPINELLI, 2010; TESTA, 1985) de lo cual la enfermería, según el DIE deberá *prepararse y responder*.

Colocar a la crisis como variable independiente –permanente, en vez de dependiente –transitoria (DE SOUSA SANTOS, 2017) justifica los recortes de salario, de personal, de capacitación de insumos debido a la crisis económica, crisis del sistema de salud y su privatización, crisis

⁴⁴“La resiliencia del sistema de salud se puede definir como la capacidad de los actores, instituciones y poblaciones en el ámbito de la salud de prepararse y responder eficazmente a situaciones de crisis; manteniendo las funciones centrales cuando se produce una crisis; y, utilizando la información de las lecciones aprendidas durante la crisis, realizar una reorganización si las condiciones así lo requieren.” (KRUK et al 2015, en CIE, 2016, p. 19)

epidémica. Sobre esto último, el documento hace referencia concreta sobre el brote de ébola en el año 2014 y menciona de forma descriptiva los resultados de un informe preliminar de la Organización Mundial de la Salud (OMS) donde explicita que de 815 trabajadores/as⁴⁵ sanitarios el 50% correspondía a personal de enfermería –profesionales y auxiliares- y que dos tercios de estos perdieron la vida a causa de ello (CIE, 2016). A continuación el documento abre las siguientes preguntas:

¿Cómo podemos responder rápidamente a una carencia de trabajadores sanitarios cuando estos enferman o incluso fallecen? ¿Cómo capacitar rápidamente a una fuerza laboral de enfermeras para prestar cuidados en entornos muy diferentes? ¿Cómo acceder rápidamente al equipamiento adecuado? ¿Cómo comunicarse eficazmente con los ciudadanos? (CIE, 2016, p. 2)

No hay una sola inferencia a las condiciones de trabajo, ni políticas de bioseguridad en resguardo de la integridad física y vida de los trabajadores en general y enfermería en particular. La variable crisis ajusta en el cuerpo, salud y vida mientras la institución conserve la resiliencia.

En el año 2015 el lema y documento se denominó “Las enfermeras, una fuerza para el cambio: *eficaces en cuidados, eficientes en costos*” (CIE, 2015). En ese documento, apoyado por todas las organizaciones nacionales que la componen entre estas la Argentina a través de la Federación Argentina de Enfermeras, FAE divulgó ampliamente el mensaje y apoyó su contenido. El CIE afirma, citando a Liese y Dussault (2004),

El deterioro de los servicios de salud y la provisión de recursos humanos de enfermería es consecuencia de un proceso de reforma de la salud implementado a través de programas de ajuste estructural (PAE) del Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional (FMI). Estas reformas estaban dirigidas a la contención de costos mediante una mejor gestión de los salarios públicos, la reducción del gasto público, la privatización de empresas públicas, la eliminación de subsidios, la liberalización de la economía y la devaluación de la divisa nacional. (CIE, 2015, p. 3)

⁴⁵ Cabe destacar que el documento habla de trabajadores - en este párrafo, contradiciendo el resto del documento que habla de las enfermeras y donde parece justificar escenarios y roles de sumisión - a pesar de ser un colectivo representado por mujeres con lo cual el sesgo permite perder la posibilidad de analizar como las mujeres atraviesan y/o padecen las condiciones de trabajo a diferencia de los varones u otros trabajos en salud masculinizados.

No hacen ninguna consideración en relación al impacto negativo de estas medidas en el bienestar de la sociedad, en las condiciones de vida y de trabajo de las personas en general y de las enfermeras en particular. El CIE reconoce en un solo párrafo que:

De manera similar, un estudio sobre las enfermeras en 12 países europeos ha mostrado que un elevado porcentaje de ellas estaban insatisfechas y manifestaron su intención de abandonar sus puestos de trabajo. La insatisfacción de las enfermeras estaba relacionada con los sueldos, las oportunidades de formación y la falta de progreso profesional (Aiken et al. 2013 en CIE 2015, p. 5).

Además argumenta “mejores entornos de trabajo y ratios pacientes/enfermeras elevadas estaban asociados a una mayor calidad de los cuidados y satisfacción de los pacientes (AIKEN et al. 2012 en CIE, 2015, p. 6).

Asimismo en los estudios de Linda Aiken se demostró que las carencias en la calidad de los cuidados hospitalarios eran comunes y concluyó que la mejora de los entornos de trabajo en los hospitales podría ser una estrategia relativamente económica para mejorar la seguridad y la calidad de los cuidados hospitalarios e incrementar la satisfacción de los pacientes (CIE, 2015).

De esta forma el documento se presenta en claros y oscuros. Como caras de una misma moneda que miran a en direcciones opuestas. Por un lado exhorta a la enfermería a protagonizar las políticas en salud y en páginas posteriores menciona las dificultades en la formación superior. De igual manera reconoce a la medicalización como uno de los principales motivos de los costos y promueve inmediatamente la prescripción enfermera (habilitación para que las enfermeras receten fármacos), sólo por mencionar dos ejemplos, donde la vocación como entrega y sumisión impide reconocer y gozar el poder de la profesión en las instituciones. Cautivos, en términos biopolíticos, se guarecen en la gobernabilidad médica.

Tal vez la mayor contradicción se presenta en reconocer la escasez del personal de enfermería y los problemas migratorios y reiterar la importancia del número y función de sostén institucional.

En definitivo el documento intenta llamar a la reflexión pero la ceguera de género y la incapacidad de cuestionar los contextos socioeconómicos e históricos funcionan como confusores que abren dudas sobre el objeto de la publicación por parte de un organismo internacional y los capitales en juego. La identificación social y de la enfermería como trabajo reproductivo, privado e individual se ratifica ante el significado visual de la portada del libro/documento CIE. Una balanza ubica de un lado a las enfermeras en equilibrio -representando la eficiencia en los cuidados - mientras que del otro se ubica el dinero, en forma de monedas apiladas simbolizando la eficacia en los costos. El documento demora - se explicita recién en el capítulo tres - en aclarar que la eficacia en el costo no es económico, sino en ganancia de la salud de la población. De esta forma, continúa sin esbozar siquiera un mínimo análisis de las problemáticas históricas laborales de la enfermería y de las profesiones feminizadas en general. Se incurre en lo que Fraser advierte ante las dificultades de problematizar la distribución y reconocimiento de género y clase al “yacer dormida bajo largas temporadas de la historia si se le otorga carta de naturaleza a un marco hegemónico y se da por hecho” (1997, p. 6).

En resumen, los tres artículos difunden un tema prioritario de la agenda de la enfermería mundial pero sosteniendo la ceguera de género y laboral en forma de obstáculo. No permite siquiera sostener un reformismo defensivo que posibilite garantizar los derechos laborales y académicos conquistados.

En la región, las políticas neoliberales en América Latina en las décadas del 80 y 90 sembraron un escenario de libertad de mercado que intervino a nivel multiescalar donde las prácticas y los procesos dinamizaron las relaciones de poder y economía con una notable desnacionalización que, de alguna manera reflorecieron abruptamente en la actualidad. Se facilitó, entonces, la influencia global en el consumo de mercado privado, para ingresar después en el espacio público (SASSEN, 2007) y de esta forma se permitió al empresariado los cambios en la legislación laboral acompañados por estructuras de poder: academia, sindical y gobierno.

Un ejemplo de ello surge en las vigentes Unidades de Producción de Enfermería (UPE) a partir del informe producido por los profesores de la Cátedra de Salud Pública II de la Escuela de Enfermería de la Ciudad de Rosario. Esto fue tomado posteriormente por la Asociación de Escuelas Universitarias de la República Argentina, (AEUERA) y presentado ante el Ministerio de Salud de la Nación. La investigación conformó un Sistema de Clasificación de Pacientes teniendo en cuenta la distribución del personal de enfermería para su atención en la internación, conociendo previamente la capacidad de trabajo dejando a consideración las particularidades de la institución. (MSN, 1995).

Estos indicadores cuantifican, de alguna forma, el peso en la carga de trabajo de enfermería al realizar procedimientos sobre los usuarios. Se considera la complejidad de los pacientes siendo de amplio uso en unidades de cuidados intensivos.

En el caso de las UPE, las unidades son la consecuencia de la decisión de cronometrar durante 10 años y promediar el tiempo que insumían la realización de ciertos procedimientos, tarea que le fue asignada a los estudiantes avanzados de la carrera de licenciatura en enfermería. Estos promedios obtenidos sugieren que 3 minutos de trabajo de enfermería corresponden a una (1) UPE y conforman a partir de este indicador un listado con la cantidad de UPEs que supondrían que contienen las acciones del cuidado de la salud y de la atención a los enfermos.

Valcárcel (2002) nos recuerda los efectos de la globalización bajo el acostumbramiento a unir utilidad y eficacia con los conocimientos tecnificados. Es decir, no hay registro sobre la humanización que requiere el cuidado de la salud sino que se ha decidido buscar en él el ahorro de costos.

Abriendo la discusión, las UPE como indicador *habla mucho más de lo que aparenta medir* (MENDIZÁBAL, 2015). En primer lugar, las 82 actividades medidas para determinar la medida de las unidades fueron procedimientos relacionados a las indicaciones médicas y normas que abonan en procedimientos institucionales como la entrevista al paciente. Siguiendo este ejemplo, la entrevista está estipulada en 15 minutos con lo cual se ajusta a los requerimientos casi administrativos: inicio de

Historia Clínica o abreviar el trabajo micropolítico vivo, o mejor dicho muerto, del médico (MERHY, 2006). No puede inferirse que la entrevista es en relación a la planificación de cuidados, o mejor dicho, el encuentro que permea comenzar a desplegar la producción de cuidado, si esto fuese así, debieran medirse cuidados relacionados a los diagnósticos enfermeros o a las necesidades y derechos del usuario. Lo que se mide es lo que la medicina mercantilizada necesita para producir al servicio del consumo.

Los saberes son incuantificables y en definitiva no pueden ajustarse a lo que el servicio reclama sino a lo que los usuarios - paciente y familia - interpelan. La producción del cuidado no pertenece a las políticas ideológicas de las UPE. Las condiciones de trabajo comparadas entre el rol feminizado del cuidado en enfermería son medidas - vigiladas y castigadas - bajo lógicas taylorianas de eficiencia desprestigiando los saberes (tecnologías blandas) de trabajo reproductivo y ponderando el trabajo productivo (procedimientos de tecnología dura) subordinado por la hegemonía institucionalizada transferida a la gestión en la enfermedad (MERHY, 2006).

La Federación Argentina de Enfermería (FAE) y la Asociación de Escuelas Universitarias de Enfermería de la República Argentina (AUERA) sistematizaron políticas para enfermería necesarias para implementar en el decenio del 2000. En el documento se reconocen numerosas problemáticas que involucran la distribución y el reconocimiento de la profesión además de las condiciones de medio ambiente de trabajo, la necesidad de la formación continua, de transformar el perfil y los contenidos curriculares y la investigación en enfermería (FAE/AUERA, 1999). Las políticas en educación han padecido debilidades en la manipulación partidaria financiando la formación técnica y sesgada en instituciones hospitalarias bajo la gravedad de escases de recursos humanos en enfermería sin cuestionar ni modificar las condiciones de trabajo que atentan contra la salud y vida del personal de enfermería e incrementa el ausentismo, las lesiones y licencias por enfermedad. En contra partida la educación superior ha encontrado dificultades para consolidarse y/o financiar la formación de grado y postgrado con mayores dificultades en el desarrollo de extensión e investigación en las universidades en relación con otras carreras del área salud.

En relación a las condiciones de vida y trabajo continúan siendo escasas la representación en espacios políticos y sindicales, donde se observa en perjuicio de la profesión la voluntad de colegiar o constituir sindicatos únicos con fines lobistas y de acumulación de capital económico, ya que, en general, los impulsores de proyectos ocupan espacios de poder en instituciones educativas y asistenciales donde, en vez de representar al colectivo y dinamizar micropolíticas democráticas, suelen defender los intereses institucionales y representar a la hegemonía médica y/o religiosa y/o empresarial además de las partidarias oportunistas para garantizar el *estatus quo* y por fuera de las filiaciones ideológicas.

Las condiciones y medioambiente de trabajo (CyMAT) del personal de enfermería, el impacto de estas sobre las/los trabajadores sanitarios del sistema público de atención de la salud y de la enfermedad, debe ser motivo de continuas investigaciones, no solo para lo que representa en la vida de estos, sino porque de acuerdo con los resultados pueden incluirse en los tramos de formación profesional mejores estrategias de desnaturalización sobre el inexorable camino que conduce a “poner el cuerpo”, si se elige la profesión, así como también a la problematización de las incumbencias profesionales.

Según Asa C. Laurell, “la relación entre el trabajo y la salud puede analizarse desde dos grandes tendencias, una cuyo objetivo fundamental es incrementar el rendimiento y otro es mejorar las condiciones de trabajo y por ende las condiciones de salud” (LAURELL, 1978, p. 59). En cuanto se refiere a las condiciones del proceso laboral, los hospitales y centros de atención de la salud y de la enfermedad reúnen a un vasto y diverso conjunto de áreas y puestos de trabajo, donde se realizan diferentes tareas para la producción de actos terapéuticos y preventivos del más variado orden, que ponen en marcha un sinnúmero de medios para atender el problema de los demandantes. El proceso laboral sanitario es una de esas formas de producción de servicios donde el producto no tiene una corporeidad manifiesta y solo se materializa como un conjunto de actos.

Las investigaciones sobre salud ocupacional y satisfacción del ejercicio asocian factores reiteradamente identificados que producen afecciones que pueden provocar incapacidades transitorias o permanentes físicas y subjetivas, relacionan Buriyovich y Pautassi (2005, p. 39).

Una de las variables situacionales que parece ser central en la aparición del stress ocupacional es la cantidad y calidad o grado del contacto con otras personas que son los receptores de los servicios. La atención de los pacientes proporciona grandes satisfacciones pero es emocionalmente muy exigente, de forma que cuanto más tiempo se le dedica, mayor es el riesgo de agotamiento emocional que se corre.

La historia de la profesionalización en Argentina da cuenta de estas encerronas.

Las voces en la resignificación histórica: miradas de género

En este sentido, cabe señalar que la Enfermería en la Argentina tanto como el magisterio, ha sido considerada socialmente una ocupación *femenina*; además, como la medicina y el sacerdocio, ha sido considerada eminentemente *vocacional*. El carácter *vocacional* de una ocupación alude a la creencia en que, para ejercerla, es necesario *haber nacido para, tener el don, sentir el llamado*, en sentido weberiano. (GELDSTEIN; WAINERMAN, 1989).

La sociedad la definió como una ocupación femenina vocacional, asignando a las mujeres, por el hecho de haber nacido tales, una vocación innata por cuidar, atender y sanar, de la que supuestamente carecen los varones. Así son educados unas y otros. El carácter *femenino* de una ocupación alude a la definición genérica culturalmente atribuida a las tareas que forman parte de su desempeño; también a criterios estadísticos del reclutamiento preferencial por sexo de los recursos humanos a los que da ocupación. En efecto, el personal de enfermería higieniza, alimenta, cuida, conforta a sus pacientes, todas tareas que en la mayoría de las sociedades son definidas como femeninas hasta el extremo de presuponer que para desempeñarlas se requieren características y rasgos femeninos (GELDSTEIN; WAINERMAN, 1989).

La Enfermería Argentina fue consecuente con la revalorización de la influencia positiva y exclusiva del ideario de la Iglesia Católica, en excursión de su evolución y desarrollo, hecho que se profundizó cuando se

produce la ausencia del liderazgo de Cecilia Grierson. La función asignada al rol de la mujer y la conducta esperable en ella requirió de un *amor sin límites* y del sufrimiento que conlleva una entrega incondicional (MORRONE, 2013).

La perspectiva de género como matriz teórica para analizar las formas en que las enfermeras/os auto-perciben el mundo del trabajo y las condiciones de ejercicio de profesión supone explicitar qué relaciones desiguales de poder (ancladas en la diferencia sexual) se establecen en las instituciones sanitarias que refuerzan estereotipos de género. Dichos estereotipos, como se señaló anteriormente, se centran en valorizar el desarrollo profesional naturalizando cualidades y aptitudes vinculadas a la constitución femenina. En este sentido, las cuestiones de género se expresarán en dos dimensiones, por un lado como enfoque para pensar las relaciones de poder propias del mundo del trabajo de las mujeres, en nuestro caso instituciones sanitarias, y en segundo lugar como perspectiva analítica que desnaturaliza esas relaciones que se han establecido como hegemónicas y que han establecido determinadas (CEPEDA; MENDIZÁBAL; MORRONE, 2015).

El recorrido histórico de la profesionalización de la enfermería argentina no esta exento de confrontaciones y contradicciones a lo largo de la historia no es homogénea y batallan activamente variados intereses tratando de moldearlo desde la etapa fundacional. Por una lado tensiona la influencia de la pionera Grierson tiñendo a la formación con su militancia feminista, sufragista, defensora de la laicidad, de la educación técnica de la mujer, de los derechos de las trabajadores en general y de los y las enfermeras en particular, adherente al higienismo y en debate activo a cerca de la modernidad socio-sanitaria *finisecular*. (MORRONE, 2012).

Por otro lado la tensión de la Sociedad de Beneficencia, bastión corporativo de las familias agro-ganaderas, latifundistas adinerados, indisociables de la iglesia católica, quienes administraban mediante fondos públicos, la gestión de la pobreza, incluida la atención de los enfermos. Batallan contra el proyecto de Grierson intentando mantener su hegemonía en la formación y no alterar la relación contractual de las enfermeras, y de los pocos enfermeros, en los hospitales que

administraban. Para continuar con el perfil sumiso, cuasi esclavo, femenino, se requería que entre otras cuestiones para fueran mano de obra barata y cautiva.

Muchas de estas supuestas enfermeras que laboraban en torno a la órbita de la Sociedad de Beneficencia en sus hospitales eran ex internas en sus orfanatos, y otras viudas, en síntesis mujeres que no podían reclamar nada para sí, y en consecuencia tampoco para las personas a su cuidado. Mujeres que aceptasen ser dirigidas por una religiosa, y se sometieran a reglas en donde no había lugar para derechos ni beneficios.

Estas enfermeras eran, según Grierson, *empleadas de hospitales - pseudo-enfermeras*, sin conocimientos científicos, ni técnicos, atrapadas por sus circunstancias de vulnerabilidad que se profundizaban en tanto cautivas de condiciones de vida y de trabajo inhumanas. Esto también ponía en riesgo sus vidas y la de los enfermos que allí acudían para atender sus dolencias (MORRONE, 2016).

Es imprescindible tener en cuenta el impacto de los procesos dictatoriales y la reforma de Estado en donde el neoliberalismo desarticuló al sector salud, tanto en las condiciones de trabajo como en el impacto sobre la calidad de cuidados que ofrecen sus trabajadores. Entender y considerar los mecanismos que han reforzado la imposibilidad que parecería se profundizan en la enfermería, para generar actores sociales que pueden incluir sus temas en la agenda pública (BURIJOVICH; PAUTASSI 2006; ROVERE 2006 y 2011; MORRONE 2005, 2007 y 2012; SPINELLI 2010; TESTA, 2009; MENÉNDEZ, 2005).

En consecuencia podemos inferir la fortaleza que mantiene la circulación legitimada de prácticas que se asocian a la maternalización de la enfermería, un discurso sexista que asigna rasgos femeninos a la ocupación tales como abnegación, suavidad, paciencia, la negación de sus derechos como trabajadoras, la ausencia de análisis crítico y debate político para identificar la ideología que encubren los planes de estudio, los proyectos asociativos a estos y el impacto sobre la salud de los/as trabajadores enfermeros/as y la calidad de atención que dispensan (MORRONE, 2013).

Esta maternalización y en consecuencia la naturalización de la inevitabilidad de sufrir los efectos negativos del trabajo y del empleo,

aparece en el discurso de los/las enfermeros/as especialmente en la práctica clínica de estas últimas, pero también se reproduce en los tramos formativos explícitamente, por omisión de problematización en relación evitabilidad y prevención (MENDIZÁBAL; MORRONE, 2014).

Lo mencionado anteriormente aparece como la huella de los discursos residuales de la formación de la enfermería a principios del siglo XX en nuestro país, en donde podemos encontrar las características de abnegación, entrega sin límites, el estereotipo maternal deseable, dar la vida por el otro, y la resignación personal justificada en la vocación humanitaria de toda mujer (MORRONE, 2007 y 2011).

La temprana feminización de la ocupación en nuestro país en la primera década del siglo XX (WAINERMAN; BINSTOCK, 1994; WAINERMAN, 1997) selló el perfil ocupacional que entrado el segundo decenio del siglo XXI, reniega de la posibilidad de utilizar las herramientas legales/sindicales para defender sus condiciones y medio-ambiente de trabajo (MORRONE; TODISCO, 2006; GASTALDO; LUNARDI; PETER 2003).

Las voces en la formación de grado: Percepción del poder y el vacío político

La formación de grado en las universidades nacionales en Argentina permite indagar las problemáticas relacionadas a la feminización de la profesión por diversos motivos. En primer lugar el motivo de ingreso a la carrera se vincula al llamado vocacional, al instinto maternal o a experiencias empíricas en el cuidado informal que en su mayoría corresponden a un familiar directo. En segundo lugar los estudiantes realizan prácticas pre-profesionales desde el primer año y estas experiencias renuevan y/o transforman las percepciones identitarias. En tercer lugar aquellos que obtienen el título de pre-grado se insertan rápidamente en el mercado laboral conformando un grupo heterogéneo en cuanto a saberes, experiencias, edades y trayectorias cuando deciden obtener el título de grado (ARAKAKI, 2013).

En un repaso de sus propias biografías y en discusión crítica sobre las condiciones y medio ambiente de trabajo en el campo de la

salud y a pesar de los cambios sociales, económicos y políticos que la ciudadanía protagoniza desde 2003 no se identifica una mudanza en el perfil profesional, ni en el discurso de los entes formadores, ni en las asociaciones profesionales. Esto se evidencia en la cristalización del ejercicio cotidiano donde no se observan modificaciones en sintonía con la ampliación de ciudadanía, ni con el resguardo de derechos que se deben garantizar, fomentar y promover intra y extra muros de las instituciones de salud. (MORRONE, 2014)

Amar y sufrir

En estos relatos es constante y mayoritario el pesar sobre las dificultades para continuar su formación continua. Manifiestan “reservar los días de descanso para cursar”, “cambiar de turno”, “pedir las horas para luego devolverlas”, “aceptar tomar guardias en navidad y año nuevo”. La reflexión del marco legal y deontológico interpela y moviliza a los estudiantes al mismo tiempo que los angustia en la imposibilidad de iniciar algún dispositivo de reclamo o gestión en sus derechos laborales. El bajo e indiferente impacto que produce el alcance de título de grado en las instituciones como indicador de calidad de cuidados señala el nulo incentivo en investigación, docencia y gestión institucional. También la indecisión política del colectivo profesional de conquistar y recuperar espacios en ámbitos de decisión y/o áreas de desarrollo que no sólo involucren la asistencia al cuidado.

Dentro de las prácticas insatisfactorias suelen mencionarse aquellas *que se le otorgan* a la enfermería como “traslado de pacientes”, “traslado de tubos de oxígeno”, “el trabajo administrativo”, “ir a la farmacia”, “realizar tareas de limpieza”, “atender el teléfono” escasamente las vinculan a la feminización desde la imposición de las tareas reproductivas como en la aceptación pasiva abnegada.

Las relaciones entre profesionales encuentran en primera instancia subordinación entre pares jerárquicos y en segundo lugar frente a la hegemonía médica. Es claro que los jerárquicos se presentan sumisos de estos últimos. De esta manera, los superiores en antigüedad o cargo

utilizan estrategias de sometimiento funcionales a las necesidades institucionales. Dentro de las más frecuentes recuperadas: “si no continuas con la próxima guardia por falta de personal es abandono de persona”, “te tocan turnos rotativos así te vas haciendo”, “todas pagamos derecho de piso así”, “te cambio de servicio porque tenés que saber hacer de todo – por si falta gente”, “hay que utilizar lo que nos enviaron –en relación a insumos para técnicas y procedimientos como también bioseguridad”. Ante esta situación es aún difícil que los estudiantes logren reconocer el uso y la magnitud de poder que los enfermeros/as pueden ejercer.

Por último se reiteran en diferentes cohortes las propias mutilaciones en sus horarios de descanso, en los lugares donde cambian su vestimenta, consumen los alimentos, o los evacúan, anteponiendo el amor vocacional por permanecer junto a los pacientes. Aunque reconozcan ser funcionales a la mezquindad institucional e inclusive la contradictoria incapacidad del cuidado de sí trabajando como profesionales del cuidado del otro.

Tanto las dificultades en la formación, en las barreras edilicias para la práctica, en la transformación de las dinámicas del equipo de salud como el goce de los derechos laborales suele justificarse en la falta de poder.

Amar y sufrir en la docencia

En estos relatos es una constante que sus trayectorias profesionales en la docencia universitaria están impregnadas de imposibilidades y frustraciones; “hay que arreglarse como se puede con lo que hay”, “no tenemos cargos para la planta docente”, “empecemos el ciclo y luego vemos que se puede hacer”, “hace años que estamos reclamando lo mismo, pero si no nos dan más aulas, no nos van a dar más cargos”, “hay asignaturas con asignaciones exclusivas y equipos docentes completos para menos estudiantes que asignaturas sin equipos”, “las dedicaciones simples/mínimas y sin equipos deben seguir intentado este año otra vez”, “nos piden notas e informes pero jamás responden a nuestros

pedidos”, “no hay puntos para la planta docente nombremos adscriptos ad honoren”, “hay que invitar enfermeras para colaborar ad honoren”.

Se destaca la permanente enunciación de un esfuerzo reiterado que conlleva frustración por los resultados académicos logrados para sí, y para con los objetivos que deben alcanzar los/as estudiantes, pero no se analiza el impacto de la inequidad en las condiciones laborales precarizada de unos /as docentes y la plétora de otros/as y su relación, o no, con los logros alcanzados por los estudiantes.

Asimismo “la vocación de servicio” que “obliga” a colaborar, mediante un relato que culpabiliza no “darlo todo por los chicos” (reduccionismo peyorativo con que enuncian a los estudiantes), violenta a los docentes y los fuerza a donar sus horas no laborales “colaborando” ad honoren a pedido de quienes tienen obligaciones implícitas a sus dedicaciones exclusivas. Estas colaboraciones incluso son tareas carentes de sentido, fuera de los propósitos institucionales concretos y viables mediante la creación de nuevas y variadas comisiones ante cualquier conflicto que ponga en riesgo una forma de hacer que se hace pero sin generar nada innovador.

El magisterio, la docencia incluso superior, mantiene su marca de origen maternal y aparece como una actividad en donde al estudiante “los chicos”, deben ser “educados”, protegidos por trabajadores de la educación que no pongan límites a su jornada laboral. Esto beneficia a las gestiones que no aceptan desafíos superadores en la conducción y reiteran idénticas formas de actuación con la gestión del personal de las instituciones asistenciales. Las actividades docentes conllevan además innumerables actividades administrativas, que en la mayoría de los casos no cuentan con equipos de trabajo, sobrecargados exceden las jornadas laborales, y también legitiman la necesidad que el docente se lleve el trabajo a su casa. Las propuestas pasan por estas pseudo-licencias: “total lo haces en tus ratos libres”, “anda tranquilo/a que me lo mandas por mail”, “no importa si no lo terminas ahora cuando puedas escríbelo y mandas el documento”. Muchas de las funciones se centran en cuestiones que repetitivamente se realizan anualmente y remiten más, que a análisis críticos sobre la tarea, a reclamos de profundizar la maternalización frente a la rutina impuesta por analogía a “las necesidades de funcionamiento

del hogar”. Estas maneras de reproducción de los estereotipos, de aquellos derechos que deben resignar los/as que cuidan (enfermeros) y los/as que enseñan (el magisterio/la docencia) cierra el círculo del formato deseable de enfermeros/as sumisos para sus planteles en los que la conciencia de sus derechos como trabajadores debe permanecer adormecida.

Se niega el valor de la herramienta obtenida mediante largas luchas y complejas negociaciones gremiales que obtuvieron en 2014 el Convenio Colectivo de Docentes Universitarios, CCT (CONADU, 2014). Este documento regula y resguarda las condiciones de trabajo de la docencia universitaria, en tanto que las condiciones de la enseñanza se vinculan directamente con el modelo de universidad nacional. Esta regulación esta orientada a desterrar las distintas formas de flexibilización laboral, arbitrariedad e informalidad en el trabajo universitario.

En el artículo 25º de CCT explicita al respecto: *“El desarrollo de labores docentes es de carácter oneroso, con excepción de los casos establecido en el inc. d) del art. 6 cuando así se establezca...”*⁴⁶ (CONADU, 2014, p. 31).

El personal docente que contribuye con sus intervenciones a problematizar esta situación en las aulas y en su práctica cotidiana en la institución, así como a la necesidad de limitar como trabajadores los ilegítimos pedidos de colaboración, y /o reclamos en las condiciones del ejercicio docente y en las condiciones del ámbito áulico, son percibidos y rotulados como una amenaza al status quo y tratados como tales “problemáticos”, sufriendo diferentes modalidades de hostigamiento laboral.

No se identifican en el grupo conservador de la tradición “de darlos todo”, “poner el cuerpo”, innovaciones en sus prácticas, ni tampoco en consecuencia preocupación por el posicionamiento de la carrera dentro del ámbito universitario y el incremento de su valor social que esta obtenga en la comunidad.

Las trayectorias profesionales tienen anclajes en *“el amor por la profesión, “la vocación de servicio”* y el sufrimiento en el ejercicio entendido como aspecto intrínseco del ejercicio. Se apela constantemente

⁴⁶ El inciso. d) del artículo 6, corresponde a los Docentes Extraordinarios: y el carácter excepcional de la designación de Profesores Consultos, Eméritos, Visitantes e Invitados. Los que podrán tener actividades remuneradas o ad honorem, según se establezca en cada universidad nacional y en cada caso específico.

a la carencia de poder de la profesión en general y en la estructura y funcionamiento institucional en particular, y el escaso poder que perciben en comparación con otras carreras.

En contra de la opinión generalizada sobre la falta de poder de las enfermeras, Holmes y Gastaldo (2002, p. 1) afirman que, “de distintas maneras, ellas ejercen poder y que son un grupo profesional muy poderoso, con gran influencia sobre los individuos y las poblaciones y que generan conocimiento e influyen en decisiones políticas”.

Las claves para comprender la falta de percepción del poder y el refuerzo en la adoración vocacional se remontan a la formación académica y la escasa participación política desde la formación. Sólo algunos/as estudiantes pudieron definir el concepto de género adecuadamente y al final del ciclo de grado son excepcionales los/as estudiantes que han leído y reconocen una autora que utilice este enfoque. La exclusión de la historia de la enfermería –o su banalización anecdótica y novelesca en Nightingale - con el sello victoriano en la fundación como profesión moderna, la influencia de la religión católica y las luchas por capitales que muestran avances y retrocesos, tanto como empoderamientos y traiciones.

La arena política identificada con el mundo productivo y público de los hombres ha caminado paralela y ajena a la enfermería salvo excepciones. Le ha sido indiferente la participación gremial a pesar de los numerosos reclamos que no logran atravesar los receptáculos en los cuales se prepara la administración de la medicación y completan historias clínicas. El poder no deviene en política para garantizar la defensa de los derechos de los pacientes. Esta decisión si es visible promueve inquietudes éticas que cristalizan la sumisión rechazando inclusive la autonomía profesional o transforma irremediamente el significado del cuidado.

Abriendo la (in)conclusión

Miró Bonet (2006, p. 51) postula: “para construir un discurso transformador que dispute el terreno de lo que hasta ahora se ha considerado natural o aceptado, las personas debemos desarrollar una

percepción crítica sobre la realidad actual que nos estimule a ello". Se presenta para tal propósito urgente y necesario incluir saberes de las ciencias sociales –priorizando la perspectiva de género y la posibilidad de historizar tanto la salud pública y la enfermería en particular - en los programas de estudio de grado y postgrado que pongan en tensión las concepciones y significados que los/as propios/as enfermeros/as dan a su profesión, las relaciones interprofesionales y los posicionamientos en el ejercicio profesional.

Coincidimos con lo que señala Miró Bonet,

Como apuntó Foucault (1990), no se puede entender un fenómeno social sin analizar las condiciones históricas que han motivado su conformación. Esto significa que las circunstancias presentes de la identidad profesional no son independientes de su genealogía sino que son resultado de las continuidades y rupturas en los discursos y en sus relaciones e poder que la han constituido. (2006, p. 53)

Nuestra propuesta se centró en repensar nuevamente el inacabado problema del sufrimiento en la práctica de la enfermería. Una práctica profesional ligada con el amor incondicional, apuntalada por mandatos que tejen la trama y sostienen la trampa para que esa incondicionalidad desemboque inexorablemente en sufrimiento.

Para obturar toda posible fisura que se revele frente a este inevitable destino, la formación profesional mayoritariamente invisibilizó, devaluó y excluyó de los planes de estudios técnicos y universitarios la historia de la enfermería argentina. De esta manera se anula la identificación de las etapas en las cuales múltiples acciones inscriptas en procesos socio-políticos - que favorecieron la acumulación de capitales simbólico, cultural, social y económico que incrementaron su marcada presencia en la escena pública y poder.

Holmes y Gastaldo (2002) subrayan la percepción del sentimiento de no ser tenidas en cuenta y de ser víctimas de las instituciones que ellas mismas han ayudado a construir, administrar y mantener. Es razonable pensar que pueden experimentar sentimientos contradictorios por el hecho de participar activamente en su propia opresión, y que, quizá, muchas de ellas no sean concientes de que, de alguna manera, están

ejerciendo algún tipo de poder. Además, raras veces reflexionan sobre sus propias formas de ejercer el poder o se plantean que los cuidados de salud son una actividad política.

Se impone en consecuencia, para salir de esta encerrona, abrir los espacios de las aulas, los contenidos de los programas de estudio, los debates y acciones gremiales, las instituciones asistenciales, de enseñanza, asociaciones profesionales y sindicales, para refundar la identidad del colectivo mediante un cuestionamiento creativo para la acción. Descriptar y resignificar los principios fundacionales de la profesión en Argentina, sello distintivo de la pionera Cecilia Grierson cuya preocupación tuvo como eje mejorar las CyMAT de las mujeres en general y de la enfermería en particular para lo cual la participación activa fue el instrumento y la acción política eslabón indispensable para acumular poder y autonomía.

Referências

ARAKAKI, J. Significados y concepciones de la Enfermería: el punto de vista de estudiantes de la carrera de la Universidad Nacional de Lanús, 2008-2010. **Salud colectiva**, Lanús, v. 9, n.2, p.151-167, agosto 2013. Disponible en: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-82652013000200003&lng=es&nrm=iso>. Acceso el 15 de abril del 2014.

BURIJOVICH, J; PAUTASSI, L. **Calidad del empleo y calidad de la atención en la salud en Córdoba, Argentina**. Aportes para políticas laborales más equitativas. Unidad mujer y desarrollo de la CEPAL. Argentina: Naciones Unidas. 2005.

CONSEJO INTERNACIONAL DE ENFERMERAS. **Enfermería una voz para liderar: alcanzando los ODS**. Ginebra, Suiza: Autor. 2017. Disponible en: http://www.icn.ch/images/stories/documents/publications/ind/ICN_AVoiceToLead_guidancepack_SPA_Lowres.pdf. Acceso el 02 de mayo del 2017.

_____. **Las enfermeras una fuerza para el cambio:** Mejorando la capacidad de recuperación de los sistemas de salud. Ginebra, Suiza: Autor. 2016. Disponible en: http://www.icn.ch/images/stories/documents/publications/ind/IND_kit_2016_es.pdf. Acceso el 29 de abril del 2016.

_____. **Las enfermeras, una fuerza para el cambio:** eficaces en cuidados, eficientes en costos. Ginebra, Suiza: Autor. 2015. Disponible en: http://www.icn.ch/images/stories/documents/publications/ind/IND_2015_Sp.pdf. Acceso el 27 de abril del 2015.

_____. **Código deontológico para la profesión de Enfermería.** Ginebra: Autor. 2012. Disponible en: http://www.icn.ch/images/stories/documents/about/icncode_spanish.pdf. Acceso el 4 de octubre del 2013.

_____. **Código deontológico.** Ginebra: Autor. 2005. <http://www.icn.ch/es/who-we-are/code-of-ethics-for-nurses>. Acceso el 09 de mayo del 2006.

DE SOUSA SANTOS, B. **Las epistemologías del Sur, la pedagogía del oprimido y la investigación-acción participativa.** 2017. 02:10:34. Conferencia Magistral. Centro de estudios Latinoamericanos, UNAM. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=X5e7QPxWrdo>. Acceso 6 de abril del 2017

FEDERACIÓN ARGENTINA DE ENFERMERÍA y AEUERA. **Políticas Argentinas de Enfermería para el Decenio del 2000.** 1ª Edición. BR Copias. Córdoba. Argentina: Autor. 1999.

FEDERACIÓN NACIONAL DE DOCENTES UNIVERSITARIOS CONADU. **Convenio Colectivo de Trabajo.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Autor. 2014.

FRASER, N. **Escalas de Justicia.** Barcelona, España: Herder. 1997.

GELDSTEIN, R.; WAINERMAN, C. Trabajo, carrera y género en el mundo de la salud **Cuadernos del CENEP N° 42.** Centro de Estudios de Población Buenos Aires. 1989.

HOLMES, D; GASTALDO, D. Nursing as means of governmentality. **Journal of Advanced Nursing**, v 38, n. 6, p.557-565, junio 2002. Disponible en: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1046/j.1365-2648.2002.02222.x/full>. Acceso abril 2012.

LAURELL, A. C. Proceso de trabajo y salud. **Cuadernos Politicos**. V 17, p. 59-79 México, D.F., editorial Era. Julio- septiembre 1978. Disponible en: <http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.17/17.7.AsaCristina.pdf>. Acceso el: 10 de noviembre del 2006.

LUNARDI, V; PETER E; GASTALDO, D ¿Es ética la sumisión de las enfermeras? Una reflexión acerca de la anorexia de poder. **Enfermería Clínica**; v. 16, p.268-74, 2006.

MENDIZÁBAL, J. Políticas de enfermería entre claroscuros globales: A propósito de la claridad en las “damas del candil”. Monografía de seminario no publicada. Programa regional de formación en género y políticas públicas (PRIGEPP). Facultad latinoamericana de ciencias sociales (FLACSO) Argentina. 2015.

MENÉNDEZ, E. El modelo médico y la salud de los trabajadores. Salud Colectiva. V, 1, n1, p.9-32. 2005.

MERHY, E. **Salud: Cartografía del trabajo vivo**. Argentina: Lugar Editorial. 2006.

Ministerio de Salud de la Nación (MSN). Dirección de Calidad de Servicios PNGC, **Normas de Organización y Funcionamiento de Servicios de Enfermería en Establecimientos de Atención Médica**. Resolución N° 194 del Ministerio de Salud y Acción Social de La Nación. Argentina: Autor. 1995.

MIRÓ BONET, M. ¿Por qué somos como somos? Continuidades y transformaciones de los discursos y las relaciones de poder en la identidad de las/os enfermeras/os en España (1956-1976). Tesis de Doctorado por la Universidad de las Islas Baleares. Mallorca. España. 2008.

MORRONE, B. **Cecilia Grierson**: la transdisciplinarietà como oportunidad. Estudio de la producción militante intelectual de Cecilia Grierson respecto del debate de la modernidad socio-sanitaria en la Argentina contemporánea. Tesis de Doctorado en Comunicación. UNLP. La Plata: En prensa Edulp. 2016.

_____. **Soltando Amarras**. Claves para comprender la historia pendiente de la enfermería argentina. 4a edición. Argentina: Suárez. 2015.

_____. La enfermería situada al margen de la Memoria y la Democracia. **I Jornadas Científicas de Docentes y Estudiantes organizada en nuestra Universidad**. Nacional de Avellaneda. Avellaneda Provincia de Buenos Aires. 2014

_____. Cecilia Grierson. Institucionalizar y avanzar. **IV Simposio Iberoamericano de Historia de la Enfermería, II Encuentro Internacional y III Encuentro Nacional de Historia del Cuidado y la Enfermería**. En la Facultad de Enfermería y Obstetricia de la Universidad Nacional Autónoma de México, UNAM, **Actas del IV Simposio. 2013**.

_____. La influencia y aportes de Cecilia Grierson en la enfermería argentina. **Seminario dictado en la Escuela Superior de Enfermería Cecilia Grierson**. Ministerio de Educación Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. 2012.

_____. Mujeres viajeras, tráfico de ideas para la formación de enfermeras. La influencia del feminismo: Cecilia Grierson. **Revista Cultura de los Cuidados. 2º Semestre, Año XV, n. 30. Universidad de Alicante. Fundación Index. Granada (España) p. 57-63. 2011**.

_____. Aspectos profesionales relacionados a la legitimación social de los enfermeros. Debilidades y fortalezas en los enfermeros argentinos **Revista de Enfermería del Hospital Italiano. Año 10, n. 28 Buenos Aires p.38-42. 2007**.

MORRONE, B.; CEPEDA, A. Condiciones de trabajo y género en los y las enfermeros/las de la ciudad de Mar del Plata, Argentina. En el **II Congreso Iberoamericano sobre Acoso Laboral e Institucional “Dignidad, Compromiso y Solidaridad hacia la erradicación de todo tipo de violencia laboral”**. Organizado por el Ministerio de Salud de la Nación, el Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social y la Red Iberoamericana por la Dignidad en el Trabajo y en las Organizaciones. Buenos Aires. **Actas II Congreso Iberoamericano**. 2014.

MORRONE, B; CEPEDA, A; MENDIZÁBAL, J. Análises desde una perspectiva de género y desde la genealogía histórica de la profesionalización: la percepción sobre las CyMAT en la enfermería que ejerce en las instituciones de la Salud Pública. **Informe final Proyecto de Investigación acreditado en la Secretaria de Ciencia e Innovación Tecnológica: UNMdP**. 2015.

MORRONE, B; MENDIZABAL, J. **Prevención de lesiones por causas externas no intencionales (LCE) y condiciones de trabajo: responsabilidades de enfermería en la problematización y avance sobre la visión comunitaria del accidente**. Jornadas internacionales: *ENSAP*. 2014.

MORRONE; B; TODISCO, E. Procesos destructivos y procesos protectores en la práctica cotidiana de los profesionales de las ciencias de la salud. **Revista Argentina de Enfermería**. Córdoba: **Federación Argentina de Enfermería**. V. 4, n. 36, p. 21 – 27. 2006.

OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **Convenio sobre el empleo y condiciones de trabajo y de vida del personal de enfermería C149**. Ginebra: Autor. 1997.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Plan Mundial sobre la Salud de los trabajadores y trabajadoras para el período 2008-2017**. 60^º Asamblea Mundial de la Salud. Ginebra: Autor. 2007.

ROVERE, M. **Planificación estratégica de recursos humanos en salud**. 2^º ed. Argentina: **Organización Panamericana de Salud**. 2006.

SASSEN, S. **Una sociología de la globalización**. Buenos Aires: Katz. 2007.

SPINELLI, H. **Las dimensiones del campo de la salud en Argentina. Salud Colectiva.** Lanús, v. 6, n. 3, p. 275-293, dic. 2010. Disponible en: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-82652010000300004&lng=es&nrm=iso>. Acceso el 09 abril del 2012.

TESTA, M. Decidir en Salud: ¿Quién?, ¿Cómo? y ¿Por qué? **Salud colectiva,** Lanús, v. 3, n. 3, p. 247-257, dic. 2007. Disponible en: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-82652007000300003&lng=es&nrm=iso>. Acceso el 22 de julio 2012.

TESTA, M. Atención ¿Primaria o primitiva? De salud. En: **Pensar en Salud.** Buenos Aires: Lugar editorial. 1996.

VALCÁRCEL, A. **Ética para un mundo global.** Madrid: Temas de Hoy. 2002

WAINERMAN, C. La invisibilidad censal de las mujeres trabajadoras, en Catalina. WAINERMAN; SAUTU (comps.), **La trastienda de la investigación,** Buenos Aires: Editorial de Belgrano. 1997.

WAINERMAN, C; GELDSTEIN, R. **Condiciones de vida y de trabajo de las enfermeras en la Argentina.** Cuadernos del CENEP N° 44: Centro de Estudios de Población Buenos Aires, 1990.

WAINERMAN, C; BINSTOCK, G. **Ocupación y género.** Mujeres y varones en enfermería. Buenos Aires: UNICEF-CENEP. 1994.

Do movimento para a pesquisa: o Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Saúde Reprodutiva, Comunicação em Saúde e Direitos Humanos

Ana Maria Bourguignon

Felipe Simão Pontes

Rosiléa Clara Werner

O Núcleo em contexto

O Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Saúde Reprodutiva, Comunicação em Saúde e Direitos Humanos foi formalizado e nominado na Universidade Estadual de Ponta Grossa, mas teve sua origem em outro espaço. O Núcleo é um dos exemplos de algo recorrente nos estudos sobre humanização no parto do Brasil: a pesquisa acadêmica não apenas estuda um movimento social e suas pautas, mas nasce como parte das ações desse movimento, como uma de suas táticas para a transformação social (TORNQUIST, 2014; BOURGUIGNON, 2014).

Um centro de pesquisa sobre a assistência obstétrica em Ponta Grossa e no Paraná está presente na gênese da Associação em Prol da Maternidade Ativa e Segura – AMAS. Fundada em 8 de março de 2015, a AMAS surge em um contexto de assistência obstétrica de baixa qualidade

no município de Ponta Grossa, com elevado número de cesarianas⁴⁷ (53% no período 2010 a 2015), taxa de mortalidade infantil⁴⁸ (11,3 para cada mil nascidos vivos no período 2010 a 2015) e materna⁴⁹ (razão de 41,5 para cada 100 mil nascidos vivos no período de 2010 a 2015), todos os dados acima do recomendado pela Organização Mundial da Saúde – OMS, além de recorrentes situações de abusos e desrespeitos à gestantes, bebês e suas famílias. O ciclo gravídico-puerperal de qualidade, com respeito às decisões e ao corpo das mulheres é uma das muitas lutas do movimento de gênero no Brasil e no mundo, eixo fundamental das ações do grupo que se pauta também pela defesa dos direitos humanos e pelo acesso universal à assistência reprodutiva digna.

O Estatuto Social da AMAS em seu 3º artigo expõe como finalidade a “[...] promoção da assistência obstétrica e neonatal, mediante informações, realização de cursos de capacitação e atendimento para as gestantes”. Dentre as atividades para atingir esse objetivo, está que a entidade incentiva “[...] pesquisas e estudos sobre a assistência obstétrica e neonatal, com a constituição de um centro de pesquisas sobre a temática, com acervo disponível para a comunidade” (AMAS, 2015, p. 2).

Esse incentivo da entidade surge diante da demanda por pesquisas em Ponta Grossa e no Paraná que realizem diagnósticos da qualidade da assistência obstétrica em suas diferentes dimensões: política pública e programa de governo, gestão, estrutura física e humana, formação profissional e ensino, atendimento, procedimentos e protocolos, rede de proteção e apoio, satisfação das usuárias dos serviços.

Pesquisa realizada por Bourguignon (2014) constatou que o estado do Paraná representa apenas 1,3% do total de teses e dissertações produzidas no Brasil sobre humanização do parto e nascimento. De um universo de 379 dissertações e teses apresentadas de 1987 a 2012, apenas cinco dissertações foram realizadas em instituições de pesquisa paranaenses, sendo três do Programa de Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá, um do Programa de Letras, Linguagem e Sociedade da Universidade do Oeste do Paraná e um do Programa de

⁴⁷ A OMS recomenda como taxa ideal de cesarianas de 10% a 15% do total de partos.

^{48A} taxa de mortalidade infantil recomendável pela OMS é de 10 para cada 1000 nascidos vivos.

⁴⁹ A taxa de mortalidade materna recomendável pela OMS é de 20 para cada 100.000 nascimentos.

Biotecnologia Aplicada à Saúde da Criança e do Adolescente da Faculdade Pequeno Príncipe.

Esses dados demonstram um vazio de pesquisas na temática da humanização do parto e nascimento no Paraná em um contexto favorável a essa discussão. Isso porque o tema tem sido discutido desde a 11ª Conferência Nacional de Saúde de 2000, mesmo ano em que foi lançado o Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento, o qual foi seguido por uma série de publicações do governo federal em várias áreas da saúde e que culminou na institucionalização da humanização como política de Estado (BOURGUIGNON; GRISOTTI, 2016).

Considerando o panorama das pesquisas sobre humanização do parto e nascimento no Paraná, o Núcleo se propõe fomentar o debate sobre a temática no meio universitário e na comunidade. Os estudos sobre a humanização da assistência a mulher em seu ciclo reprodutivo inserem-se na interface de políticas públicas, saúde reprodutiva e direitos humanos em uma perspectiva de gênero. Isto é, que considere as contribuições da crítica feminista ao processo histórico de medicalização da saúde e de violações de direitos humanos das mulheres e crianças.

Foi para enfrentar essa demanda que integrantes da AMAS iniciaram, em agosto de 2016, reuniões quinzenais para a formação do Núcleo de Estudos. O dispositivo para a reunião foi a submissão à Plataforma Brasil da pesquisa “Representações Femininas sobre Morbimortalidade Materna e Infantil em Decorrência da Assistência ao Parto e Nascimento em Ponta Grossa – PR”. Para organização da pesquisa, uma professora de Serviço Social e outro do Jornalismo, integrantes da AMAS, formalizaram o projeto e reuniram estudantes interessados dos dois cursos, juntamente com a presidente da entidade – também pesquisadora. As reuniões quinzenais se estabeleceram, inicialmente, com base no cronograma da pesquisa, com revisões bibliográficas, de documentos e discussão da metodologia. A integração dos professores e estudantes de Serviço Social e Jornalismo à pesquisa ocorreu, em grande medida, com base em dois projetos de Extensão: “Saúde e Cidadania: recriando a realidade social”, de Serviço Social; e “Núcleo de Produção Audiovisual”, do Jornalismo. Em paralelo à pesquisa, surgiu a demanda da própria comunidade universitária de manutenção de um grupo de

estudos sobre direitos reprodutivos. O desenvolvimento das etapas da pesquisa e do grupo de estudos resultou na integração de novas participantes, de áreas como Biologia, Letras, Psicologia, Administração, Enfermagem e da comunidade externa.

O “Grupo de Estudos da AMAS” já estava formado, com uma pesquisa em desenvolvimento e diferentes frentes de trabalho se forjando. As discussões do grupo agregaram projetos de pesquisa de iniciação científica, ações extensionistas, trabalho de conclusão de curso, monografia de especialização e pesquisa de doutorado. Faltava um nome que identificasse o grupo, estabelecesse uma relação mais formal diante dos órgãos da UEPG e das agências de fomento à pesquisa estadual e nacional. Com o objetivo de contemplar ao máximo todas as ideias e o perfil interdisciplinar, o grupo passou ao nome “Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Saúde Reprodutiva, Comunicação em Saúde e Direitos Humanos”.

Conceitos

O Núcleo surgiu de um território para-institucional, a partir da noção de que a comunidade demanda estudos a problemas da vida prática. O problema que instigou a constituição de um grupo de estudos e pesquisas foi a constatação de insatisfação de mulheres e famílias com os serviços obstétricos ofertados na cidade de Ponta Grossa. Diversas situações de violação de direitos humanos, de inobservância da legislação sanitária em vigor e de desconformidade à política nacional de humanização do parto e nascimento foram relatadas pela mídia nos últimos anos. O debate público impulsionado pelas redes sociais e pelos meios de comunicação motivou a instauração de Comissão Especial de Investigação pela Câmara Municipal de Vereadores sobre as maternidades locais. O Relatório (CEI DAS MATERNIDADES, 2016) confirmou irregularidades em todas as maternidades do município e situações de abuso, desrespeitos e maus tratos que configuram sérias violações de direitos humanos de mulheres e crianças (BOURGUIGNON; WERNER; PONTES, 2017).

A proposta do Núcleo de estudar problemas e não disciplinas, parte da crítica à fragmentação dos saberes. Trata-se de uma forma de conhecer que, historicamente, separou sujeito e objeto, dividiu e especializou saberes, cindiu natureza e sociedade, mente e corpo, saber e técnica, masculino e feminino (ELIAS, 1994, p. 130; DAVIS-FLOYD, 2001).

A perspectiva mecanicista da ciência fundamentou o desenvolvimento da medicina da mulher no século XVIII, mediante a transformação do corpo feminino em objeto de conhecimento com a legitimação do saber-poder médico sobre os processos reprodutivos das mulheres, controle estatal das taxas de nascimento e de mortalidade por meio de políticas natalistas, hospitalização dos partos. Esse processo histórico que culminou na consolidação da Obstetrícia no século XIX contribuiu para uma construção cultural sobre a mulher: da identidade feminina marcada pela relação com o corpo e com a função reprodutiva (MARTINS, 2004; ROHDEN, 2001). O que acarretou mudanças profundas nos modos de gestar, parir e nascer nas sociedades ocidentais na segunda metade do século XIX, quando os médicos e os hospitais gradativamente assumem o saber-poder sobre os processos reprodutivos femininos (PERROT, 2009).

A fragmentação que constitui o modelo obstétrico, de modo específico, e a medicina de modo geral, está pautada em um “princípio da separação”, que separa sujeitos de seu contexto, mente e corpo, divide o corpo em partes, o saber em especialidades, a mulher de seu bebê. Nessas características que sustentam o que Davis-Floyd (2001) chama de modelo tecnocrático do parto, está subsumido o princípio de diferenciação sexual, visto que o homem é concebido como o padrão, e a mulher, como desvio. O hospital, como uma fábrica, passa a ser o *locus* para ajustamento de um corpo considerado imperfeito, sobre o qual se realizam intervenções para a garantia “do produto da concepção”.

Enfrentar esse modelo de fragmentação epistemológica exige uma abordagem centrada na mulher como agente livre e de direitos, com instrumentos interdisciplinares que possibilitem a compreensão do ciclo reprodutivo da mulher em sua totalidade. Segundo Vasconcelos (2002, p. 6),

As práticas inter, por sua vez, são entendidas aqui como promovendo mudanças estruturais, gerando reciprocidade, enriquecimento mútuo, com uma tendência à horizontalização das relações de poder entre os campos implicados. Exigem a identificação de uma problemática comum, com levantamento de uma axiomática teórica e/ou política básica e de uma plataforma de trabalho conjunto, colocando em comum os princípios e conceitos fundamentais de cada campo original, em um esforço conjunto de decodificação em linguagem mais acessível dos próprios campos originais e de tradução de sua significação para o senso comum, identificando as diferenças e eventuais convergências entre esses conceitos e permitindo uma comparação contextualizada. Desta forma, abre-se caminho para uma fecundação e uma aprendizagem mútua, que não se efetuam por simples adição ou mistura linear, mas por uma recombinação dos elementos internos.

Se a concepção epistemológica da saúde reprodutiva exige a interdisciplinaridade, a práxis de mudança e reconexão do que está colocado como fragmentário demanda comunicação. A Comunicação em Saúde, segundo Rimal e Lapinski (2009, p. 247), é um campo em ascensão contemporaneamente e de importância estratégica para a saúde pública. A área nasce da necessidade de qualificação dos estudos que articulam comunicação e saúde, como um espaço de diálogo multiprofissional e interdisciplinar, de inunção entre ramos do conhecimento que se propõem compreender os impactos de campanhas e políticas de saúde, os processos de mudança de comportamento para incorporação de práticas saudáveis e, de modo geral, como gerar informações efetivas sobre promoção da saúde e prevenção de doenças. Entendendo que o campo da Comunicação pode oferecer teorias que possibilitem explicar e compreender as representações de saúde e os rituais de cuidado em determinados grupos sociais.

O trabalho interdisciplinar e de Comunicação encontra seu ponto de partida e objetivo na promoção dos direitos reprodutivos. Sob a interface dos direitos humanos e saúde reprodutiva, a Conferência sobre População e Desenvolvimento realizada no Cairo em 1994 é um marco importante dessa discussão, porque pela primeira vez os países entraram em um consenso sobre os direitos reprodutivos. Todas as pessoas, independente

de faixa etária, estado civil, nacionalidade, gênero, têm direito a “[...] decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos; ter acesso à informação e aos meios para decidir e gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva, livre de discriminações, coerções ou violências” (VENTURA, 2009, p. 36). A partir desta Conferência, direitos reprodutivos são considerados direitos humanos que devem orientar a construção de políticas públicas para a população e desenvolvimento (CIPD, 1994).

A proposta do Núcleo também está em consonância com a concepção de Educação em Direitos Humanos descrita nas Diretrizes Nacionais (BRASIL, 2013) e no Pacto Universitário (BRASIL; 2017) aderido pela UEPG recentemente. A educação em direitos humanos requer, conforme as Diretrizes Nacionais, a interação entre as diferentes áreas do conhecimento; problematização e geração de conhecimento e conteúdos de acordo com pautas e demandas da sociedade; constituição de alianças entre o estado e a sociedade civil (BRASIL, 2013, p. 39).

Nessa perspectiva, a sociedade civil, os movimentos sociais e as instituições formais de construção do saber constroem suas articulações e intercâmbios, constituindo redes de ações solidárias e emancipatórias. Essas ações tornam possível a fundação e/ou consolidação da cidadania e da democracia, possibilitando a participação de todos os segmentos da sociedade onde existe convergência das forças sociais que congregam o movimento pelos direitos humanos (BRASIL, 2013, p. 39).

Assim, o Núcleo tem por objetivos promover e estimular estudos e pesquisas sobre os impactos da Política de Humanização do Parto e Nascimento nos serviços obstétricos de Ponta Grossa e região; propiciar um espaço de diálogo da Universidade com a comunidade sobre temas relacionados à saúde reprodutiva no marco dos direitos humanos; organizar eventos para o encontro de pesquisadores, acadêmicos, profissionais e movimentos sociais; constituir um espaço de formação interdisciplinar para professores e discentes de graduação e pós-graduação, por meio do desenvolvimento de projetos integrados de pesquisa e extensão.

A Pesquisa

Sob a perspectiva interdisciplinar dos direitos reprodutivos e da comunicação em saúde, trabalhamos no primeiro projeto de pesquisa do Núcleo sobre as representações de mulheres relativas à gestação, parto, nascimento e pós-parto no município de Ponta Grossa.

A partir dos dados disponíveis no DATASUS (tabela 1), verificou-se que de 2010 a 2015, Ponta Grossa teve 31.601 nascimentos, destes 16.737 (52,97%) foram por meio de cesariana, o que contraria as orientações da OMS (2015, p. 1): “Desde 1985, a comunidade médica internacional considera que a taxa ideal de cesárea seria entre 10% e 15%. Porém as cesáreas vêm se tornando cada vez mais frequentes tanto nos países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento”.

Tabela 1 - Nascidos vivos - Ponta Grossa por tipo de parto entre 2010 e 2015

Tipo de parto	Ano						Total
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Parto vaginal	2.501	2.359	2.551	2.270	2.654	2.514	14.849
Cesário	2.611	2.780	2.686	2.916	2.895	2.849	16.737
Ignorado	1	4	Não informado	2	6	2	15
Total	5.113	5.143	5.237	5.188	5.555	5.365	31.601

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC
-<http://tabnet.datasus.gov.br>.

Dados como o alto índice de cesariana no município incentivaram o grupo a propor a pesquisa “Representações femininas sobre morbidade materna e infantil em decorrência da assistência ao parto e nascimento em Ponta Grossa – PR”, que foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UEPG em julho de 2016, com o parecer número: 1.617.352. São objetivos da pesquisa: analisar as representações maternas sobre as morbidades decorrentes da assistência obstétrica e neonatal em Ponta Grossa; caracterizar sociodemograficamente as entrevistadas e o histórico gestacional; perceber os principais problemas físicos, sociais e psicológicos resultantes da assistência perinatal; identificar as ações não recomendadas pela Organização Mundial de Saúde – OMS

e pelo Ministério da Saúde na assistência obstétrica conforme relatos das entrevistadas.

A proposta da pesquisa é qualitativa e exploratória, com mulheres que foram assistidas em Ponta Grossa-PR, durante o pré-natal, parto e pós-parto de 2015 a 2017. A coleta de dados é realizada por meio de entrevista aberta, com roteiro preestabelecido. Respeitando os princípios éticos, as entrevistadas recebem o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), são informadas dos objetivos da pesquisa, do sigilo das informações e que têm liberdade de se recusar a participar do estudo. As entrevistas são gravadas, com a permissão das mulheres, de forma digital, e transcritas.

Antes de iniciar a coleta dos dados, o grupo envolvido na pesquisa (professoras e acadêmicas) estudou sobre os procedimentos para realizar a entrevista, fez entrevistas-piloto e definiu que a coleta de dados envolve duas entrevistadoras, facilitando o diálogo com as mulheres (sujeitos da pesquisa). A participação das mulheres na pesquisa tem se dado pela técnica de bola de neve, em que uma mulher indica outras, bem como por livre demanda, a partir da divulgação em redes sociais.

A observação dos dados será realizada a partir de Bardin (2011), por meio de análise quanti e qualitativa do conteúdo dos enunciados pelas entrevistadas. Toma-se como aferição a presença ou ausência de manifestação sobre práticas da assistência não recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 1996), por diferentes documentos do Ministério da Saúde (BRASIL, 2001; 2014; 2017b) e pela literatura especializada.

Para se chegar à conclusão de que a morbidade foi ocasionada por falha no processo de assistência, tomam-se como parâmetro as situações decorrentes da Gravidez, Parto e Puerpério conforme capítulo e subcapítulos pertinentes presentes no CID 10. Esses resultados serão cruzados com o processo típico de atendimento ao parto e nascimento, localizando práticas consideradas desnecessárias ou com recomendações restritas pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 1996), Ministério da Saúde (2001; 2017b) e literatura especializada (ENKIN et al., 1995). Dentre essas práticas, destacamos o incentivo prévio e não necessário à cesariana, a amniotomia precoce, a tricotomia, o enema, o uso de ocitocina

sintética, a analgesia peridural, a episiotomia de rotina, a manobra de Kristeller, a posição de litotomia, exploração manual do útero após o parto. Serão averiguadas ainda situações de assédio moral e sexual, bem como desrespeito à Lei do Acompanhante (BRASIL, 2005; 2016).

Com os resultados, a pesquisa visa documentar, pela primeira vez em Ponta Grossa, informações sobre a assistência obstétrica com base nas exposições e representações das usuárias. Pretende-se que os resultados da pesquisa alcancem aplicabilidade na prática, com retornos para os gestores públicos, os profissionais de saúde, para o movimento e para as mulheres sob a forma de demandas de melhoria na assistência obstétrica da cidade. Da mesma forma, corrobora para o fortalecimento de novas investigações sobre saúde na perspectiva de gênero e direitos humanos, bem como pode servir de incentivo para outras iniciativas na UEPG e na cidade.

Referências

AMAS – Associação em prol da Maternidade Ativa e Segura. **Estatuto Social**. Ponta Grossa, 2015. 9 p.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOURGUIGNON, Ana M. **Humanização do Parto e Nascimento: os discursos construídos nas teses e dissertações brasileiras**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BOURGUIGNON, A. M. O Direito de Parir em Disputa: ensaio sobre o ciberativismo na rede de movimentos sociais em prol da humanização e nascimento no Brasil. XIX Seminário de Inverno de Estudos em Comunicação. **Anais...** Ponta Grossa, 2016.

BOURGUIGNON, A. M.; GRISOTTI, M. A Emergência do Discurso de Humanização do Parto e Nascimento nas teses e dissertações brasileiras (1987-2012). **Publicatio Ciências Sociais Aplicadas**, Ponta Grossa, v. 24, n. 3, set./dez. 2016, p. 345-356. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/view/8951/5552>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BOURGUIGNON, A. M.; WERNER, R. C.; PONTES, F. S. Abusos, desrespeitos e maus tratos na assistência obstétrica em Ponta Grossa: um estudo do Relatório da CEI das Maternidades. **Anais... V Colóquio Mulher e Sociedade**. UEPG: Ponta Grossa, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento (PHPN)**. Brasília, 2000a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório da 11ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000b. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/cns/11Conferencia/relatorio/relatorio.htm>>. Acesso em: 28 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Parto, Aborto e Puerpério: assistência humanizada à mulher**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_13.pdf>. Acesso em: 4 set. 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.108/ 2005**. Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm>. Acesso em: 3 set. 2015.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais** – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016. **D.O.U.** Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Universitário de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes Nacionais de Assistência ao Parto Normal**: versão resumida. Brasília, 2017b.

CEI DAS MATERNIDADES. **Relatório**. Ponta Grossa, Câmara Municipal de Ponta Grossa, 2016.

CIPD – Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento. **Resumo do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento**. Cairo: Fundo de População das Nações Unidas, 1994.

DAVIS-FLOYD, Robbie. The Technocratic, humanistic and Holistic Paradigms of Childbirth. **International Journal of Gynecology and Obstetrics**, v. 71, Supplement 1, p. S5-S23, 2001. Disponível em: <<http://www.davis-floydrepresents.com/uncategorized/the-technocratic-humanistic-and-holistic-paradigms-of-childbirth/> 2001>. Acesso em: 20 jul. 2014.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENKIN, Murray et al. **Guia para atenção efetiva na gravidez e no parto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminismo**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2004.

OMS – Organização Mundial da Saúde. Declaração da OMS sobre taxas de cesáreas. 2015. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/314695/mod_resource/content/1/WHO_RHR_15.02_por%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20cesarianas%202015.pdf>. Acesso em: jul. 2017.

PERROT, Michelle. **Mi historia de las mujeres**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

RIMAL, R. N.; LAPINSKI, M. K. **Whyhealth communication isimportant in publichealth**. Bulletinofthe World Health Organization 2009; 87:247-247. Disponível em: <<http://www.who.int/bulletin/volumes/87/4/08-056713/en/>>. Acesso em: jul. 2017.

ROHDEN, Fabíola. **Uma Ciência da Diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

TORNQUIST, Carmem. **Parto e Poder**: análise do movimento pela humanização do parto no Brasil. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

VASCONCELOS, Eduardo M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**. Epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Vozes, 2002.

VENTURA, Miriam. **Direitos Reprodutivos no Brasil**. 3. ed. Brasília: UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas, 2009.

Identidades de gênero perante o vídeo intitulado: “Acorda, Raimundo... Acorda!!!”

*Rosana Ap. R. de Sene
Aparecida de Jesus Ferreira*

Introdução

Discussões sobre questões de gênero no contexto brasileiro ainda são polêmicas, complexas e desconfortáveis (FERREIRA, 2012; LOURO, 2013; MELO, 2015), até porque são tratadas, na maioria das vezes, de forma essencializada e estereotipada (TÍLIO, 2012), principalmente no contexto escolar. Pesquisas têm demonstrado a necessidade de tratar as questões de gênero no ambiente educacional (FERREIRA, 2012; 2015; GIESEL, 2012; FREITAS; PESSOA, 2012; LOURO, 2013; CRUZ, 2015; NELSON, 2015; MELO, 2015) como possibilidades de (re)pensar, de (des)construir e de (re)inventar as normas sobrepostas às identidades de gênero. Incrementar essas possibilidades é uma tentativa de colaborar para a construção de uma sociedade mais inclusiva, acolhedora e democrática.

Onde as diferenças entre mulheres e homens, negras e negros, homossexuais e heterossexuais possam ser vistas e compreendidas como fonte de enriquecimento social, deixando de ser causa de sofrimento, de violência e de exclusão (CAVALLEIRO, 2014; FERREIRA, 2015; MELO, 2015; MELO; MOITA LOPES, 2014; NELSON 2015). Dessa forma, torna-se relevante refletir, no âmbito educacional do ensino de Língua Inglesa

em sala de aula, conforme defende Melo (2015), que, ao ensinarmos inglês, estamos agindo na vida social e coconstruindo pessoas e práticas sociais. Contudo, também é preciso conscientizar-se de que cada língua apresenta variadas formas de cristalizações de linguagem, naturalizando determinados discursos que as pessoas adotam sem clara consciência dos preconceitos de gênero, de raça e de sexualidade neles envolvidos. Assim, professoras/es de línguas, seja a língua nacional, seja língua estrangeira, precisam ter plena consciência das mensagens culturais implícitas nos discursos utilizados em sala de aula. Pois, é dessa consciência que emerge possibilidades de: (re)pensar, (des)construir e (re)inventar maneiras de desenvolver o trabalho escolar com a inteira noção de que não há neutralidade na linguagem e nas práticas pedagógicas (FURLANI, 2009; LOURO, 2013; SALEH, 2014; MELO, 2015).

E que, muitas vezes o discurso utilizado em sala de aula acaba reforçando as práticas de violência, machismo, racismo, homofobia. Por isso, se torna necessário, que professoras/es – não somente professoras/es de línguas – compreendam que as salas de aula estão sendo, cada vez mais, habitadas por pessoas diversas, e que diante de tais diversidades os discursos não podem carregar expressões cristalizadas, as quais, de alguma maneira venham (re)forçar qualquer tipo de preconceito. Diante disso, torna-se necessária a observação de quais discursos estão sendo (re)forçados e naturalizados neste meio, para que os mesmos, não sejam a causa de qualquer tipo de desconforto ou exclusão mediante o trabalho escolar. Com isso, o impacto de se perceber diante de identidades “deslocadas”, “descentradas” causam insegurança e instabilidade, entre as identidades tradicionais e as identidades modernas. Pois, as velhas identidades que eram tidas como estabilizadas, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, o qual, até aqui era visto como um sujeito unificado, mas que agora, vem tendo suas identidades transformadas continuamente (HALL, 2011, p. 7). Dessa maneira, é possível compreender, conforme algumas pesquisas (LOURO, 1997; 2000; 2013; MOITA LOPES; 2002; BUTLER, 2010; HALL, 2011; SALIH, 2013; SILVA, 2013; WOODWARD, 2013; DIAS; MASTRELLA-de-ANDRADE, 2015), que as identidades não são fixas, não são biológicas, mas são construídas socialmente, são instáveis e estão em constante processo de formação, transformação e de (des)construção

o tempo todo de nossas vidas. Causando impacto e, estranheza, para aquelas pessoas de (con)vivência tradicional, mas também, ao mesmo tempo, possibilitando uma melhor (con)vivência social, para aquelas pessoas que assumem suas identidades modernas, de gênero, de raça, de sexualidade, de etnia, de nacionalidade, entre outras.

Dessa maneira, a língua ao ser ensinada pode ser vista como um instrumento para a prática social, (FERREIRA, 2006), ou seja, a língua como instrumento para questionar, e problematizar, as normas e os costumes que formam a sociedade. À vista disso, a sala de aula de línguas é, essencialmente, um espaço onde se aprende línguas para construir significados (MOITA LOPES, 2002) para ir além do binarismo, com perspectivas de utilizar a língua para compreender o contexto social, político e ideológico no qual as/os estudantes estão inseridas/os, ou seja, a língua inglesa no processo de ensino-aprendizagem para além do conceito de língua como código, a qual possa ser utilizada de maneira contextualizada mostrando também histórias locais e globais das pessoas, (MELO, 2015) rompendo com o preconceito, racismo e estereótipo, presentes às vezes, nas práticas de comunicação contra certos grupos de identidades menos visibilizadas, tanto no ambiente escolar, como quanto na sociedade. Para melhor tratar dessa temática, este capítulo se estrutura mediante o desenvolvimento dos seguintes subtítulos: 1) (Des)construindo as identidades de gênero, 2) Metodologia da pesquisa, 3) Identidades de gênero perante o vídeo intitulado “Acorda, Raimundo... Acorda!!!”, 4) Identidades de gênero e a relação com a Língua Inglesa e, finalmente, 5) Considerações finais, onde respondemos às perguntas de pesquisa propostas.

(Des)construindo as identidades de gênero

A cada dia se torna mais complexo vivenciar as identidades. Essa complexidade decorre do fato de que parcelas da população vão assumindo a posição pública de romper barreiras e fronteiras antes não ultrapassadas. Referimos-nos às identidades de gênero, cada dia mais visíveis e desafiadoras. As quais trazem à tona questões de coragem, ousadia e diferença, por um lado e, de outro, as questões de estereótipos,

violência, preconceito, racismo, machismo, homofobia e sexismo, quando são vividas publicamente. Pois enquanto essas identidades se encontram camufladas, silenciadas e internalizadas, não há desconforto, não há problema social. Mas quando, porém, essas identidades são expostas e vividas publicamente, sustentadas pela diferença, então surge a exclusão (WOODWARD, 2013), tanto por meio de sistemas simbólicos de representação, quanto por meio de formas de exclusão social.

A tentativa de exclusão dessas identidades vistas como “diferentes” daquelas consideradas “normais” tem conexões diretas com as relações de poder (BUTLER, 2010; SALIH, 2013; SILVA, 2013; WOODWARD, 2013), ou seja, “[...] os participantes estão posicionados em relação de poder que definem como podem agir em relação a alguém e vice-versa. Contudo, essas relações de poder não são fixas e podem ser contestadas” (MOITA LOPES, 2002, p. 93). Dessa forma, compreender que as identidades estão relacionadas com as questões de poder se faz importante para incluir novas possibilidades identitárias (MOITA LOPES, 2002), superando o caráter construído de “natural” para a identidade masculina, branca, heterossexual, supostamente considerada como uma identidade sólida, permanente, de referência confiável (LOURO, 2013).

Essas controvérsias em relação às identidades são decorrentes da maneira como os sujeitos foram constituídos socialmente, ou seja, “[...] o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado: composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2011, p. 10). Com isso, o impacto de se perceber diante de identidades “deslocadas”, “descentradas”, causa insegurança e instabilidade, entre as identidades tradicionais e as identidades modernas. Conforme Hall (2011), as velhas identidades, que eram tidas como estabilizadas, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, o qual, até aqui, era visto como um sujeito unificado, mas que vem tendo suas identidades transformadas continuamente. Dessa forma a identidade:

[...] se torna uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente, em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não

biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2011, p. 10).

Esse entendimento de Stuart Hall nos proporciona compreender que as identidades estão em constante processo de formação, transformação e (des)construção o tempo todo de nossa vida, e que essas identidades não são fixas, não são biológicas, mas são instáveis, construídas socialmente (HALL, 2011; LOURO, 1997; MOITA LOPES, 2002; DIAS; MASTRELLA-de-ANDRADE, 2015). Essa instabilidade e variabilidade causa impacto e estranheza para aquelas pessoas de (con)vivência tradicional, mas também, ao mesmo tempo, possibilita melhor (con)vivência social para aquelas pessoas que assumem suas identidades modernas, de gênero, de sexualidade, de raça, de etnia, de nacionalidade, entre outras, com o direito de viver plenamente sua cidadania.

Com isso, podemos compreender que as identidades estão em constante processo de formação, transformação e (des)construção o tempo todo de nossa vida, e que as mesmas não são fixas, não são biológicas, mas são instáveis, construídas socialmente, (HALL, 2011; LOURO, 1997; MOITA LOPES, 2002; DIAS; MASTRELLA-de-ANDRADE, 2015) causando impacto, estranheza, para aquelas pessoas de (con)vivência tradicional, mas também ao mesmo tempo, possibilitando melhor (con)vivência social, para aquelas pessoas que assumem suas identidades modernas, de gênero, de sexualidade, de raça, de etnia, de nacionalidade, entre outras, com o direito de viver plenamente sua cidadania.

Dessa forma, assumir viver a plenitude das identidades, principalmente de gênero, é transgredir a norma, é questionar e destabilizar as certezas dos modos de viver tidos como naturais e cristalizados, construídos de maneira homogênea para abarcar sujeitos unitários, unidimensionais e descorporificados (MOITA; LOPES 2002). À vista disso, compreender os sujeitos na dimensão de gênero, raça e de sexualidade contribui para análises mais completas sobre as práticas sociais (MELO,

2015), principalmente no que se refere à linguagem, especificamente ao ensino-aprendizagem de Língua Inglesa como segunda língua.

Assim, no que se refere a gênero, a compreensão está diretamente relacionada com o movimento feminista (LOURO, 1997; AUAD, 2006). O qual pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como um coletivo humano contra as ordens masculinas. Ordens essas, as quais eram opressoras, dominadoras e exploradoras em relação a tudo o que se referia ao feminino (AUAD, 2003; GARCIA, 2011). Tais ordens masculinas, vistas de outro ângulo, associavam as mulheres a uma condição de fragilidade, de passividade e de meiguice, enquanto aos homens cabiam atributos como força, coragem e agressividade, estabelecendo maneiras de como mulheres e homens deveriam viver suas vidas e que posições sociais deveriam ocupar na sociedade. Enfim, aquele ordenamento masculino estabelecia a organização da sociedade para mulheres e para homens em todos os âmbitos sociais, considerando o sexo anatômico das pessoas como base na classificação binária (AUAD, 2006) – classificação essa utilizada como justificativa para a subordinação das mulheres na sociedade.

Inicialmente o movimento feminista se fortaleceu através da organização das mulheres, as quais reivindicaram o direito ao voto e ao acesso a educação (AUAD, 2003; GARCIA, 2011). Foi, contudo, com a obra de Simone de Beauvoir intitulada "Segundo Sexo", em 1949, que o movimento feminista ganhou novas bases teóricas para uma nova etapa. A obra menciona que a humanidade é masculina, e que "[...] o homem é pensável sem a mulher. Mas ela não, sem o homem [...]", e que "[...] ela (a mulher) se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente" (BEAUVOIR, 1970, p. 10). As afirmações da autora destabilizaram a sociedade no que se estabelecia para as mulheres.

No Brasil, foi no final dos anos 1980 que as feministas passam a utilizar o termo "gênero", a partir do artigo "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", de Joan Scott. Nesse artigo, Scott (1995) menciona que o termo "gênero", além de um substituto para o termo "mulheres", também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Para Joan Scott, o "feminino" e o "masculino" não são fatos biológicos,

mas construções culturais, na qual se valorizou mais quem arriscava a vida, que é o que os homens faziam nas guerras e nas conquistas de novos territórios, do que quem lhes dava a vida, que é o que faziam as mulheres com seu poder de conceber (GARCIA, 2011; BEAUVOIR, 1970; LOURO, 1997; SCOTT, 1995). Dessa forma, as mulheres enfrentam a sua invisibilidade (GARCIA, 2011), com consciência determinada de que não se tratava de problemas individuais, mas de experiências de opressão e violência coletiva contra a vida feminina.

Em seguida, pesquisas desensolvidas nas questões de gênero (WEEKS, 2000; PARKER, 2000; LOURO, 2009; SALIH, 2013; BUTLER, 2010) vêm demonstrando que gênero é independente de sexo, ou seja, gênero e sexo são culturalmente construídos (WEEKS, 2000; PARKER, 2000; LOURO, 2009; SALIH, 2013; BUTLER, 2010), afirmando que as identidades sexuais podem viver a sua sexualidade com parceiras/os do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiras/os, envolvendo rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções, envolvendo processos profundamente culturais e plurais. Já as identidades de gênero se caracterizam, social e historicamente, como masculinos ou femininos (LOURO 1997, 2000, 2007).

Dessa forma, buscar fixar as identidades é colaborar com a exclusão e o preconceito contra aquelas e aqueles que não são homens, brancos, heterossexuais. As identidades tradicionais já não cobrem a complexidade da questão e provocam exclusão em razão das novas formas de relacionamentos e de estilos de vida que vêm surgindo. Novos relacionamentos e estilos de vida, por sua vez, são devidos ao desenvolvimento de novas tecnologias reprodutivas, que possibilitam novas maneiras de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer. Considerando que as ameaças da Aids também colaboram para novas práticas sexuais (virtuais), uniões afetivas e sexuais estáveis com sujeitos do mesmo sexo ou não, comportamentos que se tornam cada vez mais visíveis e rotineiros (LOURO, 2000). Essa realidade traz, por consequência, modificações e transformações no que estava pressupostamente fixo e estável nas relações de relacionamentos e de constituições familiares tradicionais na sociedade ocidental cristã.

Metodologia da pesquisa

Para elaboração deste capítulo, a metodologia utilizada foi a de pesquisa de grupo focal, a qual faz parte da geração de dados da dissertação⁵⁰ de Mestrado intitulada "Identidades de raça, de gênero e de sexualidade nas aulas de língua inglesa na visão das/os estudantes" (SENE, 2017). Conforme Gatti (2005), um "grupo focal" é formado por um grupo de pessoas selecionadas, por uma/um pesquisadora/or, para discutir e comentar um determinado tema posto como objeto de pesquisa. Tais pessoas - geralmente selecionadas por possuírem algumas características em comum, que podem ser idade, gênero, condições socioeconômicas, tipos de trabalho, escolaridade, entre outras - devem considerar, na participação da discussão, as suas próprias experiências.

Nesta pesquisa, portanto, o que foi considerado em comum para formar o grupo focal foi o fato das/os estudantes estudarem na mesma escola e na mesma sala de aula, possuírem idade de 15 a 18 anos, levando em consideração a disponibilidade e a vontade em querer discutir as questões de raça, de gênero e de sexualidade. Assim, a seleção incidiu sobre a turma da 2ª Série "A", do período da manhã do Ensino Médio, de uma Escola Estadual do Paraná. Para este artigo foram, porém, abordadas somente as questões de gênero.

Para isso, foi aplicado a turma, já mencionada, um questionário considerando o quesito cor/raça, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Em seguida, foi solicitado, dentre as/os estudantes que se identificaram no questionário como negras/os, brancas/os, que as/os mesmas/os indicassem 4 meninas estudantes brancas, e 4 meninas estudantes negras/pardas, assim como também 4 meninos estudantes brancos, e 4 meninos estudantes negros. A solicitação foi feita porque a pesquisa de mestrado, já mencionada contemplou as identidades de gênero, de raça e de sexualidade. Se faz, importante destacar que a pergunta referente a raça/cor apresentou as alternativas: preta/o, parda/o, branca/o, amarela/o, indígena/o, em opção de

⁵⁰ Dissertação de Mestrado: SENE, Rosana Aparecida Ribeiro de. *Identidades de raça, de gênero e de sexualidade nas aulas de língua inglesa na visão das/os estudantes*. Ponta Grossa/PR, 2017. Publicada na Biblioteca da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no site: <http://bicen-tede.uepg.br/tde_busca/processaPesquisa.php?pesqExecutada=1&id=1527>.

múltipla-escolha, trazendo, entre parênteses, a explicação de que as cores/raças: preta/o, parda/o, são pertencentes a cor/raça negra/o. O intuito de deixar essa informação esclarecida foi para evitar qualquer tipo de dúvida em relação ao pertencimento “negro”. Ou seja, a terminologia “raça” está associada ao que entendemos de como raça foi construída socialmente, culturalmente, historicamente e discursivamente. E a solicitação de 4 meninas estudantes e 4 meninos estudantes é referente à igualdade de gênero.

Assim, os encontros de grupo focal ocorreram na escola, com horário estabelecido pelas/os estudantes no período de contraturno ao horário em que elas/eles estudavam. Ocorreram 3 encontros, tendo um vídeo para provocar as discussões para cada tema; de gênero, de raça e de sexualidade, com um roteiro preestabelecido pela pesquisadora, conforme Gatti (2005). As análises do encontro de grupo focal, sobre as questões de gênero, seguem na sequência deste capítulo.

Identidades de gênero perante o vídeo intitulado “Acorda, Raimundo... Acorda!!!”

Nesse contexto, mencionamos algumas questões a serem destacadas nesta seção perante a exibição do vídeo relacionado a “gênero” intitulado “Acorda, Raimundo... Acorda!!!”⁵¹. Esse vídeo despertou reações nas/os estudantes de estranhamento em enxergar a mulher ocupando lugares destinados aos homens, estranhamento em relação a mulher chegar em horário noturno em casa, principalmente vinda de uma balada,

⁵¹ O vídeo tem a duração de 16 min., foi lançado em 1990, trazendo a história de uma família operária, integrada pela personagem Marta e pelo personagem Raimundo, que representam os conflitos familiares e o machismo vividos num mundo onde tudo acontece ao contrário. Raimundo é um dono de casa, grávido, que vive oprimido por sua mulher, Marta. Ela trabalha fora enquanto ele toma conta das crianças e da casa. Numa situação inversa, reproduz a relação machista comum entre as famílias de trabalhadores brasileiros. Baseado na radionovela de José Ignácio Lopez Vigil, o vídeo mostra a mulher chegando em casa tarde, depois de tomar umas cervejas com as amigas de trabalho. Enfatiza a dificuldade do dono de casa para conseguir, com a mulher, uns trocados para o mercado e para as necessidades das crianças. Com a participação de José Mayer (outro dono de casa) e de Zezé Motta (outra trabalhadora), o vídeo apresenta a realidade cotidiana de forma invertida entre os sexos. Para os homens, essa situação é apresentada como um verdadeiro pesadelo. Um pesadelo do qual homens e mulheres devem acordar. O vídeo está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HvQaqcYQyxU>>.

atribuição de "normalidade" as mulheres ao que se refere ao serviço doméstico, cuidado com filhas/os, e com marido, constação, perante ao vídeo, de que as mulheres são as maiores vítimas da violência doméstica.

Essas constatações foram observadas perante a exibição do vídeo, já mencionado, e durante as discussões. Enquanto assistiam ao vídeo, foi possível perceber: caretas, cochichos, risos, mãos e pés inquietos, balanços de cabeça, vibração conforme a cena vivida pela/o personagem, manifestações de algumas sugestões para as ações que iam sendo vividas pelas/os personagens. Essas manifestações corporais eram, na maioria das vezes, expressas de forma involuntária, tentando se concentrar no que assistiam, como se pudessem anular o que o corpo demonstrava, como se apenas a mente estivesse presente e o corpo não (hooks, 2000). Dessa forma, segundo Louro (2000), é na escola que também se aprende a entender os sentimentos, como, por exemplo, olhar e se olhar, ouvir, falar, calar, preferir. Nas palavras de Louro,

Todos os sentimentos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os saberes considerados "bons" e "decentes" e rejeite os considerados "indecentes", que aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar), fazendo com que se desenvolvam algumas habilidades e outras, não. E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças. (LOURO, 2000, p. 61).

Essas diferenças são precedidas pelo senso comum da igualdade, mas, quando as discussões são provocadas, logo se percebe, nos discursos proferidos, que as diferenças existem e estão presentes em todo lugar, principalmente na sala de aula – diferenças prontas para serem mencionadas com plena convicção, como o que foi expresso pelas/os estudantes após o vídeo:

Professora pesquisadora: O que vocês acharam do vídeo?

Respondem juntas/os: Interessante (risos).

Professora pesquisadora: Por quê?

Roger (pardo, 16 anos): O homem no lugar da mulher é estranho, vindo deste tipo.

Professora pesquisadora: Estranho, por quê?

Beto (branco, 15 anos): Porque vê a mulher mandando em tudo é estranho. É comum vê diferente.

Alexia (parda, 15 anos): É comum vê a mulher submissa ao homem, cuidando dos filhos, dependente, é isso?

Dheni (parda, 16 anos): É, acho que o homem não aceita esta situação, de se vê no lugar da mulher. Os meninos que viram o vídeo podem pensar que é um exagero, pensando que a mulher é bem tratada, mas não é. Daí, quando o homem se vê no lugar da mulher, daí ele pensa. Daí se vê como uma situação estranha. Mas daí, quando a gente vê a mulher sofrendo, a gente pensa, ah! Mas a mulher nasceu pra isso. Todo mundo acha, que a mulher nasceu pra ter filho, pra cozinhar, pra fazer de tudo pro marido, pra depender do marido financeiramente. (ENTREVISTA de GRUPO FOCAL, TEMA GÊNERO, 22/6/16).

Os risos ocorreram principalmente diante algumas cenas do vídeo, como, por exemplo, o momento em que a personagem Marta se encontra no bar com as suas amigas para conversar e tomar cerveja depois do horário de trabalho. Essa cena provocou uma reação de estranhamento às/aos participantes, onde o estudante Roger mencionou que “o homem no lugar da mulher é estranho” e, logo em seguida, Beto reafirmou a resposta dada pelo colega, argumentando que “vê a mulher mandando em tudo é estranho”. A resposta de ambos se relaciona com a pesquisa realizada por Orlando (2013). A qual traz discussões sobre gênero na escola, onde a dicotomia entre espaço privado/social são naturalizados para as mulheres, e o espaço público/social naturalizado para os homens. Assim, isso estando socialmente estabelecido, os homens tendem a dominar a vida social fora do lar e para a mulher é naturalizado a responsabilidade pela vida social dentro do lar, com todas as respectivas incumbências domésticas. Essa dicotomia é estimulada nas pessoas desde sua infância, em especial ao se incentivar que meninos brinquem com carrinho, skate e futebol, atividades que necessitam de maior espaço e maior envolvimento grupal, e as meninas, a brincar com bonecas e casinha, limitando as atividades como mais individualizadas e restritas ao espaço doméstico. Dessa forma, mesmo trabalhando fora tanto quanto o homem, à mulher são atribuídas as funções referentes ao lar, porque, historicamente, o seu espaço natural é esse. Então, embora ela tenha “avancado” para outros ambientes, o social continua pertencente aos

homens (ORLANDO, 2013, p. 114 – ver também FERREIRA; BRIGOLLA, 2013). É nisso que consiste a cristalização e naturalização dos papéis de gênero.

Dessa forma, para romper com a naturalização dos papéis de gênero, exige-se também, no que se refere à escola, a inserção de referenciais teóricos que abordem tais questões, a fim de que possam contribuir com um ensino favorável à construção de novos conhecimentos e, consequentemente, a possibilidades de novos caminhos. As próximas respostas mencionadas a respeito do que foi visto no vídeo foram das estudantes Alexia e Dheni. Elas responderam imediatamente aos comentários de Roger e Beto, afirmando que somente quando o homem se vê no lugar da mulher é que ele pensa na situação de "inferioridade" da mulher, e que questões de maternidade, de trabalho doméstico, de cuidados com o marido são situações consideradas pela sociedade como situações "normais" para as mulheres, ou seja, "as mulheres nasceram para isso".

Essa abordagem feita pelas/os estudantes problematiza que "[...] não há nada de biológico nem de natural que explique a subordinação das mulheres" (GARCIA, 2011, p. 82). O que ocorreu é que "[...] essas diferenças não são naturais e essenciais, mas construídas por um conjunto de elementos, entre os quais estão as 'verdades' que as escolas, as igrejas e as famílias nos ensinam" (AUAD, 2003, p. 58) sobre o desempenho de mulheres e de homens na sociedade. Isso equivale a dizer que a distinção biológica de que homens e mulheres são distintos serve para justificar e aceitar a desigualdade social (BEAUVOIR, 1970; SCOTT, 1995; LOURO, 1997) – desigualdade na qual homens possuem privilégios em relação às mulheres. Nesse contexto, proporcionar discussões em sala de aula abordando as questões de gênero é de suma importância, principalmente nas aulas de Língua Inglesa. Pois essa abordagem pode contribuir para o desenvolvimento de uma consciência reflexiva das/os estudantes (GIESEL, 2012), tendo a língua como um meio de produção e de transformação do conhecimento, inclusive de renovação do conhecimento das questões sociais, ou seja, readequação da (con)vivência das pessoas na sociedade.

A abordagem seguinte feita pelas/os participantes da pesquisa foi a respeito da cena em que o personagem Raimundo menciona que

está esperando um filho e sua esposa reage furiosamente à situação. Os dois discutem dando início a uma cena de violência verbal, seguida de uma tentativa de violência física. Com base nessa cena, as discussões prosseguiram da seguinte maneira:

Professora pesquisadora: Vocês já presenciaram situações parecidas com o que vimos no vídeo? De violência ou de imposição no relacionamento?

Maria (branca, 15 anos): Em casa já presenciei, sim. Porque meu pai sempre foi assim, sabe. Ele é o chefe da casa, é a opinião dele e acabou. É ele que fala com quem com você anda. Ele pega e reprova as atitudes de nós lá de casa. Tipo assim, se você vai sair você tem que falar com ele, porque ele é a autoridade. Daí na época que meus pais estavam se separando aconteceu bastante troca de violência, porque não existe só a violência física, existe a verbal e psicológica, daí foram ofensas trocadas na frente das crianças, que são os meus irmãos.

Alexia (parda, 15 anos): É, os teus irmãos menor, né, uma irmã e um irmão gêmeos.

Maria (branca, 15 anos): É, eles são mais novos que eu. São pequenos, ainda.

Alexia (parda, 15 anos): Lá em casa meu pai bebe muito. E eu já vi ele batendo na minha mãe, várias vezes. Hoje em dia não, porque minha mãe tomou iniciativa e tudo. Mais daí antes, quando meu pai bebia muito, e chegava em casa, e minha mãe fazia faculdade, ele odiava minha mãe fazer faculdade. E daí o meu tio, que é irmão do meu pai, falava que a mãe ia trair ele na cidade. Daí uma vez a minha mãe tava em casa fazendo janta pra ir pra faculdade, e o pai chegou quebrando tudo, esta cena me marcou muito, porque machuca muito você vê teus pais se ofendendo, isso também machuca aos filhos.

Maria (branca, 15 anos): É, é muito ruim isso. Mais tem mulher que sofre a vida inteira e fica calada, porque depende financeiramente do homem. E outra, às vezes tem medo que o marido faça alguma coisa pros filhos.

Alexia (parda, 15 anos): Esta história que tem a Lei Maria da Penha, quando o meu pai bateu na mãe, a última vez que ele fez isso, a mãe foi na polícia, junto com o meu avô. Só que os policiais deram risada na cara dela debochando e falaram entre eles: “O que será que ela fez que ele não gostou, porque ninguém apanha sem ter feito alguma coisa”.

Eles acham tão natural uma mulher apanhar. Daí minha mãe ficou constrangida e foi embora, porque eles tratam isso como natural, como que vem do gens do homem bater na mulher, mandar nela. E antes também as mulheres não largavam por medo dos filhos, quem vai criar nossos filhos, não posso ficar sozinha.

Susi (negra, 15 anos): Porque quem sofre é eles.

Alexia (parda, 15 anos): Aham, não posso ficar sozinha, é feio uma mulher divorciada. Hoje em dia não, se a mulher apanha no outro dia ela vai embora. E também tem muitos casos que o marido bate, e acaba até matando a mulher, e às vezes tem muitas pessoas que vê isso e fica calado, não ajuda. Muita gente sabe o que tá acontecendo, mas não faz nada, se cala. (ENTREVISTA de GRUPO FOCAL, TEMA GÊNERO, 22/6/16).

Os discursos das estudantes Maria e Alexia revelam a mulher marcada pela dominação masculina "porque ele é a autoridade", "eu já vi ele batendo na minha mãe, várias vezes". Ainda prevalece o espaço domiciliar como o destinado às mulheres, o qual, muitas vezes, é marcado como o espaço da submissão feminina, como mencionado: "Ele é o chefe da casa, é a opinião dele e acabou", "minha mãe tava em casa fazendo janta pra ir pra faculdade, e o pai chegou quebrando tudo". Por meio dos discursos mencionados pelas estudantes, pode-se compreender que a mulher não é considerada um ser autônomo (BEAUVOIR, 1970), não possui voz ativa nas decisões, pois o entendimento dominante é o que foi detectado pela autora da obra "Segundo Sexo" que "[...] o homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem" (BEAUVOIR, 1970, p. 10).

Essa subalternidade da mulher está compreendida quando as estudantes mencionam a inquietação das mulheres em uma possível separação, onde a preocupação se refere com a sua imagem perante a sociedade: "quem vai criar nossos filhos", "não posso ficar sozinha, é feio uma mulher divorciada". Mesmo Alexia mencionando que "hoje em dia não, se a mulher apanha, no outro dia ela vai embora", há retrocessos na sua fala, pois, em seguida, ela menciona que "tem muitos casos que o marido bate, e acaba até matando a mulher, e às vezes tem muitas pessoas que vê isso e fica calado, não ajuda". Esse discurso mostra que, mesmo havendo algumas conquistas das mulheres, como a criação da Lei Federal

nº 6.515/1977 (Lei do Divórcio e da Separação Judicial), a Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), entre outras, as mulheres ainda são vítimas da dominação masculina pelo fato de que, “[...] durante muito tempo mais ou menos longo, uma categoria conseguiu dominar totalmente a outra” (BEAUVOIR, 1970, p. 12), ou seja, durante muito tempo os homens obtiveram privilégios em relação às mulheres, desde “[...] o tempo em que se tratava de brandir pesadas maças, de enfrentar animais selvagens, a fraqueza da mulher se constituía uma inferioridade” (BEAUVOIR, 1970, p. 73). Em seguida, com a propriedade privada, o homem se tornou dono dos escravos, da terra e também proprietário da mulher, principalmente das mulheres negras, que eram abusadas, violentadas sexualmente, pelos homens brancos, a todo momento.

Dessa forma, é preciso compreender que a violência contra a mulher, principalmente contra a mulher negra, provém de longa data, perpetuando ainda o senso comum de que, quando a mulher sofre violência domiciliar, isso é devido a ela ter desagradado o marido. Conforme relato de Alexia, em relação ao discurso dos policiais, ao atender à denúncia do ato de violência ocorrido contra sua mãe: *“O que será que ela fez que ele não gostou, porque ninguém apanha sem ter feito alguma coisa. Eles acham tão natural uma mulher apanhar. Daí minha mãe ficou constrangida e foi embora, porque eles tratam isso como natural, como que vem do gens do homem bater na mulher”*. O discurso dos policiais provocou a ação de intimidar e de culpabilizar a mãe de Alexia pela violência que sofreu do marido. Isso, de fato, demonstra dupla violência: as mulheres sofrem violência de seus parceiros e sofrem violência por parte daqueles que poderiam investigar e punir os agressores. Assim, esse discurso proferido pelos policiais colabora para perpetuar a violência contra a mulher, pois muitas mulheres agredidas não irão procurar a delegacia para registrar queixa – não irão denunciar porque sabem que terão que enfrentar mais uma violência ao tentarem se proteger.

Alexia também menciona que *“tem muitos casos [em] que o marido bate, e acaba até matando a mulher”*. Esse discurso nos coloca a refletir sobre a questão do feminicídio, este considerado como a principal causa de morte das mulheres (AUAD, 2003) no Brasil. Que ocorre, na maioria das vezes, como tentativa de justificar tal crime com

o discurso de possível infidelidade por parte da mulher, como relatado por Alexia: *"e daí o meu tio, que é irmão do meu pai, falava que a mãe ia trair ele na cidade"*. Esse tipo de discurso é utilizado como argumento para justificar crimes passionais em defesa da honra masculina (AUAD, 2003). Por isso, desconstruir discursos que possam oferecer qualquer possibilidade de reforçar a submissão das mulheres se faz necessário e urgente, a fim de se romper com a violência que circunda em torno das vidas consideradas submissas.

Segue-se, portanto, que o discurso de que "é estranho ver a mulher mandando em tudo", e que "é comum vê a mulher submissa ao homem, cuidando dos filhos", proferidos pelas/os participantes da pesquisa, demonstra a necessidade de discutir gênero na escola, utilizando a Língua Inglesa como uma poderosa ferramenta que pode contribuir na construção da igualdade entre mulheres e homens. À vista disso, fazem-se necessárias discussões e problematizações em sala de aula visando contribuir para a construção de uma sociedade mais justa para todas as pessoas.

Além disso, as aulas de línguas estrangeiras também são lugares de discussões das questões do cotidiano das/os estudantes, principalmente no que se refere às questões de gênero, de raça e de sexualidade, uma vez que as pesquisas (FERREIRA, 2012, 2015; TILIO, 2012; GIESEL, 2012; MELO; ROCHA; JUNIOR, 2013, MELO, 2015; NELSON, 2015, MOITA LOPES, 2012, DIAS; MASTRILLA-DE-ANDRADE, 20015) têm demonstrado a importância de serem utilizados os discursos orais, escritos e, recentemente, multiletramentos e multimodais, como foi encontrado nas pesquisas recentes dos últimos cinco anos (BARROS, 2013; SANTOS, LIMA, 2013; TOLEDO, 2013), as quais apontaram possibilidades no processo de ensino-aprendizagem de línguas como instrumento para a prática social (FERREIRA, 2006), construindo significados entre a sala de aula e o mundo social (MOITA LOPES, 2002).

Pois, em alguns momentos em que a professora pesquisadora perguntou às/aos participantes da pesquisa: *"O que acharam do vídeo?"* houve momentos de silenciamento e perturbação em responder. Pois, ao mesmo tempo que mencionavam que a mulher deve ter a mesma liberdade para sair, onde ela quiser, as/os estudantes faziam restrições

de que fica estranho quando a mulher chega de madrugada, ou quando sai para conversar com amigas em um bar, ou quando deixa as/os filhos com alguém para sair na noite. E, que tais atitudes são mais normais para os homens. Esse silenciamento por parte das/os participantes da pesquisa pode ser visto como a tomada de consciência de os papéis de gênero desempenhados por mulheres e homens na sociedade pode ser (des)construído a todo momento. E, que muitas maneiras, das quais mulheres e homens vinham vivenciando o gênero na sociedade, são agora resignificados, ou seja, são experienciados muitas vezes, sem considerar o sexo biológico das pessoas na sociedade. Isso acaba desestabilizando algumas certezas trazidas, até então, pelas/os estudantes em relação as questões de gênero vividas. E que, a partir do vídeo assistido, elas/ eles foram instigadas/os a rever certos conceitos até então vistos como “cristalizados”. Assim, por meio da exibição do vídeo, “[...] muitas das lógicas naturalizadas são questionadas e outros modos de vida passam a construir novos horizontes de possibilidades” (MOITA LOPES, 2002, p. 14) para a vivência das pessoas, impactando nas questões de gênero. E exatamente esses “outros modos de vida” é que desestabilizam causam estranhamento no ambiente escolar, uma vez que;

[...] uma noção singular de gênero e sexualidade vem sustentando currículos e práticas de nossas escolas. Mesmo que se admita que existem muitas formas de viver os gêneros e a sexualidade, é consenso que a instituição escolar tem obrigação de nortear suas ações por um padrão: haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade. E, afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se o excêntrico. (LOURO, 2013, p. 45).

Então ocorre surpresa quando os padrões defendidos pela escola passam a ser questionados dentro da própria instituição. Proporcionando questionamentos sobre a maneira de ser mulher e de ser homem, se tornando perturbador (LOURO, 2013) e transgressivo (FREITAS, 2012). Esses questionamentos se apresentam perturbadores porque a sociedade considera que as pessoas que fogem da hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã devem ser nomeadas como diferentes (LOURO, 1997) e a diferença é sustentada pela exclusão (WOODWARD,

2013). Já o transgressivo são aquelas/es que não se “encaixam” nas regras preestabelecidas e que, de algum modo, seguem para além dos limites, ou seja, “[...] a transgressão pode colaborar para subverter as ideologias hegemônicas de um currículo sócio-historicamente elaborado para manter o *status quo*” (FREITAS, 2012, p. 37). Dessa forma, pode-se considerar que o vídeo “Acorda, Raimundo...Acorda!!!” foi uma ferramenta perturbadora e transgressiva, que foi capaz de provocar um silenciamento, por alguns instantes, mas ao mesmo tempo profundas reflexões e muitas discussões no que se refere as questões de gênero. Se fazendo necessário (re)pensar em um currículo de relevância social, o qual proporcione momentos de discussão e de questionamento das diversas identidades.

Dessa forma, se torna importante compreender as identidades de gênero juntamente com as identidades de raça e de sexualidade, pois “[...] , ao contemplar uma única categoria isoladamente, acabamos obtendo visões incompletas dos sujeitos. Uma vez, que se torna indispensável, tais compreensões, se pretendemos oferecer um ambiente escolar mais humano e acolhedor, onde as pessoas possam aprender também nesse local, a exercer a democracia e os direitos humanos em prol da vida.

Assim, a partir do vídeo é possível oferecer possibilidades de realizar aulas interdisciplinares, onde a Língua Inglesa venha a colaborar, assim como as demais disciplinas, como instrumento para construir significados ao mundo em que as/os estudantes pertencem, onde a proficiência na língua venha construir-se a si mesmo, e as/aos demais que se encontram nesse mesmo ambiente.

Identidades de gênero e a relação com a Língua Inglesa

Considerando que a linguagem não é neutra (FABRÍCIO, 2006; SALEH, 2014; LOURO, 2013; MELO, 2015) e que “[...] nossas práticas discursivas envolvem escolhas (intencionais ou não) ideológicas e políticas, atravessadas por relações de poder, que provocam diferentes efeitos no mundo social” (FABRÍCIO, 2006, p. 48), é fundamental que

se reflita sobre o/s modo/s como se utiliza a linguagem em nossas aulas de línguas e nos materiais didáticos que adotamos (MELO, 2015). Cabe sempre questionar se essa linguagem e esses materiais didáticos continuam reforçando a “[...] naturalização de discursos que reforçam e normalizam discursos que podem trazer sofrimentos às/aos envolvidas/os com o trabalho escolar” (MELO, 2015, p. 72). Esse sofrimento pode encontrar, nas aulas de Língua Inglesa, um aliado importante de conscientização sobre nossos direitos no mundo, contribuindo na desconstrução de privilégios de certas identidades em relação às demais.

Auad (2006) revela, em pesquisa realizada em uma escola brasileira, que as características tradicionalmente consagradas como femininas e masculinas foram utilizadas para obter disciplina:

Um exemplo disso são as comuns rotineiras situações nas quais as professoras pediam para as meninas fazerem mais silêncio e, assim, ajudarem na ordem da sala. Presenciei episódio em que, para tentar manter a classe em silêncio, a professora disse, em tom de reprovação: “Até as meninas estão matracas hoje”. Tal frase pode revelar a percepção de que a classe realmente estava fora de controle quando até as meninas estavam distantes do silêncio e da ordem esperada. Além disso, a frase revela que o uso da palavra pode ser distribuído e motivado de modo desigual entre meninos e meninas. (AUAD, 2006, p. 31).

Dessa forma, é mencionado que a desobediência às ordens da professora é mais aceita quando os meninos fazem isso. Essa situação ocorre porque os meninos exercem uma certa independência e autonomia, tanto que a professora considera esse fato como uma manifestação desejada e necessária de masculinidade. Em relação às meninas, “[...] buscar autonomia e independência, ou mesmo se distanciar espacialmente dos adultos, podem ser atitudes percebidas como algo que não combina com o feminino” (AUAD, 2006, p. 34 – ver também ARAÚJO; FERREIRA, 2014). Segundo informa Pennycook,

[...] a questão, para os estudos de linguagem e gênero, não é saber como os homens e as mulheres falam diferentemente, como se os homens e mulheres preexistissem a seus usos da linguagem como categorias dadas de identidade, mas, em vez disso, compreender como as pessoas desempenham

o gênero com palavras. Isso não quer dizer que constantemente desempenhamos identidades generificadas por meio da linguagem, mas que construímos por meio da linguagem a identidade que ela reivindica ser. É no desempenho que fazemos a diferença. (PENNYCOOK, 2006, p. 81).

Dessa forma, é importante reforçar que a linguagem se transforma em verdade pela repetição (MELO, 2015), pela forma recorrente de tais atos de fala serem apropriados e de veiculá-los nas conversas cotidianas, vindo a se tornarem verdades e a marcarem os corpos. Pinto (2014) apresenta alguns exemplos desses discursos, como:

[...] a circulação de enunciados como “menina que fala palavrão é muito feia” ou “esse menino fala muito fino, aposto que é gay e nem sabe” ou “só podia ser mulher para falar essas coisas”, ou “seja homem, fale direito”, na escola ou outros ambientes. Também é preciso politizar as estruturas fixadas em materiais didáticos que reproduzem posições sociais ao fixarem e assim naturalizarem escolhas morfológicas, enunciados como “o cientista fez o experimento” e “a enfermeira atendeu o paciente”, e nunca “a cientista fez o experimento”, ou “o enfermeiro atendeu o paciente”. Igualmente, é preciso politizar os padrões interacionais em sala de aula, em sala de professoras/es, em reuniões pedagógicas: Quem fala? Quem é ouvido? Que falas são referenciadas? Que falas são ironizadas? (PINTO, 2014, p. 118).

A partir de tais reflexões se faz importante buscar por uma educação que reconheça o papel da língua na construção do mundo social (PINTO, 2014), compreendendo que ensinar uma língua está para além da descrição e da comunicação (MELO, 2015). Ou seja, é necessário desvincular-se um pouco da preocupação de contemplar apenas a língua no seu aspecto gramatical, atrelada a uma lista de conteúdos, algumas vezes totalmente fora da realidade das/os estudantes, pois, “[...] quando um aluno não consegue se encontrar no mundo social descrito pelos professores, é como se sua vida não existisse” (MOITA LOPES, 2002, p. 98). E, muitas vezes, a/o estudante não consegue transpassar a barreira do preconceito e da violência sem adquirir sequelas prejudiciais para a sua vida, tais como: isolamento, depressão, baixa autoestima, sentimentos de inferioridade. Com isso,

[...] o discurso, como uma construção social é, portanto, percebido como uma forma de ação no mundo. Investigar o discurso a partir dessa perspectiva é analisar como os participantes envolvidos na construção do significado estão agindo no mundo por meio da linguagem e estão, desse modo, construindo a sua realidade social e a si mesmos: através da comunicação social as pessoas definem e constroem sua realidade social, dão forma e agem sobre ela. (MOITA LOPES, 2002, p. 31).

Por isso, a interação entre as pessoas possibilita construírem-se, vale dizer, constituírem-se a si mesmas e, ao mesmo tempo, construir/constituírem as outras pessoas também. Assim sendo, o ambiente escolar é um dos locais mais propícios de interação e de constituição das identidades efetivadas por meio da linguagem. Isso assim é porque as/os profissionais da educação e as/os estudantes estão o tempo todo, nesse ambiente, em contato umas/ns com as/os outras/os, utilizando-se da linguagem. Desse modo, compreender os modos como a linguagem é utilizada, principalmente nas relações de raça, de gênero e de sexualidade nesse ambiente, é possibilitar a oportunidade, às/aos estudantes, de se “empoderarem” da língua para desconstruir/desconstituir as hierarquizações, os preconceitos, os estigmas existentes ao pronunciarem os seus discursos. Esse empoderamento, no entanto, não é espontâneo. Para criar essas novas formas de conhecimento e essas diferentes estratégias de compartilhar o conhecimento é necessária a mediação da/o professora/or. Cabendo à/ao professora/or ressignificar e reconstruir as suas salas de aula como comunidades reflexivas plurais, geradoras de compreensões sobre os modos como a linguagem é utilizada (AZEVEDO, 2012).

Dessa forma, torna-se importante a escola se apropriar de algumas pesquisas (HALL 2011; LOURO, 1997; 2013; MOITA LOPES, 2002; GOMES, 2005; AUAD, 2006; FERREIRA, 2012; 2015; CAVALLEIRO, 2014) que abordam temas como as identidades de raça, de gênero, de sexualidade, de etnia e de nacionalidade para questionar e problematizar o *status quo* de manter a identidade de homem, branco, heterossexual, como a “norma”. Essa apropriação é importante, pois se torna:

[...] intolerável conviver com um sistema de leis, de normas e de preceitos jurídicos, religiosos, morais ou educacionais que discriminam sujeitos porque seu modo de ser homem

ou de ser mulher; suas formas de expressar seus desejos e prazeres não correspondem àqueles nomeados como "normais". (LOURO, 2007, p. 201).

Ao nos tornarmos mais cientes dos discursos que sedimentamos e dos preconceitos que cristalizamos, mesmo sem querer notar termos a possibilidade, a partir de uma reflexão sobre a linguagem, de desconstruir/ desconstituir, na sala de aula, alguns preconceitos, racismo, machismo, homofobia, estereótipos. Pois, teremos a possibilidade de vir a colaborar com maneiras inclusivas de inserir os corpos racializados, generificados e sexualizados como participantes ativos da sala de aula (MELO, 2015), principalmente nas aulas de língua estrangeira, já que esses corpos enfrentam diariamente discursos que os desqualificam perante os seus direitos de cidadãos/ãos, tanto que, muitas vezes, não são representados no material didático. E que tal fator, se torna importante para reflexão devido perceber que o material didático também é um instrumento de legitimação ou de deslegitimação na formação das identidades das/os estudantes.

Dessa forma, é imprescindível que as/os professoras/es estejam atentas/os na maneira como a linguagem é utilizada para demarcar os espaços, tanto para mulheres quanto para os homens, principalmente no ambiente escolar. Isso é imprescindível porque "[...] as pessoas usam a linguagem a partir de suas marcas sócio-históricas como homens, mulheres, homoeróticos, heterossexuais etc., ao mesmo tempo em que, nessas práticas, se reconstroem ao agirem uns em relação aos outros via linguagem" (MOITA LOPES, 2003). Dessa forma, linguagem e mundo estão imbricados (MELO, 2015), envolvendo as pessoas de maneira que o que se diz não são apenas palavras, pois, "ao enunciarmos, algo é realizado", ou seja, a linguagem funciona como ativadora de ação (MELO, 2015). Nessa perspectiva da linguagem como ação, o que fazemos com as palavras/linguagem marca diretamente o corpo e a vida social do outro (MELO, 2015).

Assim, é preciso compreender que a língua/gem é o espaço essencial de construção da vida social, e que somos seres do discurso que se constroem e se reconstroem pela palavra, a qual é a matéria principal das aulas de línguas (MOITA LOPES 2012). Por isso, incluir as identidades

de gênero, de raça e de sexualidade nas aulas de Língua Inglesa é colaborar com a (re)construção das identidades sociais. As quais são (re)construídas para além da sala de aula, pois o que se espera que ocorra nas aulas de Língua Inglesa é que as/os estudantes se engajem na língua a fim de usá-la, quando necessário, para fazer escolhas éticas sobre o mundo social, com a prerrogativa de poderem rejeitar qualquer tipo de sofrimento humano relativo a si mesmos bem como as demais pessoas.

Considerações Finais

Retomamos agora as perguntas propostas para a elaboração deste capítulo: *Como os papéis de gênero são vividos e naturalizados para mulheres e homens na sociedade?* e *Como as aulas de Língua Inglesa podem contribuir para (des)naturalizar os papéis de gênero atribuídos a mulheres e a homens?* Para responder tais questões, cabe, em primeiro lugar, constatarmos novamente que os papéis de gênero são construídos na sociedade desde o momento em que uma gravidez é confirmada. A partir desse momento, o novo “ser” já nasce em uma sociedade construída conforme o seu órgão sexual, tendo assim toda a sua vida construída mediante a separação do seja destinado às mulheres ou do que seja destinado aos homens.

Em seguida cabe constatar que o rompimento com esses papéis de gênero cristalizados exige decisões tanto coletivas quanto, ao mesmo tempo, decisões individuais uma vez que a pessoa precisa se reconhecer como mulher ou como homem, mas esse reconhecimento implica, muitas vezes, no enfrentamento das questões de preconceito, de machismo, de sexismo, de racismo, de homofobia, de esteriótipo. Onde em determinadas situações, deriva para perigosos atos de violência. É pensando em tais situações de preconceito e de violência contra a vida das pessoas, as quais rompem com os pápeis de gênero impostos a elas, é que a escola pode se tornar uma forte aliada. Combatendo situações de preconceito e violência referente às questões de gênero, e muitas vezes também contra as questões de raça e de sexualidade, encontrando na língua estrangeira moderna – no caso, do ensino da Língua Inglesa – como um importante instrumento de questionamento, de reflexão e de empoderamento

para a prática social. A favor da inclusão das identidades de gênero, de raça e de sexualidade, tanto no discurso de professoras/es quanto na representatividade do material didático. Um ensino de Língua Inglesa com essa consciência vai, obviamente, muito além do ensino da língua pela língua, transformando esse contexto de ensino-aprendizagem em um âmbito onde as identidades de gênero, de raça e de sexualidade possam ser discutidas e vividas com dignidade e respeito.

Assim, (re)pensar em um currículo mais acolhedor, que venha a romper com as questões de violência, de preconceito, de racismo, de machismo, de sexismo e de homofobia para com as identidades de homens e de mulheres, negras/os e brancas/os, homossexuais e heterossexuais é, sem dúvida, um dos mecanismos importantes para a construção de uma sociedade mais humana. Onde a língua estrangeira moderna – neste caso a Língua Inglesa, a qual é vista como uma das línguas mais faladas no mundo – pode se tornar um instrumento importante de “empoderamento” para as discussões e reflexões do que seja viver como mulher e/ou homem na sociedade, assim desconstruindo os privilégios legitimados para as identidades que se “encaixam” como homem, branco, heterossexual. A sala de aula de línguas é um espaço essencial para construir significados por meio da leitura, da compreensão oral, da fala e da produção escrita, ou seja, é o espaço de aprender a utilizar a língua como instrumento para a prática social, tornando esse ambiente um local de questionamento e de reflexão. Desse modo, além do estudo da língua estrangeira/Língua Inglesa se tornar uma importante ferramenta de inclusão das identidades de gênero, não só para o ambiente escolar, mas para toda a sociedade, também o sistema educacional estará colaborando para a formação de cidadãos e de cidadãs para a vida em sociedade.

Referências

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola.** São Paulo: Contexto, 2006. p. 7-95.

----- **Feminismo:** que história é essa? Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 9-103.

AZEVEDO, Aline da Silva. A sala de aula de língua estrangeira como fórum de discussão sobre as identidades de raça: compartilhando uma experiência intervencionista. In: FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org.). **Identidades sociais de raça, etnia, gênero e sexualidade:** práticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores/as. Campinas, SP: Pontes Editora, 2012. p. 51-76.

BARROS, Jaqueline da Silva. **Identidades sociais de classe, gênero e raça/etnia representadas no livro didático de espanhol como língua estrangeira.** 2013, 124 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – UnB, Brasília/DF.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquetude no Brasil.** In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 25-57.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo** – fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. Rio de Janeiro: Difusão Européia do Livro, 1970.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2010.

CAETANO, Daisy Luzia do Nascimento Silva. **Trabalho de mulheres em Goiânia/Go.** 2014, 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás/GO.

CARNEIRO, Aparecida Suelaine. **Mulheres e educação:** gênero, raça e identidades. 2015. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, *Campus* de Sorocaba/SP.

CAVALLEIRO, Eliane do Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CRUZ, Edna Sousa. Entre as lutas, as letras a cor: professoras negras de inglês contam suas histórias. In.: FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org.). **Narrativas autobiográficas de identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em estudos da linguagem**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2015. p. 185-208.

DIAS, Romar Souza; ANDRADE, Mariana R. Mastrella de. Narrativas de professores/as - identidades sociais de raça e classe no processo de ensino-aprendizagem de inglês. In: FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org.). **Narrativas autobiográficas de identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em estudos da linguagem**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2015. p. 77-103.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Formação de professores de língua inglesa e o preparo para o exercício do letramento crítico em sala de aula em prol de práticas sociais: um olhar acerca de raça/etnia. **Estudos em Educação**, vol. 7, nº 12, p. 171-187, 1º semestre 2006.

----- . Identidades sociais de raça/etnia na sala de aula de língua inglesa. In: -----(Org.) **Identities sociais de raça, etnia, gênero e sexualidade**: praticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores/as. Campinas, SP: Pontes Editora, 2012. p. 19-50.

----- . Narrativas autobiográficas de professoras/es de línguas na universidade: letramento racial crítico e teoria racial crítica. In: -----(Org.). **Narrativas autobiográficas de identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em estudos da linguagem**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2015. p. 127-160.

ARAUJO, Jéssica M.; FERREIRA, Aparecida de Jesus. Língua inglesa e multiletramentos: relações de gênero no livro didático. In: WOITOWICZ, Karina Janz; ROCHA, Paula Melani (Org.). **Marcas e discursos de gênero**: produções jornalísticas, representações femininas e outros olhares. 1. ed. Ponta Grossa, PR: Editora da UEPG, 2014. p. 280-301 (Volume 1).

FERREIRA, Aparecida de Jesus; BRIGOLLA, Fernanda de Cássia. A representação de gênero em livros didáticos de língua inglesa. **Revista UNIABEU**, vol. 6, p. 1-19, 2013.

FREITAS, Marco Túlio de Urzêda; PESSOA, Rocha. Gênero, sexualidade e ensino crítico de línguas estrangeiras: intersecções com a formação de professores/as. In: -----(Org.). **Identidades sociais de raça, etnia, gênero e sexualidade: práticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores/as**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2012. p. 145-165.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 67-82.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GIESEL, Cláudia Cristina Mendes. Uma abordagem sociointeracionista humanizadora para o ensino de língua estrangeiras: gênero na sala de aula. In: FERREIRA, Aparecida de Jesus, **Identidades sociais de raça, etnia, gênero e sexualidade: práticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores/as**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2012. p. 101-120.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03** – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. p. 7-99.

LIMA, Roberto Carlos Santana. **Glee: uma transmedia storytelling e a construção de identidades plurais**. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Instituto de Humanidades, Artes e Ciências – Universidade Federal da Bahia.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação** – uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 7-179.

------. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007.

------. Pedagogias da sexualidade. In:----- (Org.). **O corpo educado, pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. p. 7-26.

------. Pensar a sexualidade na contemporaneidade. Curitiba, PR: SEED / Superintendência de Educação / Departamento da Diversidade / Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, 2009. p. 29-36.

------. **Um corpo estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2013.

------. Currículo, gênero e sexualidade – o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In.: -----; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 67-82.

MELO, Glenda Cristina Valim de; ROCHA, Luciana; SILVA JÚNIOR, Paulo Melgaço da. Raça, gênero e sexualidade interrogando professores(as): perspectivas queer sobre formação docente. **Revista Poiésis**, Tubarão/SC, vol. 7, nº 12, p. 237-255, jun./dez. 2013.

MELO, Glenda Cristina Valim de. O lugar da raça na sala de aula de inglês. **Revista da ABPN**. vol. 7, nº 17, p. 65-81, jul./out., 2015.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

------. Ordens de indexicalidade mobilizadas nas *performances* discursivas de um garoto de programa: ser negro e homoerótico. **Linguagem em (Dis)curso** - LemD, Tubarão/SC, vol. 14, nº 3, p. 653-673, set./dez. 2014.

-----; FABRÍCIO, Branca Falabella. Discursos e vertigens: identidades em xeque em narrativas contemporâneas. **Veredas** – Revista de Linguística, Juíz de Fora/MG, vol. 6, nº 2, p. 11-29, jul./dez. 2002.

NELSON, Cynthia D. Narrativas queer da vida em sala de aula: lições intrigantes para os estudos da linguagem. In.: FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org.). **Narrativas autobiográficas de identidade sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em estudos da linguagem**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015 p. 235-258.

PARKER, Richard. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado, pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. p. 92-112.

ORLANDO, Andréia Fernando. Gênero e diversidade na escola: multiletramentos em sala de aula em aulas de língua portuguesa. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.

SANTOS, Marcelo Sousa. **A construção de identidades no livro didático de língua estrangeira: uma perspectiva crítica**. 2013. 239 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – UnBrasília, Brasília/DF.

SALEH, Pascoalina Bailon de Oliveira. Marcas enunciativas nos temas transversais: o volume orientação sexual. In: FERREIRA, Aparecida de Jesus; SILVA, Ione Jovino da; SALEH, Pascoalina Bailon de Oliveira (Orgs.). **Um olhar interdisciplinar acerca de identidades sociais de raça, gênero e sexualidade**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014. p. 83-102.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In:----- **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 73-102.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista; TEIXEIRA, Rozana; PACIFICO, Tânia Mara. Programas de distribuição de livros e hierarquias raciais: o que dizem os alunos negros/as. In: FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org.). **As políticas do livro didático e identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em livros didáticos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014. p. 23-46.

SILVA, Sérgio Luiz Baptista da. Sexualidade na escola: Quem quer e pode falar sobre isso? In: FERREIRA, Aparecida de Jesus; SILVA, Ione Jovino da; SALEH, Pascoalina Bailon de Oliveira (Orgs.). **Um olhar interdisciplinar acerca de identidades sociais de raça, gênero e sexualidade**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014. p. 83-102.

TILIO, Rogério. A construção social de gênero e sexualidade em livros didáticos de inglês: que vozes circulam? In: FERREIRA, Aparecida de Jesus (Org.). **Identidades sociais de raça, etnia, gênero e sexualidade: práticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores/as**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2012. p. 121-143.

TOLEDO, Livia Gonsalves. **"Será que eu tô gostando de mulher?": tecnologias de normatização e exclusão da dissidência erótica feminina no interior paulista**. 2013. 434 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista.

URZÊDA-FREITAS, Marco Túlio. **Pedagogia como transgressão: problematizando a experiência de professores/as de inglês com o ensino crítico de línguas**. 2012. 206 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Goiás/GO.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado, pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. p. 27-63.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 7-72.

Direitos das mulheres na imprensa: uma análise de guias para jornalistas

Gisele Barão da Silva

Introdução

Várias pesquisas mostram que a tendência da imprensa ao cobrir pautas que envolvem mulheres é reproduzir estereótipos, sonegar informações de serviço e culpabilizar vítimas pela violência que sofreram. Um estudo sobre cobertura da mídia sobre gênero realizada pelo Instituto Patrícia Galvão, em parceria com a ANDI em 2011, mostrou que, sobre o tema da Violência, por exemplo, 97,87% das reportagens analisadas não citavam políticas públicas. Com relação ao tema Trabalho, a abordagem de políticas públicas está ausente em 92,49% dos textos⁵². Outro indicativo foi que 96% das matérias sobre violência contra a mulher não informam onde buscar serviços de denúncia e atendimento.

É preciso considerar que a imprensa tem um papel fundamental na garantia de visibilidade para minorias e a divulgação de informação sobre seus direitos, ou seja, uma comunicação correta também é um dos pilares da cidadania. Garantir uma cobertura que contemple as necessidades desses temas tão caros para as mulheres também passa pela formação de uma consciência crítica dos jornalistas. E é aí que algumas iniciativas que buscam identificar as falhas nos jornais e

⁵² A análise considerou apenas a mídia noticiosa impressa, com foco em jornais. Foram escolhidos 16 veículos: cinco de circulação nacional e pelo menos dois de relevância em cada uma das cinco regiões do Brasil.

apontar caminhos para melhorar a cobertura da imprensa são fundamentais. Este capítulo analisa quatro guias ou manuais de jornalismo e direitos humanos que têm esse objetivo: mostrar caminhos para uma cobertura mais atenta e responsável.

Todos os manuais estão disponíveis na internet e foram encontrados em redes sociais e sites das organizações. Para o embasamento teórico, o capítulo utiliza referências sobre jornalismo e cidadania e o conceito de *framing*, que pode ser compreendido como um segundo nível do agenda-setting, ambos elaborados na década de 1970. Essa ideia é utilizada para discutir os enquadramentos escolhidos para os temas agendados pela mídia e seu potencial de surtir efeitos sobre a opinião pública. Os debates sobre jornalismo e cidadania ajudam a compreender, no entanto, que fazer uma cobertura responsável não tem somente a ver com enquadramento, mas com a formação do jornalista.

Organizados por entidades que atuam na área dos direitos humanos e comunicação, nos quatro casos foi possível identificar vários aspectos que podem colaborar com uma cobertura correta das pautas que envolvem direitos das mulheres. De maneira geral, esses documentos online trazem glossários, compilados da legislação sobre o tema, dados de contextualização, histórico da luta por direitos no Brasil, entre outras informações que colaboram para a sensibilização sobre o assunto e uma prática jornalística mais preocupada com a cobrança por políticas públicas para as mulheres.

Imprensa e cidadania

A imprensa, que tem um papel de transformação social, acaba tendo o efeito contrário quando se une ao coro do julgamento das vítimas de violência de gênero. Assim, as mulheres veem seus direitos violados diversas vezes: quando sofrem algum tipo de agressão, quando são julgadas por isso e quando a imprensa engrossa a voz desse julgamento, reproduzindo os discursos de culpabilização das vítimas em vez de ampará-las e às demais mulheres com informação, com cobrança por políticas públicas de assistência e fortalecimento das minorias.

Ao lado de espaços como sindicatos, as associações, as ONGs, e de ações como greves, passeatas, manifestações, onde se estabelecem contatos e intercâmbios e marcam a atuação política na modernidade, nos tempos atuais já não é possível descartar o espaço da mídia eletrônica e sua telepresença no fazer político (PAIVA; BARBALHO, 2005, p. 34).

Para que o jornalismo não dê abertura para a perpetuação de discursos de ódio, alguns manuais destinados a jornalistas reúnem recomendações essenciais. Especializados na cobertura de direitos humanos, esses documentos trazem guias de fontes, sugestões de sites para pesquisa, levantamento da legislação e informações de contexto para ajudar os jornalistas. A discussão refere-se a esses documentos como guias ou manuais para jornalistas porque não são manuais de redação, daqueles feitos por jornais, rádio, televisão limitados a questões de linguagem e destinados a padronizar a redação e as práticas do veículo. São manuais de algumas instituições que, de diferentes maneiras, estão envolvidas com a luta por direitos e com a comunicação.

A densidade e a frequência do material veiculado pela imprensa em torno da igualdade de gênero têm o poder não somente de estimular o debate social nessa área, mas também de qualificá-lo, combatendo preconceitos e estereótipos. Com crítica, pressão e vigilância popular, as ações do governo para promover os direitos das mulheres podem se multiplicar — e se tornar mais eficientes. (ANDI, INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2011, p. 19).

A partir das lutas e debates promovidos pelos movimentos sociais, o conceito de direitos humanos vai se ampliando, incluindo várias questões relacionadas a gênero, como violência doméstica, direitos reprodutivos, sexualidade da mulher. Assim, esses manuais, mesmo que, em alguns casos, não façam referência direta às mulheres no título, e sim a direitos humanos, destinam capítulos com assuntos ligados aos direitos das mulheres.

Aos jornalistas, cabe a responsabilidade de acompanhar as demandas dos movimentos e ter consciência desse papel transformador. Quanto ao conteúdo de um material jornalístico, o profissional é res-

ponsável pelo relato fiel e completo dos negócios públicos, por propor uma visão crítica, garantindo informações respeitadas sobre fatos e pessoas (CORNU, 1998, p. 107).

O conceito de framing

A mídia possui um impacto não só nas atitudes das pessoas, mas no seu patrimônio cognitivo, cultural e social (GUTMANN, 2006). Na história da pesquisa sobre os efeitos da mídia, cabe neste artigo a discussão sobre a ideia de *framing*, ou do agendamento de atributos, caracterizado como uma segunda fase da teoria do agendamento. “Seu pressuposto é que a mídia investe na construção de quadros de referência que os leitores ou telespectadores utilizam para interpretar e discutir os eventos e temas da agenda pública” (GUTMANN, 2006, p. 30). Se os meios de comunicação conseguem pautar a agenda pública com determinados assuntos, eles também selecionam alguns atributos dessa notícia para transmitir.

Framing pode ser definido como “moldura” que a mídia utiliza como referência para transmitir determinado tema ao público e, conseqüentemente, o modo como será abordado e discutido na esfera pública. “A metáfora do *framing* foi utilizada inicialmente em 1974 pelo sociólogo Erving Goffman para caracterizar como os indivíduos compreendem e respondem às situações sociais a partir do modo com que organizam a vida cotidiana” (GUTMANN, 2006, p. 32).

A hipótese do *agenda-setting* defende que, graças à ação dos meios de comunicação, as pessoas sabem ou ignoram elementos específicos da esfera política. Mas os pesquisadores incluem mais uma percepção dentro dessa hipótese, a de que os meios fornecem mais do que um certo número de notícias, fornecem categorias em que o público pode encaixar essas notícias. Neste artigo, essa noção ajuda a analisar o papel do enquadramento dado pela imprensa nos temas relacionados aos direitos das mulheres.

Os manuais

Mini manual do Jornalismo Humanizado

Organizado pelo Think Olga, projeto feminista criado em 2013, o Mini Manual do Jornalismo Humanizado tem formato pocket e traz um compilado de regras para evitar erros na abordagem de notícias sobre mulheres. Dividido em quatro partes (Violência Contra a Mulher, Racismo, Transfobia e Estereótipos Nocivos), o documento traz exemplos práticos para jornalistas. Para este artigo, analisou-se a parte sobre violência contra mulher.

O guia começa pela abordagem do estupro. Primeiramente, recomenda que não se deve romantizar o ato, o que é o caso de algumas notícias que indicam “encontros amorosos”. Também não é correto se referir ao ato dizendo que agressor e vítima “faziam sexo”, partindo do pressuposto de que sexo é consensual. Deve-se usar “cometeu o crime de estupro”. E também não desmerecer a vítima, vasculhando seu passado e redes sociais em busca de “explicação” para o que aconteceu. O manual fala ainda da abordagem do feminicídio e violência doméstica, em que é preciso evitar romantizar o crime, e não julgar as vítimas por seu comportamento após o ocorrido. O manual, de 14 páginas, traz uma breve lista de boas práticas, citando notícias que seguem a linguagem e a abordagem adequada.

Guia Mídia e Direitos Humanos do Intervezes

O Guia de Mídia e Direitos Humanos do Coletivo Intervezes⁵³ é um documento de 130 páginas publicado em 2014, uma parceria entre o órgão e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, como parte das ações do Ciclo de Formação Mídia e Educação. Ele inicia situando a pauta dos Direitos Humanos no Brasil, destacando marcos legais e um calendário com as principais datas ligadas ao tema. Depois, divide seus capítulos em diferentes grupos de minorias: Pessoas com

⁵³ O Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma organização que trabalha pelo direito humano à comunicação.

Deficiência, Questão de Gênero, População Negra, Crianças e Adolescentes e População Idosa.

A ideia é contribuir para a reflexão sobre “o papel da mídia na educação em direitos humanos e na construção de uma cultura de paz e valorização da diversidade, por meio de ações de formação de lideranças de movimentos sociais e comunicadores comunitários” (MOURA, 2014, p. 6). O livreto tem um calendário de pautas, guia de fontes e uma lista de boas práticas em comunicação, com exemplos de experiências de respeito aos direitos humanos na mídia, indicações sobre enquadramento de pautas, lista de principais dúvidas que os jornalistas podem ter ao trabalhar essas pautas, glossário e marcos legais.

No capítulo sobre questão de gênero, explica o que é lesbofobia, misoginia, traz um histórico, como a conquista do direito ao voto, definições e histórias sobre o movimento LGBT, e datas como o Dia Internacional da Mulher e dia da conquista do voto feminino no Brasil (24 de fevereiro), o Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher (28 de maio) e Dia Nacional de Redução da Morte Materna (23 de setembro). Ali, as indicações de datas funcionam como ideias de pautas para os jornalistas buscarem ao longo do ano.

Um dos debates interessantes que esse manual traz é o problema de os jornalistas utilizarem o termo “musa”. “A exploração da imagem da mulher como objeto sexualizado, além de desviar o foco do assunto principal da pauta, ainda corrobora com o discurso machista de que a existência da mulher é regida essencialmente pelo objetivo de ser alvo do desejo sexual masculino (MOURA, 2014, p. 41). Outra questão importante é a necessidade de os assassinatos de mulheres não serem tratados como homicídios comuns. O documento reforça que a imprensa tem um papel importante para registro dos crimes contra a mulher, e por isso é importante dar o tratamento correto ao tema. É aconselhável, por exemplo, levantar dados sobre a ocorrência de outros crimes com as mesmas características e situar a ocorrência num contexto mais amplo. Além disso, ressaltar a existência de legislação específica para punir este tipo de violência, como a Lei Maria da Penha.

Esse Guia também aborda as questões de linguagem. No tópico “Quem cabe no seu ‘todos’?”, fala sobre o sexismo na linguagem,

considerando que esta é uma construção social. O manual reúne indicações do Manual de Comunicação LGBT que ajudam a não reproduzir as opressões de gênero.

Figura 1 – Parte da tabela sobre o uso adequado da linguagem pelo viés de gênero

Casos comuns	Usos correntes	Soluções possíveis	Comentários
O masculino usado com valor genérico	O homem O ser humano Os direitos do homem	Os homens e as mulheres A humanidade, o gênero humano, a espécie humana. Os direitos humanos	Evitar a utilização de “o homem” ou “os homens” com valor genérico. Para que a mulher esteja representada é necessário nomeá-la
O masculino usado com valor genérico. As mulheres aparecem como apêndices dos homens	Os embaixadores e suas esposas Ele e sua mulher	Os embaixadores e seus cônjuges	Empregar alternadamente “vele e sua mulher” e “ela e seu marido”

Fonte: Guia Mídia e Direitos Humanos do Coletivo Intervezes

O documento também relaciona as questões de gênero ao direito à comunicação, citando a luta de articulações como os movimentos feministas, de mulheres e LGBT na crítica aos veículos de comunicação que reproduziam estereótipos da sociedade patriarcal e heteronormativa. É o das propagandas de cerveja ou das notícias que mostram a mulher como objeto sexual.

Um exemplo é a eleição da “musa da CPI” – como ficaram conhecidas a assessora parlamentar Denise Rocha, que acompanhava o andamento da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava a ligação de vários parlamentares do Distrito Federal com o bicheiro Carlos Cachoeira, e a esposa deste, Andressa Mendonça). Várias matérias que tematizavam o fato, ocorrido em 2012, destacaram a aparência das duas e alguns sites noticiosos chegaram a fazer enquetes para eleger a “musa da CPI” (MOURA, 2014, p. 38).

O documento lembra da criação da Rede Mulher e Mídia, em 2009, para lutar pela democratização da mídia e em defesa do direito à comunicação, numa perspectiva feminista. Em 2011, várias organizações apresentaram a *Carta aberta por um novo marco regulatório para as comunicações no Brasil*. Em 2013, realizou-se no Brasil a Marcha Contra a Mídia Machista.

Em seguida, vem a lista de boas práticas. São mencionadas reportagens da revista *Época*, da revista *Trip*, o Programa Viva Maria, transmitido na Rádio Nacional da Amazônia, na Rádio Nacional de Brasília, Rádio Nacional do Rio de Janeiro e Rádio Nacional do Alto Solimões, que tem a proposta de mobilização pelo direito das mulheres; o Portal Mix Brasil, citado como maior portal direcionado à comunidade LGBT do Brasil; e a Agência Patrícia Galvão, do Instituto Patrícia Galvão.

No caso da revista *Época*, o manual elogia uma reportagem de 2004 sobre aborto, que usa em enquadramento ainda pouco falado: das mulheres pobres que são estupradas ou vivem uma gestação de risco e não conseguem interromper a gravidez pela forte oposição religiosa do judiciário, do parlamento, do setor de saúde e do Estado. No texto, as repórteres deram voz às mulheres, destacando a violação do direito à soberania sobre os próprios corpos, sem opiniões pré-formuladas. A reportagem recebeu o Prêmio Vladimir Herzog naquele ano, um dos principais prêmios na área dos Direitos Humanos.

Guia da FENAJ e ONU Mulheres

O Guia para jornalistas sobre gênero, raça e etnia foi produzido a partir de uma parceria entre a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e a ONU Mulheres – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. A primeira atividade foi a criação de um curso para jornalistas e estudantes de Jornalismo sobre gênero, raça e etnia em Alagoas, Amazonas, Ceará, Pará, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O documento indica como objetivo ajudar jornalistas e estudantes de Jornalismo a contemplar no seu dia a dia na imprensa os temas com recorte de gênero, raça e etnia. As recomendações incluem evitar

imagens que depreciem mulheres ou as coloquem como objeto, contextualização, citar legislação, evitar a vitimização, sempre colocando a mulher numa perspectiva de luta, de superação. E também questões de linguagem, marcos legais, políticas públicas, fontes para encontrar estatísticas, como o Observatório Brasil para a Igualdade de Gênero, Lei Maria da Penha, Estatuto dos Povos Indígenas, leis relacionadas ao Trabalho Infantil.

No primeiro capítulo, “As mulheres e a diferença”, o guia trata da presença feminina no mercado de trabalho, em que cita assédio moral, as discriminações de gênero que sofrem as mulheres jornalistas e a falta de jornalistas negras e indígenas nas redações, mas também no mercado de trabalho de maneira geral. Outro tema é saúde feminina, mais especificamente a autonomia das mulheres sobre a sua sexualidade. Quanto aos direitos reprodutivos, o guia elenca os seguintes temas: planejamento familiar, saúde materna e neonatal, mortalidade materna, violência sexual e saúde sexual, aborto e HIV/Aids.

O manual esclarece que “qualquer restrição à liberdade sexual e reprodutiva e, portanto, ao direito da mulher de escolher a sua sexualidade e de exercer o controle sobre seu próprio corpo é considerada uma violação dos direitos humanos” (BASTHI, 2011 p. 23). No tópico sobre violência, define violência contra a mulher, os vários tipos de violência e explica qual é o suporte da legislação brasileira para as vítimas. Nos tipos de violência citados, entre a doméstica, institucional, familiar, tráfico de mulheres, mutilação genital, feminicídio, patrimonial, moral, cita a “violência simbólica-midiática”. Ou seja, os meios de comunicação também podem ser responsabilizados por alguns tipos de violência.

É identificada através dos padrões socioculturais estereotipados, mensagens e valores que reproduzem as desigualdades entre as mulheres e os homens. A publicação e a difusão dos meios de comunicação que, de forma direta ou indireta, promovem a exploração de mulheres ou de suas imagens ou atinjam a sua dignidade (BASTHI, 2011 p. 27).

Outro tema levantado é a uma exclusão histórica das mulheres nos espaços de poder, e a importância do estímulo à participação delas em cargos de decisão no Executivo, Legislativo e Judiciário e empresas

públicas e privadas. O segundo capítulo do manual trata de “Uma perspectiva de gênero, raça e etnia no Jornalismo”.

Fazer uma leitura na perspectiva de gênero no Jornalismo é reconhecer as relações desiguais de poder entre homens e mulheres – incluindo o aspecto relacional entre homens e mulheres e mulheres e mulheres – e adotar como referencial analítico as experiências históricas dos grupos. É colocar em prática o potencial jornalístico na identificação e busca de soluções para as profundas desigualdades de gênero no Brasil, mas sem perder o foco na diversidade racial e étnica da sociedade brasileira. É colocar em xeque valores, atitudes, costumes, práticas e comportamentos que validam a suposta autoridade masculina e denunciar as profundas desigualdades de gênero nos espaços público e privado (BASTHI, 2011 p. 33).

O guia acompanha algumas dicas sobre como fazer a abordagem correta de alguns temas. Por exemplo, em uma notícia sobre o crescimento ou queda de vagas de emprego em diversos setores, cabe uma contextualização sobre o acesso de mulheres – especialmente negras e indígenas a esse campo, e entrevistas com especialistas mulheres sobre condições de desigualdade para serem superadas.

Manual de Diversidade no Jornalismo

Outro manual é o Manual de Diversidade no Jornalismo criado pela agência de conteúdo Ênois, que tem 36 páginas. O produto foi feito de maneira colaborativa por um grupo de jornalistas do centro e das periferias, a partir de um debate promovido pela organização. A Ênois também é responsável por uma escola de jornalismo que capacita jovens da periferia de São Paulo. Esse manual tem textos curtos, diretos, mas com vários exemplos para ilustrar suas dicas e apontamentos.

Diversidade não quer dizer apenas histórico social, diferença de gênero ou racial. Uma redação onde as pessoas negras falam apenas sobre assuntos relacionados a elas não é uma redação diversa. O mesmo vale para as mulheres serem as únicas a falarem sobre feminismo (...). Uma redação diversa é também aquela que traz pontos de vista diferentes que convivem e se desafiam o tempo todo. É uma redação que

abraça a complexidade da sociedade e está empenhada em entendê-la (WEINGRILL; CUNHA, 2017 p. 31).

O primeiro capítulo fala em representatividade e agenda pública. Esse tópico já menciona que uma das condições para produzir matérias com foco na diversidade é reunir profissionais que tenham vivências e visões de mundo diferentes. No capítulo quatro, fala sobre cargos de chefia, mencionando a importância de haver mulheres no comando das redações. Segundo a pesquisa “Quem é o jornalista brasileiro?”, realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina e citada no manual, elas são 64% nas redações brasileiras, mas minoria no que se refere aos cargos de chefia.

Nesse mesmo capítulo, há uma rápida menção ao que seria uma das orientações para uma cobertura adequada das temáticas sobre mulheres. Cita uma matéria publicada durante as Olimpíadas de 2016 com o título “Simone Biles, o Michael Jordan da ginástica olímpica”. Ou seja, comparando a ginasta a um homem para conferir valor ao seu desempenho, em vez de focar no ineditismo da sua conquista. O capítulo seguinte, sobre diversificação nas fontes, orienta que se busque mais entrevistadas mulheres e negros, já que o perfil do “especialista” procurado para dar um caráter analítico às reportagens é o homem branco.

Análise e considerações

Várias indicações podem ser feitas a partir da análise dos manuais. Nota-se uma preocupação com um perfil diverso de mulheres, brancas, negras, indígenas, suas especificidades e contextos. Os documentos buscam informar os jornalistas sobre os vários tipos de discriminação, a legislação que envolve as temáticas femininas, e a ampla história da luta por direitos no Brasil e até o mundo. Ou seja, eles entendem que a cobertura diversa, responsável e igualitária sobre mulheres perpassa um conhecimento histórico e contextual da luta feminina.

Outro aspecto importante são as sugestões de fontes. Primeiramente, há um problema típico na imprensa da falta de mulheres como fonte, principalmente quando se trata de especialistas, profissionais em

cargos de chefia, postos de liderança, entre outros. Mas para além de buscar mulheres como fonte, os manuais também indicam instituições, relatórios para pesquisas e dados estatísticos, como Women Watch, Articulação de Mulheres Negras no Brasil e o Conselho Nacional de Mulheres Indígenas.

Vale acrescentar que a formação do jornalista ligada à abordagem dos temas de direitos das mulheres não se limita à aplicação de “regras” na hora de escrever. Ela passa pelo conhecimento de contexto, história, e por outros fatores ligados à estrutura das redações. A maioria dos guias cita a necessidade de se ter mais igualdade de gênero nos meios de comunicação.

Outro aspecto para ressaltar sobre os manuais é quem está por trás da sua elaboração. Em todos os casos há jornalistas envolvidos na produção. Seja em órgãos diretamente relacionados ao jornalismo, como a FENAJ, importante entidade de representação da classe, em instituições, como o Intervezes, coletivo composto também por jornalistas, e um caso de uma organização que trata diversos aspectos relacionados a direitos da mulher, mas fundada também por uma jornalista.

Os conceitos de *framing* e de agendamento de atributos ajudam a debater o conteúdo dos manuais para jornalistas e seu uso nas redações. Por mais que, nos últimos anos, até pela pressão de movimentos sociais e pelo trabalho da imprensa independente, que muitas vezes tem pautado a grande mídia, os veículos tenham abordado temas relacionados a mulheres, isso não significa que tratam da maneira correta. A abordagem desses manuais tem a ver com o enquadramento, motivo pelo qual este artigo relaciona a análise dos manuais com a ideia de *framing*. Por mais que algumas reportagens pautem os direitos das mulheres ou notícias em que mulheres são protagonistas, é preciso se preocupar com os atributos que o jornalista seleciona durante a produção.

Um segundo passo para o levantamento iniciado neste capítulo seria buscar informações sobre a entrada desses manuais nas redações brasileiras e em cursos de jornalismo. Alguns dos guias citam estudantes de jornalismo como público-alvo da publicação, além de jornalistas profissionais. Ou seja, também estão preocupados com a formação inicial do jornalista sobre as questões de direitos humanos.

Referências

ANDI, Instituto Patrícia Galvão. **Imprensa e agenda dos direitos das mulheres**: uma análise das tendências da cobertura jornalística. Coordenação Veet Vivarta. Brasília, 2011.

BASTHI, Angélica. (Org.) **Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia**. Brasília: ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milênio, F-ODM), 2011.

CORNU, Daniel. *Ética na informação*. Tradução Laureano Pelegrin, Bauru: EDUSC, 1998.

GUTMANN, Juliana Freire. Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como segundo nível do agenda-setting? **Contemporânea**, 2006, v.4, n. 1 p. 25-50.

MOURA, Iara. **Guia Mídia e Direitos Humanos**. São Paulo: Intervezes, 2014.

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Comunicação e Cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

THINK OLGA. **Minimanual do Jornalismo Humanizado**. Pt 1: Violência contra a mulher. 2016. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2016/05/30/minimanual-do-jornalismo-humanizado-pt-i/>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

WEINGRILL, Nina; CUNHA, Simone (Org.). **Manual de Diversidade no Jornalismo**: um guia aberto e não definitivo para uma prática mais consciente. Disponível em: <<https://enoisconteudo.com.br/2017/06/28/manual-de-diversidade-no-jornalismo/>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

Sobre as autoras e os autores

Alice Marina Lira Lima

Mestra em Comunicação Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), sob a orientação da professora Dra. Luciana Panke. Bolsista Capes e membro do Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral (CEL).

Ana Carolina D. Escosteguy

Professora Visitante no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria e pesquisadora do CNPq. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2000), com um período de estudos no Department of Cultural Studies and Sociology da University of Birmingham (UK), com Bolsa Doutorado-Sanduíche CAPES. Pós-doutorado no CAMRI (Communication and Media Research Institute), associado ao Department of Journalism and Mass Communication da School of Media, Art and Design da University of Westminster (UK).

Ana Maria Bourguignon

Presidente da Associação em Prol da Maternidade Ativa e Segura (AMAS). Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Advogada e doula.

Aparecida de Jesus Ferreira

Pós-doutora e doutorado pela Universidade de Londres. Professora do Programa de Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade da UEPG e professora do curso de Letras. Coordenadora do GEPLIS: Grupo de estudos e pesquisas em linguagem e identidades sociais (Projeto de extensão).

Beatriz Morrone

Doutora em Comunicação pela Faculdade de Jornalismo e Comunicação Social da Universidad Nacional de La Plata (UNLP), mestre em Sistemas de Saúde e Seguridade Social, licenciada em Enfermagem. Professora titular e pesquisadora da Faculdade de Ciências da Saúde e Trabalho Social e do Grupo de Estudos sobre Família, Gênero e Subjetividades do Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Humanidades. Membro do Comitê Acadêmico do Mestrado em Políticas Sociais e do Centro de Estudos Sociais e Políticos da Universidad Nacional del Mar del Plata, Argentina.

Camilla Quesada Tavares

Professora do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG e graduada em Jornalismo pela mesma instituição. Pesquisadora do Laboratório de Mídia e Democracia (LAMIDE/UFF) e do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero (UEPG).

Felipe Simão Pontes

Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG. Doutor em Sociologia Política pela UFSC. Coordenador do Projeto de Extensão Núcleo de Produção Audiovisual (UEPG).

Gisele Barão da Silva

Jornalista, mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Co-fundadora do site de jornalismo independente Maria Pauteira. Colaboradora do jornal de literatura Rascunho. Professora do curso de Publicidade e Propaganda da Unicesumar.

Graziela Soares Bianchi

Mestre e doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos/RS. Docente no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Integrante do Grupo de Pesquisa Jornalismo

e Gênero (CNPq/UEPG) e coordenadora do grupo de pesquisa Mídias Digitais (GEMIDI/UEPG).

Javier Mendizábal

Licenciado em Enfermagem. Professor e pesquisador da Faculdade de Ciências da Saúde e Trabalho Social e da Faculdade de Ciências Humanas, Grupo de Estudos sobre Família, Gênero e Subjetividade do Centro de Estudos Históricos da Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina. Atua também no Centro de Pesquisa sobre temas, instituições e cultura, do grupo de pesquisa Ética, Linguagem e Epistemologia da Faculdade de Psicologia na mesma instituição.

Karina Janz Woitowicz

Jornalista, mestre em Ciências da Comunicação e doutora em Ciências Humanas, na área de Estudos de Gênero. Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG-PR), onde desenvolve projetos de pesquisa e extensão universitária. Pesquisadora e coordenadora do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero da UEPG.

Lenir Aparecida Mainardes da Silva

Doutora e mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Professora adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Luciana Panke

Pós-doutorado em Comunicação Política na Universidade Autônoma Metropolitana (UAM- México). Doutora em Ciências da Comunicação (USP); Superintendente de Comunicação e Marketing e professora da Universidade Federal do Paraná na graduação em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Líder do grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral.

Maria Amélia de Almeida Teles

Foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), presa em 28 de dezembro de 1972 e levada à Operação Bandeirantes (Oban), onde foi submetida a sessões de torturas. Diretora da União de Mulheres de São Paulo, coordenadora do Projeto Promotoras Legais Populares, integra a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e é assessora da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. É autora dos livros “Breve história do feminismo no Brasil” (1993), “O que é violência contra a mulher” (2002), “O que são direitos humanos das mulheres” (2007), “Os cursos de Direito e a perspectiva de gênero” (2006) e “Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)” (2013).

Nayane Cristina Rodrigues de Brito

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Mestra em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Paula Melani Rocha

Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pesquisadora-colaboradora do LabJor (UNICAMP). Possui graduação em Jornalismo pela Fundação Casper Libero e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Pós-doutorado em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa (Porto). Coordena os grupos de pesquisa Jornalismo e Gênero e O conhecimento no jornalismo (CNPq/UEPG).

Rosana Aparecida de Sene

Participante do GEPLIS: Grupo de estudos e pesquisas em linguagem e identidades sociais (Projeto de extensão). Mestre em Linguagem, Identidade e Subjetividade/UEPG. Professora da SEED – Rede Estadual de Ensino do Paraná.

Rosiléa Clara Werner

Professora do Departamento de Serviço Social da UEPG. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenadora do Projeto de Extensão Saúde e Cidadania: Recriando a realidade social.

Volney Campos dos Santos

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professor Assistente do Departamento de Direito das Relações Sociais da mesma Instituição. Advogado.



Sobre o livro

Tipologia Impact e Cambria 11pt

Ano 2018